

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
ESCOLA DE ARQUITETURA, ARTES E DESIGN

KEILA GALON ALVES DA SILVA

**CERÂMICA E IDENTIDADE: O LUGAR DO BARRO NA FORMAÇÃO
DA PAISAGEM MOGIANA**

CAMPINAS

2024

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
ESCOLA DE ARQUITETURA, ARTES E DESIGN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM ARQUITETURA E
URBANISMO

KEILA GALON ALVES DA SILVA

CERÂMICA E IDENTIDADE: O LUGAR DO BARRO NA FORMAÇÃO
DA PAISAGEM MOGIANA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura, Artes e Design, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, como exigência para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Jane Victal Ferreira

CAMPINAS

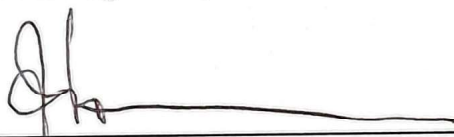
2024

KEILA GALON ALVES DA SILVA

**“CERÂMICA E IDENTIDADE: O LUGAR DO BARRO NA
FORMAÇÃO DA PAISAGEM MOGIANA”**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura, Artes e Design da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como requisito para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.
Área de Concentração: Urbanismo.
Orientador(a): Profa. Dra. Jane Victal Ferreira

Dissertação defendida e aprovada em 30 de janeiro de 2025 pela Comissão Examinadora constituída dos seguintes professores:



Profa. Dra. Jane Victal Ferreira

Orientadora da Dissertação e Presidente da Comissão Examinadora
Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Profa. Dra. Renata Baesso Pereira

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

 Google

Profa. Dra. Gisele Carignani
UNIVAG

Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI
Gerador de fichas catalográficas da Universidade PUC-Campinas
Dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S586c	Galon A. Silva, Keila Cerâmica e identidade : o lugar do barro na formação da paisagem mogiana / Keila Galon A. Silva. - Campinas: PUC-Campinas, 2025. 142 f.il. Orientador: Jane Victal Ferreira. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu , Escola de Arquitetura, Artes e Design, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2025. Inclui bibliografia. 1. Paisagem cultural mogiana. 2. Atividade ceramista. 3. Identidade cultural. I. Victal Ferreira, Jane. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Escola de Arquitetura, Artes e Design. Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu . III. Título.
-------	---

Dedico àquele que rege todas as coisas com perfeição, Deus,
cuja bondade e sabedoria me conduziram em cada passo desta
caminhada acadêmica. A Ele, dedico não apenas esta conquista,
mas também todo o aprendizado e crescimento que ela
proporcionou. Que este trabalho seja reflexo da gratidão e honra
que lhe dedico, pois sem sua
graça nada seria possível.

AGRADECIMENTOS

A minha gratidão a Deus, que me guiou até este momento, é imensurável. Foi Ele quem me deu força quando as dificuldades pareciam insuperáveis e serenidade para encontrar soluções nos momentos de incerteza. Que este trabalho seja uma expressão de minha fé e um testemunho de sua presença constante em minha vida, conduzindo-me com amor e propósito.

Ter um propósito de vida é o que nos impulsiona a enfrentar os desafios diários e a direcionar nossos esforços para algo maior do que nós mesmos. Durante o mestrado, tive a oportunidade de compreender e consolidar meu propósito, o que transformou profundamente minha trajetória acadêmica e pessoal, revelando o impacto que desejo deixar no mundo.

À minha orientadora e mentora, Prof^a Dr^a Jane Victal Ferreira, registro meu mais sincero agradecimento. Sua orientação atenta, paciência infinita e ensinamentos valiosos foram fundamentais para a construção deste trabalho. Sua confiança no meu potencial foi um pilar que me sustentou ao longo do caminho, permitindo-me evoluir como pesquisadora e como ser humano.

Minha gratidão estende-se à PUC-Campinas, que me proporcionou a oportunidade de dar início a essa jornada. À coordenação e ao corpo docente, sou grata pelo ambiente acolhedor e pelos aprendizados compartilhados, que contribuíram para o desenvolvimento deste projeto e para a realização de um sonho acadêmico. Com vocês, aprendi o verdadeiro significado do trabalho em colaboração, onde o progresso se dá pelo apoio mútuo e pela troca de conhecimentos.

À Ana Paula V. Freitas, agradeço profundamente por sua incansável dedicação e apoio ao longo dessa caminhada. Mais do que secretária do programa, você foi um exemplo de generosidade, força e inspiração. Sua disponibilidade, acompanhada sempre de um sorriso e de palavras de encorajamento, tornou os desafios mais leves e me mostrou o valor do acolhimento em momentos decisivos.

Um agradecimento especial a Gustavo André Caixeta Campioto, museólogo e membro da Secretaria da Cultura de Mogi Guaçu, cuja generosidade e disposição em abrir portas e colaborar ativamente na pesquisa foram fundamentais. Sua dedicação reforça o poder da cooperação e da construção de vínculos significativos.

Agradeço também ao historiógrafo mogiano Antônio Carlos Castiglioni, por sua orientação precisa e disponibilidade. Sua contribuição não apenas orientou os primeiros passos desta pesquisa, mas também destacou a importância de preservar a memória cultural e histórica da nossa cidade. Seu trabalho é um exemplo de dedicação e inspiração.

À minha família, minha fonte inesgotável de amor e apoio, expresso minha eterna gratidão. Aos meus pais, por me ensinarem o valor do conhecimento e por incentivarem minha busca incessante pelos meus objetivos. Suas palavras de encorajamento e sua compreensão foram pilares fundamentais em cada etapa desta jornada.

À minha irmã, Talita Galon, não há palavras que expressem adequadamente minha gratidão. Seu apoio incondicional, carinho e generosidade foram constantes ao longo desse percurso. Obrigada por acreditar em mim, quando eu mesma duvidava.

Ao meu marido, Everton Luís da Silva, minha mais profunda gratidão. Sua crença na minha capacidade foi uma fonte constante de motivação, impulsionando-me a seguir em frente. Com sua confiança inabalável, consegui superar obstáculos que pareciam insuperáveis. Agradeço profundamente por ser meu alicerce. Este trabalho e essa conquista são tão seus quanto meus. Obrigada por me proporcionar tanto amor e suporte.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para esta conquista, meu mais sincero agradecimento.

O presente trabalho foi realizado com apoio da *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior* – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior* – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

[Eu] Pensava que nós seguíamos caminhos já feitos, mas parece que
não os há. O nosso ir faz o caminho.

C. S. Lewis

RESUMO

Na paisagem da região mogiana existe um rio, e esse contém em suas margens substâncias argilominerais que propiciaram o barro como matéria-prima para práticas de manufatura que configuraram os modos de ser e reproduzir a existência humana. Este trabalho investiga a prática ceramista no município que tomou emprestado o nome desse rio, o Mogi Guaçu, abordando a relação entre ação humana e território e investigando as manifestações culturais na paisagem. Como apoio metodológico, a leitura da paisagem é embasada em fontes primárias, secundárias e pesquisa empírica, com análise de dados provenientes da antropologia, arqueologia e geografia histórica. Assim, constrói-se uma base interdisciplinar para identificar os processos de produção e uso territorial, classificando seus aspectos materiais e imateriais. A síntese das informações será realizada por meio de ferramentas como mapas temáticos, cronologias e revisão bibliográfica, valorizando a paisagem cultural mogiana. Sem delimitar um recorte temporal rígido, adota-se um amplo escopo teórico, ancorado na fenomenologia, no qual o território e suas propriedades funcionam como elementos integradores da pesquisa. Quanto à produção de artefatos, tanto fabril quanto artesanal, são destacados os atributos da matéria-prima encontrada in loco, evidenciando-a como um fator formador e transformador do ambiente construído. A partir das primeiras evidências do uso do barro, o estudo investiga como a indústria ceramista, voltada à construção civil, modificou as características da região mogiana e, com o declínio das fábricas no final do século XX, contribuiu para a desconstrução da identidade cultural associada ao barro e ao rio. Os remanescentes edifícios, atualmente em condição de precariedade, oferecem uma perspectiva crítica para a preservação dessa paisagem, sustentando a identidade dos habitantes e constituindo um patrimônio capaz de perpetuar a memória coletiva e promover a coesão social.

Palavras-chave: Paisagem cultural; Vale do Mogi Guaçu; indústria ceramista; cultura material; identidade local, memória coletiva.

ABSTRACT

There is a river in the landscape of the Mogiana region, and its banks contain clay-mineral substances that have provided clay as a raw material for manufacturing practices that have shaped ways of being and reproducing human existence. This paper investigates the ceramics practice in the municipality that borrowed the name of this river, Mogi Guaçu, looking at the relationship between human action and territory and investigating cultural manifestations in the landscape. As methodological support, the reading of the landscape is based on primary and secondary sources and empirical research, analyzing data from anthropology, archaeology and historical geography. In this way, an interdisciplinary basis is built to identify the processes of production and territorial use, classifying their material and immaterial aspects. The information will be synthesized using tools such as thematic maps, chronologies and bibliographical reviews, highlighting the cultural landscape of Mogiana. Without delimiting a rigid time frame, a broad theoretical scope is adopted, anchored in phenomenology, in which the territory and its properties function as integrating elements of the research. With regard to the production of artifacts, both manufactured and handmade, the attributes of the raw material found on site are highlighted, showing it as a factor that shapes and transforms the built environment. Based on the first evidence of the use of clay, the study investigates how the ceramics industry, geared towards construction, changed the characteristics of the Mogiana region and, with the decline of the factories at the end of the 20th century, contributed to the deconstruction of the cultural identity associated with clay and the river. The remaining buildings, currently in a precarious condition, offer a critical perspective for the preservation of this landscape, sustaining the identity of the inhabitants and constituting a heritage capable of perpetuating collective memory and promoting social cohesion.

Keywords: Cultural landscape; Mogi Guaçu Valley; ceramics industry; material culture; local identity, collective memory.

SUMÁRIO

1: INTRODUÇÃO	11
2: O TERRITÓRIO MOGIANO	16
2.1 Aspectos naturais: uma primeira compreensão da paisagem mogiana	16
2.1.1 Bacia hidrográfica do Rio Mogi Guaçu: condições físicas na Macro escala	16
2.1.2 O Rio Mogi Guaçu: importância do rio e do vale	21
2.1.3 Propriedades do solo: argila taguá - caracterização da matéria-prima	26
2.2 Ocupação e posse: formação da paisagem mogiana	31
2.2.1 Importância das rotas e caminhos antigos	31
2.2.2 Surgimento e características do povoado	34
3: INFRAESTRUTURAS E FLUXOS	40
3.1 Implantação ferroviária e as culturas agrícolas na configuração da paisagem mogiana.....	40
3.2 Companhia Mogiana de Estradas de Ferro	48
3.3 Chegada da rodovia	57
3.4 Crescimento e ocupação da malha urbana de Mogi Guaçu	61
3.5 A revolução dos transportes e comunicações e suas implicações na paisagem	69
3.6 Mudanças e Inovações no modo de fazer do interior paulista	72
4: MODERNIZAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO	76
4.1 Atividade ceramista na região mogiana	76
4.1.1 A herança do barro	76
4.1.2 As olarias pioneiras de Mogi Guaçu	82
4.2 O início da era industrial ceramista	88
4.3 Os grandes nomes das indústrias ceramista mogianas	93
4.3.1 A Cerâmica Martini.....	93
4.3.2 Cerâmica Moji Guaçu.....	101
4.3.3 Cerâmica Chiarelli.....	106
4.3.4 Cerâmica São José Guaçu.....	115
4.3.5 Cerâmica Lanzi: a última sobrevivente.....	123
4.4 Decaimento da atividade ceramista: os últimos momentos dos fornos	124
4.5 O legado das indústrias ceramistas	127
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
REFERÊNCIAS	133

1. INTRODUÇÃO

A paisagem cultural é o resultado da ação do homem sobre o território quando busca reproduzir a sua existência, causando um desenvolvimento urbano, econômico, social e produzindo uma cultura material e imaterial específica daquele lugar (Sauer, 1925). Segundo o conceito fenomenológico, a noção de "lugar" é mais do que um simples ponto geográfico. Um lugar é carregado de significados e memórias, sendo construído pela vivência cotidiana dos indivíduos que o habitam. Há uma identidade particular em cada lugar, com uma cultura e uma inter-relação entre a natureza e o ser humano e entre si mesmos. Essa identidade é também definida como um “espírito”. Nos lugares, mesmo que estejam vazios, existem características conhecidas como qualidades sensíveis – sejam materiais ou imateriais –, que moldam os espaços e definem seus contornos, distinguem-nos e os transformam (Almeida; Bini, 2021). O termo “Espírito Do Lugar” = *Genius loci*, instituído por Norberg-Schulz, é um conceito romano, em que todo ser “independente” possuía um “genius”, um espírito guardião. Esse espírito dá vida às pessoas e aos lugares, acompanha-os do nascimento à morte, e determina seu caráter ou a sua essência (Norberg-Schulz, 1980).

Na perspectiva da paisagem cultural, o espaço geográfico não é apenas um cenário estático, mas um resultado dinâmico das interações entre as atividades humanas e a natureza ao longo do tempo. Ele reflete tanto a organização do território quanto os significados culturais que as sociedades atribuem a esses lugares. Milton Santos (1996), discute o espaço geográfico como produto das relações entre sociedade e natureza, destacando sua dimensão simbólica e material. Carl Sauer (1925) por sua vez, enfatiza que a paisagem resulta de intervenções humanas sobre o meio natural. Nesse sentido, podemos dizer que ele, o espaço, é socialmente construído, onde elementos naturais (como relevo, clima, vegetação) se combinam com elementos culturais (como edificações, infraestrutura, práticas agrícolas e atividades econômicas).

A paisagem cultural é uma das formas mais visíveis de representação desse espaço, marcada pelas transformações humanas que alteram ou adaptam o ambiente natural, criando um espaço simbólico que carrega identidades, valores e memórias coletivas. Em suma, o espaço geográfico é um espaço vivido e modificado, que traz à tona as relações sociais, políticas e econômicas das sociedades em interação com o meio natural. Abrange não apenas a delimitação geográfica de uma área, mas também as significações e valores que os grupos sociais atribuem a esse espaço ao longo do tempo. As práticas culturais, como a agricultura, a cerâmica, a arquitetura e outros modos de vida, moldam a paisagem e, ao mesmo tempo, são influenciadas

pelas características físicas do local. As tradições, os costumes e a história das comunidades se manifestam na forma como o espaço é utilizado e organizado, deixando marcas culturais.

De acordo com Andreotti (2010; 2012), a paisagem é criada pelo próprio observador e dotada de valores espirituais, refletindo o homem e a sua história, por isso a importância de investigar as manifestações culturais que a compõem. Já a cultura, por si só, é a “soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas, e, em uma outra escala, pelo conjunto dos grupos que fazem parte dela” (Claval, 2007, p.63). Cada cultura apropria-se da natureza e dos elementos presentes no meio onde habita, transformando-os, o que é expresso na paisagem (Furlanetto; Kozel, 2014, p.225).

A palavra cultura, segundo o historiador Alfredo Bosi (1992, p.11), se origina do latim *Colo*, que na língua romana significa “eu moro, eu ocupo a terra e, por extensão, eu trabalho, eu cultivo o campo”. Inicialmente utilizada para referir-se às culturas agrícolas, a palavra então ampliou seu significado, referindo agora ao conjunto de ideias e tradições de um povo. (2021). Bosi (1992, p.18) afirma que: “cultura supõe uma consciência grupal operosa e operante que desentranha da vida presente os planos para o futuro”. Para Sergio Castanho (2021), em crônica publicada na coluna da *HISTEDBR - Dialética da Colonização*, “Isso faz entender que a cultura mantém até hoje seu significado mais geral, claro que ampliado, de conjunto das práticas, das técnicas, dos símbolos e dos valores que se devem transmitir, de geração a geração, “para garantir a reprodução de um estado de coexistência social”.

Portanto, o ambiente construído como o conhecemos, exala culturas que sobrepõem -se, manifestas por meio de diversos contextos espaços-temporais. O indivíduo identifica-se por meio do espaço que ocupa, conectado à sua cultura, aos seus costumes e às paisagens que o cercam. Ele reside e constrói sua identidade enquanto dá direção à própria essência (Heidegger, 1954). Na historiografia, por exemplo, segue-se uma narrativa de análise a partir de dados reais, o que não é possível fazer com a cultura – as informações agregam cada vez mais, tornando o território esse palimpsesto de André Corboz, citado por Bernardo Secchi (2006). A cultura é essa relação natureza versus paisagem versus atividade humana, que reverbera no território e cria lugares. Território, portanto, é uma camada de informação que devem ser lidas, abrangendo-o como um todo – o urbano; o rural; o físico e inclusive o cultural.

Quando uma nova cultura é introduzida em uma determinada região, podemos considerar que uma nova paisagem se sobrepõe ao que restou da antiga, com elementos remanescentes que ainda podem ser interpretados (Cervini, 2020). No caso da investigação

desta pesquisa, formas distintas de exploração do barro vão gerando paisagens distintas, numa sobreposição de estratos espaço-temporais que podem ser estudados de modo sincrônico ou diacrônico. Nesse sentido, seguimos a perspectiva de Bernard Lepetit (2001), adotando uma abordagem de recorte temporal ampla, considerando essencial revisitar constantemente contextos passados para entender as diversas camadas que tornaram “a paisagem algo plural e multifacetado” (Polito, 2018, p.19). Essa análise possibilita identificar e examinar as transições e permanências que marcaram a formação do território mogiano.

Nessa paisagem da região mogiana, existe um rio que contém em suas margens substâncias argilominerais que propiciaram o barro como matéria-prima para práticas de manufatura que configuraram os modos de ser e reproduzir a existência humana (Pallestrini, 1982). Os indígenas souberam usufruir dessa matéria-prima, criando um local de produção de cerâmicas que deu origem a um dos sítios arqueológicos de destaque dentro do Estado de São Paulo (Moraes, 2007). “Muito antes da chegada dos portugueses, portanto, o habitante guaquano já sabia trabalhar o barro de seus rios, confeccionando potes, vasos e baixelas utilitárias, bem como urnas para o enterramento de seus mortos” (Pallestrini, 1982, p.115). Assim, iniciada há pelo menos 1500 anos, a tradição da manufatura de artefatos com barro constituiu o testemunho da presença das populações ceramistas que instalaram-se nesse local, cuja tradição se perdeu com o desenvolvimento industrial.

Posteriormente, em meados do século XX, deu-se início a produção industrial de insumos para a construção civil e a avalanche de cerâmica industrial foi categórica na urbanização regional mogiana. Buscamos uma compreensão das muitas camadas que compõem essa paisagem, identificando os processos de produção e usos territoriais, estudando sua formação e de sua sociedade, classificando as materialidades e imaterialidades regionais. A interação entre essa paisagem natural e a ação humana sobre ela, a transforma em um vasto “depósito de signos”, construindo o território como um palimpsesto (Secchi, 2006). Esses signos são capazes de revelar culturas anteriores que ainda se apresentam de alguma forma dentro da paisagem, desenhada por gerações que as escreveram, corrigiram, apagaram e acrescentaram ao longo do tempo (Cervini, 2020).

Pretendemos dar abertura ao tema e destacar como o surgimento das linhas férreas, associado ao aumento da cafeicultura proporcionaram um aumento da população no interior paulista, influenciando a produção oleira na região. A investigação busca ampliar o leque de conhecimento direcionado à região das Mogis, cuja demanda por materiais da construção civil favoreceu o surgimento e crescimento das olarias e posteriores indústrias ceramistas, que foram

determinantes na transfiguração da paisagem mogiana. Entender como ocorreu a produção de materiais provenientes do barro em larga escala, como o tijolo, é essencial para compreender parte da história da construção civil no interior paulista, além de potencializar a investigação no que se refere às rugosidades culturais presentes nessa paisagem. Essa compreensão permite situar a produção desse material no contexto da urbanização do interior do Estado, onde a necessidade de construir de forma rápida e em grande quantidade levou ao uso de materiais que exigiam menos tempo de execução, como o ferro e o tijolo.

Este trabalho apresenta uma descrição historiográfica e sociológica do local, mas também investiga um fenômeno à medida que este se revela ao longo da pesquisa, como um processo contínuo de construção cultural que compõe o ambiente construído e o transforma. Para isso, é necessária uma abordagem fenomenológica. De acordo com Almeida e Bini (2021), a conexão entre fenomenologia e arquitetura pode ser interpretada como a forma pela qual uma pessoa vivencia um lugar, percebendo suas qualidades sensíveis e captando as atmosferas por meio da experiência acumulada enquanto ser inserido no mundo.

As formas, cores e substâncias definem a qualidade do ambiente, que é a essência ou espírito de cada lugar. A fenomenologia nos ajuda a entender que a preservação ou destruição de bens culturais afeta profundamente a maneira como as pessoas percebem, sentem e se relacionam com a paisagem. As mudanças no ambiente urbano influenciam as experiências sensoriais, emocionais e corporais dos habitantes, alterando sua conexão com o passado e seu senso de pertencimento. Dessa forma, a destruição de bens culturais não representa apenas uma perda física, mas uma transformação nas vivências cotidianas, na memória coletiva e na identidade cultural.

Destacamos assim a importância da preservação de certos fenômenos urbanos para uma regularidade, continuidade, daí vem a memória coletiva e a coesão social (minha memória tem a ver com a sua). Temos uma diversidade de mundos dentro do mesmo lugar, e cada contexto é um contexto que produz uma narrativa diferente. Manter ou estabelecer um laço cultural retoma/recupera o sentido daquele lugar. Poderá se manifestar de forma diferente, no entanto, ainda estará lá. Os remanescentes edifícios da cultura ceramista de Mogi Guaçu, por exemplo, não são apenas construções, mas "lugares" no sentido fenomenológico, onde vidas foram vividas, histórias foram contadas e identidades foram moldadas. O conceito de "gênese do lugar" (ou "genius loci") se refere ao espírito de um local, o que lhe confere uma identidade única. A preservação desses bens, portanto, contribui para manter esse espírito vivo.

Embora não sigamos uma cronologia linear, identificamos momentos em que a presença

do barro exerceu uma influência significativa sobre o território. Partiremos da análise de evidências mais antigas do uso desse barro, por meio de artefatos arqueológicos pré-históricos encontrados in loco, datados de cerca de 1.500 anos. Trataremos do surgimento das olarias voltadas à produção do tijolo, de sua transformação em indústrias cerâmicas, de seu processo de expansão e desenvolvimento, responsáveis por alterar a característica das edificações dentro do ambiente construído e as feições regionais da paisagem mogiana; além de discorrer sobre as transformações socioeconômicas que as acompanharam. Abordaremos o declínio da atividade oleira na região com um olhar crítico, buscando compreender de que forma os seus vestígios arquitetônicos podem contribuir para a preservação dessa paisagem. Avaliaremos se eles realmente representam um alicerce para a identidade dos habitantes locais e se possuem o potencial de preservar a memória coletiva, além de promover a coesão social.

Metodologicamente falando, apossamo-nos da metodologia adotada por Sabaté (2015) para mapear a paisagem, incentivando-nos a entendê-la como um artefato humano que guarda as ações de várias gerações. Abordamos a paisagem no contexto local, considerando fatos históricos e arqueológicos que a compõe até o momento presente. Consideramos a paisagem cultural sob uma perspectiva de arqueologia do lugar, repleta de signos, vestígios e camadas de significação. Este estudo fundamenta-se na interpretação da paisagem como ferramenta de análise, baseada em fontes primárias, secundárias e em pesquisa empírica, utilizando dados da arqueologia, antropologia e geografia histórica, estudando o habitat e suas práticas culturais. As etapas da pesquisa incluem levantamento, leitura e revisão bibliográficas, assim como levantamento documental em fontes de época - cartografias; fotos aéreas; iconografias; jornais e almanaques, além da pesquisa empírica e de fontes arqueológicas, que são extremamente importantes na investigação da atividade ceramista dentro do ambiente construído.

Segundo o que colocam Braga e Ferrão (2022, p.1), a associação da paisagem cultural como ferramenta para o desenvolvimento regional, voltada à gestão integrada de recursos e ao ordenamento territorial, está cada vez mais vinculada à participação ativa da sociedade civil nas novas formas de gestão e na promoção da resiliência do território. Considerando no processo diferentes aspectos do território que integram um conjunto de preocupações semelhantes, com foco principal no valor da paisagem (Ferrão, 2022). Na Carta Conpadre de 2010, uma iniciativa coordenada por André Argollo Ferrão e Joaquín Sabaté Bel, encontramos as bases do conceito de paisagem cultural, que emerge como resultado do trabalho humano sobre o território. Isso ultrapassa a preservação patrimonial conservacionista, transformando-se em um legado do esforço comunitário, um repositório de memória e herança. Os autores propõem estratégias para

utilizar os recursos culturais em prol do desenvolvimento local, melhorando a educação e a qualidade de vida. A preservação dos recursos patrimoniais, sejam tangíveis ou intangíveis, é crucial para as comunidades locais. Nesse contexto, as paisagens culturais desempenham um papel significativo ao expressar a memória e a identidade de um território, prontas para se enriquecer continuamente ao longo do tempo.

Buscamos dialogar com alguns centros de pesquisa que abordam o tema, investigando as intervenções de urbanistas que priorizam e valorizam as culturas locais em suas atuações, exemplo é o Programa da Universidade Politécnica de Catalunha - UPC, que utiliza uma metodologia para ampliar o conhecimento sobre o tema Paisagem cultural, valorizando as culturas locais em suas atuações, porém, mantendo a flexibilidade para adaptar-se às condições de mudança. Temos como referência os trabalhos desenvolvidos por Sauer na escola de Berkeley, que busca compreender e valorizar os territórios históricos (recolha de dados, mapas antigos, relatos de viajantes, títulos, etc.), analisando como os elementos da paisagem vernácula deslocam-se de um lugar para outro, identificando assim padrões de migração cultural. A Síntese das informações será por meio de instrumentos analógicos - mapas temáticos, cronologias e reflexão teórica, resultando no estudo e valorização da paisagem a partir da dimensão territorial da cultura.

Buscamos explorar como a região mogiana, marcada pela tradição rural e pela produção ceramista, desenvolveu uma urbanização única, em que os elementos culturais locais e o ritmo de vida do campo se mantiveram integrados ao processo de urbanização. A autora Jéssica Polito (2018), argumenta que esse caráter híbrido é resultado de encontros e conflitos que moldaram a identidade regional, permitindo que a paisagem refletisse as necessidades e a herança dos habitantes, em vez de uma urbanização padronizada e desvinculada das raízes culturais. Essas particularidades reforçam a importância de reconhecer e preservar a paisagem cultural mogiana como um patrimônio coletivo, em que o território físico e o simbólico se entrelaçam, garantindo uma continuidade histórica e cultural mesmo diante das mudanças sociais e econômicas.

2. O TERRITÓRIO MOGIANO

2.1 Aspectos naturais e territorialidade: uma primeira compreensão da paisagem

2.1.1 Bacia hidrográfica do rio Mogi Guaçu: condições físicas na Macroescala

O reconhecimento das características naturais da região mogiana como o relevo, a vegetação, ao tipo de solo e aos cursos hídricos, contribui para a análise da diversidade de ambientes, fenômenos e processos geológicos que originam as paisagens naturais, fundamentais

para o desenvolvimento da vida humana. Essa linha de investigação está diretamente vinculada à geodiversidade e dialoga com a abordagem da paisagem cultural, pois relaciona elementos naturais com os valores e significados construídos pelos grupos humanos a partir de sua percepção do ambiente em que vivem, aprofundando a compreensão sobre etnoterritorialidade¹ (Polito, 2018). Nosso objetivo é destacar a paisagem cultural mogiana com esta abordagem que permite conectar as condições geográficas às expressões culturais da região, refletidas em suas produções materiais e imateriais. Contudo, iniciaremos com uma caracterização física da bacia hidrográfica, apresentando os aspectos territoriais em macroescala, para então afunilar a análise em um estudo mais específico e direcionado, que é o próprio município de Mogi Guaçu.

A região mogiana abriga o Rio Mogi Guaçu, observado na Figura 1, cujo nome foi dado ao município que abordaremos durante a pesquisa. Ele faz parte da Bacia Hidrográfica do Rio Mogi Guaçu, conhecida como UGRHI-09, com limites entre o nordeste do Estado e o sudoeste do Estado de Minas Gerais. Essa região e as Regiões Hidrográficas do Paraguai e do Uruguai, integram a Bacia do Prata e seus principais rios são: Rio Mogi Guaçu, Rio do Peixe e Rio Jaguari-Mirim (Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Mogi Guaçu – CBH-MOGI, 2015).



Figura 1 – Rio Mogi Guaçu em área central do município homônimo. Do lado direito do rio, na parte inferior da imagem, é possível observar a estrutura da antiga Cerâmica Mogi Guaçu

Fonte: Prefeitura Municipal de Mogi Guaçu, 2021.

¹ O conceito de etnoterritorialidade está inserido nos estudos etnogeográficos, cujo foco é a diversidade de organizações espaciais delimitadas pelos padrões culturais. A etnogeografia busca penetrar na intimidade dos grupos culturais, o vivido pelos homens, concretizado em crenças, valores e visão de mundo (Almeida, 2008).

A bacia do Rio Mogi Guaçu abrange uma área extensa, aproximadamente 13.031,79 km², e seus rios carregam histórias e culturas dos povos que viveram em suas margens, formando uma paisagem diversificada e rica (Comitê, 2015). Esta pesquisa se concentra em uma pequena parte do próprio Rio Mogi Guaçu, representada na Figura 2, analisando os elementos que fizeram dessa região um lugar propício para o desenvolvimento humano.

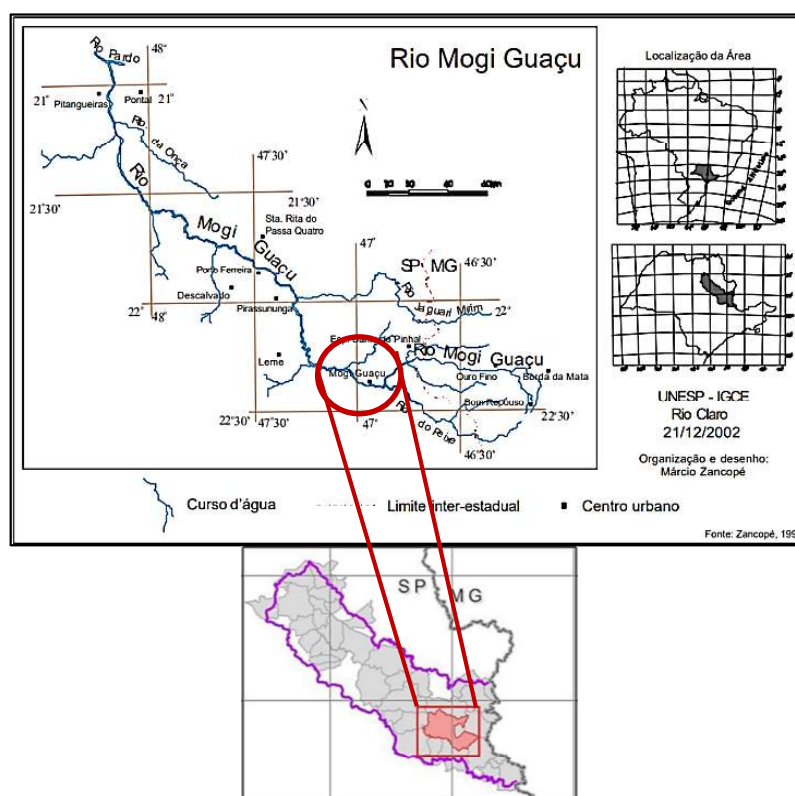


Figura 2- Localização da área de estudo
Fonte: Zancopé (2004). Editado pela autora.

A dimensão territorial da Bacia engloba municípios dos estados paulistas e mineiros, sendo 59 localizados no estado de São Paulo. Destes, 27 têm toda a sua área situada inteiramente na bacia, como é o caso do município de Mogi Guaçu, 10 possuem toda a sua área urbana localizada na área de drenagem da bacia, 4 têm parte da área urbana contida na bacia e 18 municípios têm apenas parte de sua área rural dentro da mesma.

Essa vasta extensão exigiu a criação de um Comitê para garantir sua preservação e manutenção, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Mogi-Guaçu (CBH-Mogi). Estabelecido com a participação de 14 representantes e 14 suplentes do Estado, o comitê conta com a participação de 42 municípios. Ademais, inclui 100 organizações da sociedade civil e 14 órgãos estatais. Esses três segmentos colaboram em conjunto com o principal propósito de administrar os recursos hídricos, com enfoque em sua reabilitação, preservação e conservação (Lopes; Teixeira, 2012). Entender os atributos da Bacia do Mogi Guaçu significa compreender parte

dos aspectos naturais do território mogiano.

Além de drenar parte do Estado de Minas Gerais e do Estado de São Paulo, a bacia do Mogi sustenta diversas atividades econômicas de relevância para os dois Estados. Dentre as principais estão a cana-de-açúcar, laranja e milho. A interligação com as atividades agrícolas se deve ao perfil industrial da região, com notável presença de usinas de açúcar e álcool, papel e celulose, óleos vegetais, frigoríficos e bebidas (Lopes; Teixeira, 2012). Não obstante, a oferta de um componente argilomineral no leito de alguns de seus rios, como no caso do próprio Mogi Guaçu (Figura 3), possibilitou práticas de atividades ceramistas que pontuaram a região, alterando a situação socioeconômica, interferindo na urbanização regional e alterando as características da paisagem.



Figura 3- Os meandros do rio Mogi Guaçu

Fonte: Polito, 2018.

Segundo o Comitê da Bacia, existiam, em 2015, 1.794 processos em diferentes estágios de autorização, concessão, disponibilidade e licenciamento requerindo atividades de extração, lavra e pesquisa na UGRHI-09. Destes, 70,4% representam processos relacionados à exploração de areia e argila, ocupando conjuntamente uma área de cerca de 237.562 hectares, o que equivale a aproximadamente 15,8% da área total da bacia, conforme informações fornecidas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (CBH-Mogi, 2015, p.20).

A disponibilidade de matéria-prima — especialmente argila e areia, fundamentais para a produção de cerâmica — influenciou o estabelecimento de pequenas indústrias ao longo do Rio Mogi Guaçu e seus afluentes. A localização das indústrias muito próximas ao rio era estratégica, pois permitia acesso fácil e econômico às matérias-primas essenciais para a

produção cerâmica e de materiais de construção. Muitas dessas indústrias eram de pequeno porte, o que indica uma estrutura empresarial menos robusta, frequentemente limitada em capital e tecnologia. Parte dessas empresas operava sem regulamentação ou autorização oficial, de forma precária e sem adotar medidas para minimizar os impactos ambientais ou garantir a sustentabilidade da atividade. A maioria tinha vida útil curta, possivelmente devido à exaustão dos recursos locais, à falta de regulamentação, ou à incapacidade de se manterem competitivas no mercado.

Quanto aos impactos ambientais, a retirada de matéria-prima diretamente do leito do rio causava a degradação das margens e o comprometimento da qualidade do ecossistema aquático. A prática contribuiu para problemas como erosão das margens, alterações nos cursos d'água e degradação do habitat de espécies locais, comprometendo a sustentabilidade da Bacia Hidrográfica do rio Mogi Guaçu. Apesar disso, o sucesso oleiro e econômico da região superou as preocupações quanto ao habitat e suas práticas culturais, que foram modificando a paisagem de forma lenta e até então imperceptíveis.

Os valores e significados atribuídos aos elementos naturais moldaram a relação entre grupos humanos e o ambiente. No caso da região mogiana, os rios e o solo rico em argila foram percebidos como oportunidades econômicas, e essa percepção deu origem a práticas de exploração que impactaram a paisagem. A mudança na paisagem mogiana está profundamente ligada à interação entre as características naturais do território e a forma como os grupos humanos interpretaram e exploraram esses recursos ao longo do tempo. A transformação do ambiente natural em um espaço industrial reflete a forma como os habitantes moldaram o território a partir das necessidades econômicas, gerando paisagens culturais que dialogam com a história ceramista local. O reconhecimento da geodiversidade e a abordagem da paisagem cultural fornecem ferramentas importantes para entender essas transformações e para planejar estratégias que conciliem desenvolvimento econômico, preservação ambiental e valorização do patrimônio histórico-cultural.

O desenvolvimento da atividade ceramista consolidou uma identidade regional ligada à terra e à transformação de recursos naturais em bens econômicos, mas também trouxe desafios de sustentabilidade e conservação do patrimônio ambiental. A interação entre fenômenos naturais e as intervenções humanas resultou na modificação da paisagem original. Essas mudanças refletem um processo de substituição das paisagens naturais por paisagens culturalmente alteradas. O reconhecimento desses processos ajuda a compreender como as ações humanas, baseadas nas características geológicas e ambientais, redefiniram a identidade

visual e funcional do território.

2.1.2 O Rio Mogi Guaçu: importância do rio e do vale

De modo geral, a conexão entre os habitantes e o território mogiano ocorreu por meio dos rios, que serviam como bússolas em uma região até então desconhecida. Por onde percorriam os meandros do Mogi Guaçu, a abundância de argila permitiu às populações modificar a paisagem natural, imprimindo nela suas marcas culturais. A intervenção dessas comunidades no ambiente, ao moldá-lo segundo seu modo de vida, deu origem a uma cultura material e imaterial específica daquele lugar. Os vestígios culturais deixaram evidências materiais arqueológicas significativas na região mogiana, que foram estudadas por Pallestrini (1981/82) e Moraes (1995). Os locais examinados resultaram na descoberta de outros cinco sítios arqueológicos nas proximidades do rio Mogi Guaçu, os quais serão abordados mais adiante.

Com nome de origem indígena, tupi-guarani, o rio Mogi Guaçu é apresentado como um dos rios navegáveis do século XVIII, conforme demonstrado na figura 4:

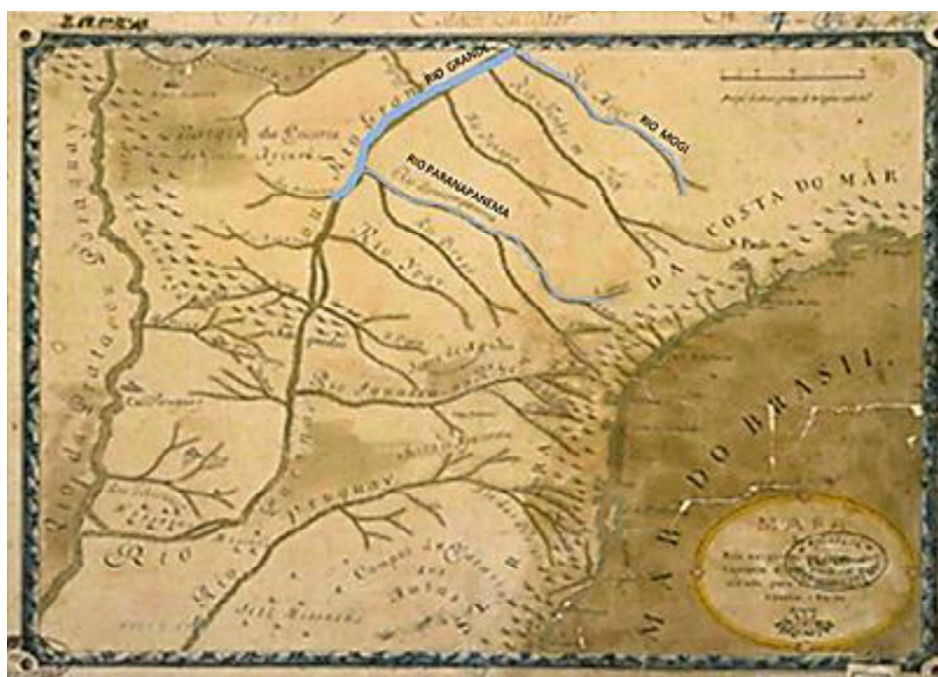


Figura 4 - Mapa de rios navegáveis (século XVIII) com demarcação do Rio Mogi Guaçu

Fonte: Polito, 2018.

Possui em suas margens substâncias argilominerais que forneceram o barro como matéria-prima para práticas de manufatura que configuraram os modos de ser e reproduzir a existência humana. Zancopé (2004) ressalta a habilidade dos índios tupi-guaranis que habitavam a região banhada pelas águas do Mogi Guaçu, em transmitir seu conhecimento sobre o ambiente, incluindo aqueles sobre a origem do rio. Eles reconheciam que o Mogi Guaçu surgia

nas terras altas da Serra da Mantiqueira e, ao longo de seu curso, adquiria um grande volume de água, formando curvas sinuosas que lembravam uma cobra gigantesca – daí o nome ‘Mogi Guaçu’, Rio da Grande Cobra ou da Cobra Grande.

De acordo com Zancopé (2004), as lendas dos tupi-guaranis são verdadeiros tesouros culturais, passados de geração em geração, preservando sua essência até os dias atuais. Uma dessas histórias é a da própria origem do Rio Mogi Guaçu, sendo uma das narrativas mais significativas para o nosso estudo:

Um chefe-guerreiro se enamorou por duas formosas índias. O regime monogâmico da tribo o impedia de se unir a ambas e ele não sabia como se decidir. Até que em uma noite teve um sonho: deveria propor um torneio de flechas entre as duas amadas e, aquela que acertasse o alvo seria sua consorte. Assim foi feito. Toda a aldeia se reuniu para assistir a disputa entre as belas índias. Na contenda perdeu a índia ‘*Obirici*’, dentre as duas, aquela que mais amava o índio-guerreiro. Tendo perdido o seu amor e em dominante angústia, ‘*Obirici*’ se refugiou em uma mata e pediu a ‘*Monã*’ – o deus supremo – que lhe desse a maior de todas as dores. Atendido o pedido, esta veio em forma de lágrimas, pela primeira vez entre os índios. ‘*Obirici*’ chorou dias e noites seguidos e suas lágrimas banharam o seu corpo, correram pelos seus pés e deram origem a um pequeno regato. Deste regato nasceu o Rio Mogi Guaçu. Mas ‘*Obirici*’ continuou a chorar e naquele arroubo de dor ‘*Monã*’ veio buscá-la. Ela, porém, quis ficar nesta terra perto dos seus, e seu corpo, por inteiro, se transformou numa grande montanha – a ‘*Maan tiquira*’, coisa que verte. A Mantiqueira de hoje que continua a chorar formando as vertentes que correm para São Paulo, dando origem às águas do Rio Mogi Guaçu e aos rios que de lá nascem (Godoy, [19--] *apud* Zancopé, 2004, p.6-7).

O mito da Cobra Grande para muitos povos indígenas brasileiros, segundo Vidal (2007 *apud* Polito, 2018), está relacionado ao território conquistado, à organização social, às migrações dos grupos e à construção de sua história. Considerado um mito de origem fundamental, em alguns contextos está vinculado a práticas de cura e ao xamanismo, além de funcionar como um modelo estético e uma entidade arquetípica e simbólica. Dessa forma, desempenha um papel central na formação da identidade coletiva. Ademais, sua flexibilidade remete à imagem do deslocamento sinuoso de uma serpente pelo solo árido.

Dessa forma, o Mogi Guaçu emerge para os povos originários com uma importância que vai além da simples tradução de seu nome. Seu significado revela a essência de um modo de

ser e viver singular, marcado pela simplicidade. Não é possível citar o rio Mogi, seu simbolismo e a paisagem cultural associada a ele, sem fazer referência aos indígenas que germinaram sua cultura em suas margens. Esses são os mesmos indígenas a quem Ribeiro (2006, p. 42) descreve como "gente de seu deus sol, o criador — Maíra —, que vinha milagrosamente sobre as ondas do mar grosso". Estudar o urbanismo da região mogiana, portanto, é estudar o mundo das ideias e dos imaginários que a permeava. As antigas aldeias mogianas estão intrinsecamente relacionadas aos índios Caiapó, um povo que habitava a região antes da colonização europeia. São testemunhas de uma tradição ceramista, refletindo a rica herança indígena que ainda permeia a história e a cultura da região.

Pouco se sabe acerca da história dos Caiapó que habitavam as margens do Rio Mogi Guaçu. No entanto, conforme dados coletados por Mário Neme (1969), esses habitantes mantinham uma relação estreita com o território da Bacia Hidrográfica do Mogi-Guaçu. Durante expedições dos colonizadores aos sertões da Paulistânia - que abrangiam áreas direcionadas ao Mato Grosso e Goiás -, o local era conhecido como a "região dos bilreiros ou caiapós". Posteriormente, a presença das tribos era abundante na estrada para Goiás, ao longo de uma extensão de mais de 200 léguas, desde o Rio Uruçanga (atualmente Orissanga), até Vila Boa, sendo o Uruçanga um dos afluentes diretos do rio Mogi Guaçu, um pouco acima da cidade de mesmo nome. Nesse período, conforme as cartas do Morgado de Mateus, os Caiapó estavam causando distúrbios "na navegação do Cuiabá, desde Avanhandava até o Rio Pardo", além de afetarem as "Campanhas do Mogi Guaçu" (Neme, 1969, p. 109).

A permanência prolongada dos Caiapó nas terras do Norte e do Noroeste do atual estado de São Paulo, resultou na acumulação de experiência e conhecimento detalhado sobre o território — incluindo os caminhos, a vegetação densa, os locais de caça, além das reservas de mel, frutos e raízes comestíveis. Tal expertise territorial explicaria as incursões dos Caiapó por essa vasta região até o final do século XIX. Conforme Neme (1969), diversas testemunhas relataram a presença desses habitantes nas áreas banhadas pelo baixo Tietê, Mogi Guaçu e Turvo.

Ao longo de sua jornada, tanto simbólica quanto literal, o rio Mogi conta histórias e apresenta as transformações vividas pelos povos que habitavam suas margens. A crença cultural mística associada a ele se referia à ideia de que grandes feras habitavam em suas profundezas; o tom marrom-avermelhado de suas águas reforçava o imaginário de que ali fluía o sangue de suas vítimas. Assim, mais do que um curso d'água, o Mogi Guaçu sempre foi uma entidade de grande poder para quem compartilhava de sua presença.



Figura 5 – Ponte de ferro sobre o rio Mogi Guaçu, no município homônimo
Fonte: Cataguá Construtora.

A nascente do Mogi Guaçu está situada no município de Bom Repouso, no Estado de Minas Gerais, a uma altitude média de 1.650m. O rio aumenta em largura e profundidade à medida que adentra a depressão periférica e, após percorrer 95,5 km em território mineiro, atravessa a Serra da Mantiqueira, alcançando altitude média de 825 metros, seguindo por mais 377,5 km em terras paulistas. Sua foz ocorre no Rio Pardo, a 490 metros de altitude, no Bico do Pontal, município de Pontal. Considerado por Polito (2018) como um rio volumoso, com um percurso sinuoso que corta a terra por onde passa. Seus principais afluentes pela margem direita são os rios Oriçanga, Itupeva, Cloro e Jaguari Mirim; e pela margem esquerda, os rios Eleutério, do Peixe, do Roque, Quilombo e Mogi Mirim (Comitê, 2015).

Em território paulista, o rio Mogi Guaçu percorre a Bacia Sedimentar do Paraná, uma formação geológica que o acompanha desde suas nascentes até sua foz. Essa seção, referida como médio curso, abrange os municípios de Mogi Guaçu e Porto Ferreira, em São Paulo. Próximo a Leme, o Mogi Guaçu muda sua direção, fluindo predominantemente para o Norte até alcançar o município de Pirassununga, onde altera sua trajetória novamente, seguindo em direção Sudeste-Noroeste (Zancopé, 2004).

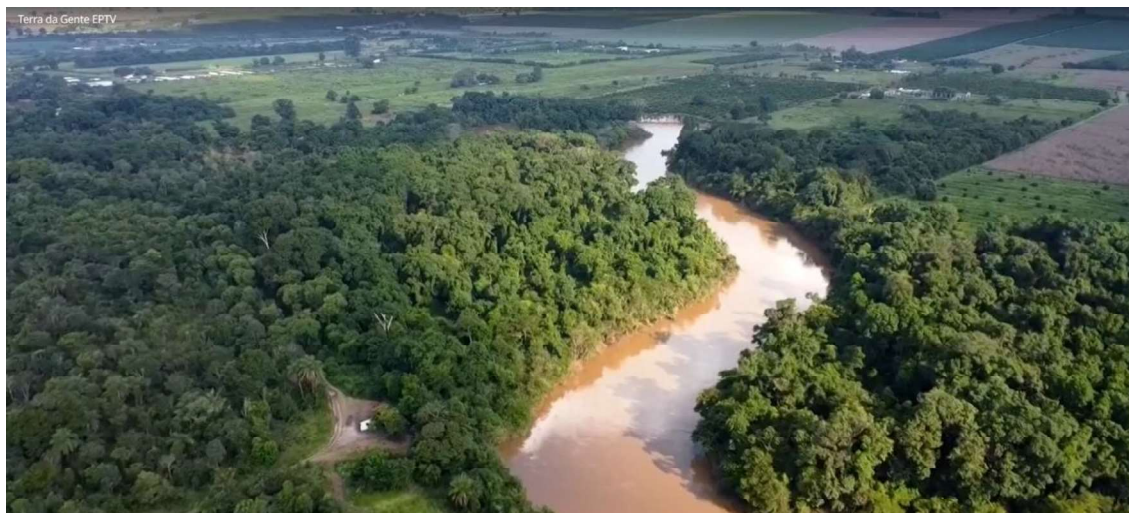


Figura 6 - Percurso do rio Mogi Guaçu

Fonte: G1- Imagem retirada de reportagem realizada pela EPTV, 2020.

O Mogi Guaçu possui uma característica importante que o distingue de outros grandes rios do estado de São Paulo - como o Tietê, o Paranapanema, o Paraná e o Grande. Segundo Zancopé (2004), ele é um dos últimos rios que mantêm características fisiográficas próximas às condições naturais, apesar de sua dinâmica fluvial ter sido impactada pela ação humana em toda a sua bacia hidrográfica. Enquanto o Rio Tietê e o Paranapanema tiveram sua morfologia drasticamente alterada devido à construção de barragens para usinas hidrelétricas, tornando-se uma sequência de reservatórios, o Mogi Guaçu não passou por essa transformação em larga escala. Embora existam algumas pequenas usinas hidrelétricas ao longo de seu curso, como a localizada no município de Mogi Guaçu, muitas delas estão desativadas; o rio continua a representar um potencial hidrelétrico significativo para o estado de São Paulo.

Há uma barragem próxima ao local onde foi descoberto o sítio arqueológico Franco de Godoy, no município de Mogi Guaçu. A pequena Central Hidrelétrica foi projetada e implementada para garantir o fornecimento de água durante a estiagem, e proteger as cidades de cheias e também resultou na formação de um amplo lago. Na mesma região também existe a Usina Hidrelétrica Mogi-Guaçu, conhecida como Usina Hidrelétrica De Cima. Segundo informações da Prefeitura Municipal, as obras da Central Hidrelétrica de Mogi-Guaçu começaram em 1990 e a barragem entrou em operação em 1994.



Figura 7 – Vista aérea da pequena hidroelétrica de Mogi Guaçu

Fonte: Acervo digital Antônio Carlos Castiglioni, publicado em “Mogi guaçu: imagens e textos de qualquer época (facebook).”

A ação do rio Mogi Guaçu contribui significativamente para a modelagem do terreno. A cada estrutura que atravessa, diferentes fatores passam a influenciar seu curso - desde o entalhamento do canal e do vale até a composição da carga detrítica transportada, influenciada pela variação na mineralogia e granulometria dos materiais presentes em seu leito (Zancopé, 2004). Esses atributos fazem parte do processo que suscita a oferta do tipo específico de argila disponível nos territórios por onde o rio passa.

Os aspectos naturais do território mogiano, incluindo seus cursos de água e relevos, vegetação, tipo de solo, ou seja, os aspectos naturais, moldaram uma paisagem atrativa para pessoas culturalmente distintas, que convergiram para a mesma região. Como observado por Polito (2018), esse fenômeno foi impulsionado não somente pelas características naturais, mas também pelos esforços políticos do governo português com o intuito de colonizar o interior paulista. Segundo a autora, essa paisagem natural torna-se, portanto, repleta de encontros culturais.

2.1.3 Propriedades do solo: Argila Taguá - caracterização da matéria-prima

Podemos dizer que o espaço geográfico, segundo a vertente da Paisagem Cultural, é socialmente construído, onde elementos naturais como relevo, clima, vegetação, se combinam com elementos culturais, como edificações, infraestrutura, práticas agrícolas e atividades econômicas. A paisagem cultural é uma das formas mais visíveis de representação desse espaço,

sendo marcada pelas transformações humanas que alteram ou adaptam o ambiente natural, criando um espaço simbólico que carrega identidades, valores e memórias coletivas. Em suma, o espaço geográfico é um espaço vivido e modificado, que traz à tona as relações sociais, políticas e econômicas das sociedades em interação com o meio natural.

A caracterização do solo no contexto da paisagem cultural é de grande importância, pois conecta aspectos físicos e ambientais às práticas culturais, históricas e sociais de uma comunidade ou região. Além disso, pode identificar áreas que foram ocupadas ou cultivadas no passado, fornecendo dados para a arqueologia e a história da ocupação humana. Esse processo revela as condições que moldaram práticas culturais, de construção e de manejo ambiental típicas daquele lugar. Além de auxiliar na compreensão de como comunidades historicamente adaptaram suas práticas ao tipo de solo disponível, promovendo a continuidade dessas tradições.

Situada entre duas formações geológicas divididas pelo rio Mogi Guaçu, está a região mogiana. Um dos aspectos naturais desse território, que levou o homem a dominá-lo e transformá-lo, foi a presença de um tipo específico de argila denominada como Taguá. Ela provém da formação geológica Aquidauana, localizada ao Norte da região (Figura 8). Ao Sul, está a formação geológica do grupo Itararé (Gomes; Rissi, s.d.).

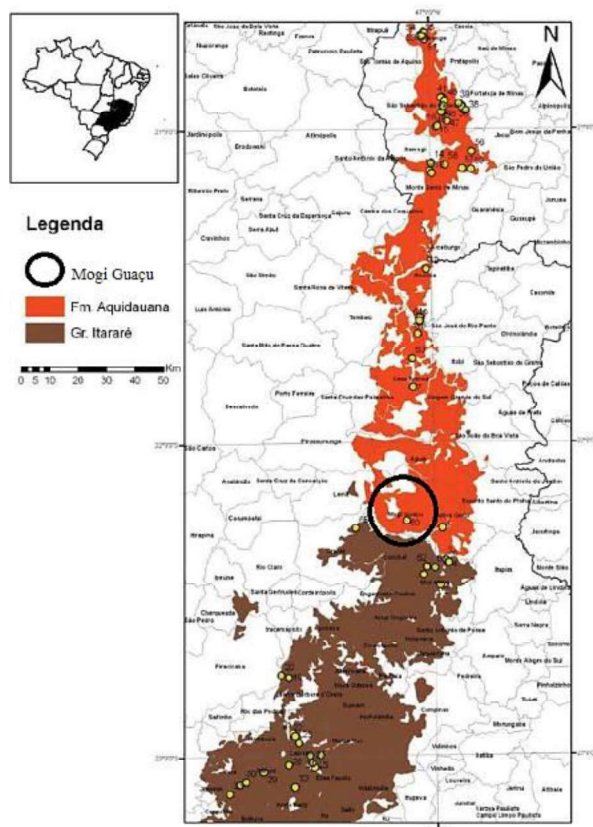


Figura 8- Localização e distribuição da formação Aquidauana e Grupo Itararé. Mogi Guaçu aparece circulado no mapa

Fonte: Ferreira, 2011.

Nesse sentido, o modo de fazer cerâmico emerge como um dos principais meios de interação entre o ser humano e a natureza, moldando a configuração desse espaço geográfico. A argila, moldada pelos habitantes locais e transformada pelo intercâmbio após o processo de colonização e a chegada dos imigrantes, transformou ainda mais o ambiente natural em um ambiente cultural com uma paisagem distinta.

As áreas próximas ao leito do rio Mogi Guaçu são compostas principalmente por argilas, enquanto as regiões mais distantes, ao sul variam de arenosas a rochosas, tornando-as adequadas para pastagens. Nas margens ao norte, o solo se apresenta mais estável e possui boa drenagem, proporcionando condições ideais para culturas agrícolas e criação de animais. Segundo levantamento realizado por Polito (2018), juntamente com a análise dos primeiros vestígios do núcleo de Mogi, é possível esboçar uma compreensão mais aprofundada da organização espacial desse assentamento.

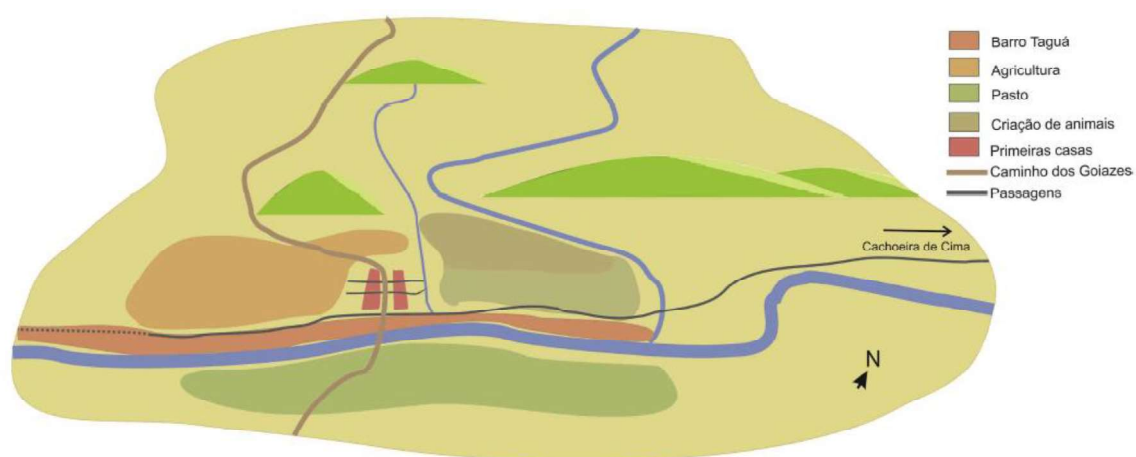


Figura 9- Croqui do assentamento de Mogi dos Campos
Fonte: Polito, 2018.

A topografia da região é suavemente acentuada, conforme descrevem De Mio e Gandolfi (1995). Segundo os autores, caracterizando as propriedades do terreno de interesse, expõe-se as intenções entre os processos do meio físico, do homem e de suas obras. Em termos geológicos, a área está localizada em uma zona que apresenta uma notável diversidade litológica de idade pré-cambriana, caracterizada por frequentes contatos tectônicos entre as diversas litologias.

Os aspectos geomorfológicos da área revelam uma região de transição entre a Depressão Periférica e o Planalto Atlântico, especificamente entre a área do Mogi Guaçu e a Serrania de Lindoia, onde são observadas diversas formas de relevo, incluindo planícies aluviais caracterizadas por terrenos baixos e levemente planos próximos às margens dos rios, sujeitos a inundações frequentes (De Mio, 1992). De fato, os municípios da região mogiana, incluindo Mogi Guaçu, sofreram com casos de alagamentos. A maior enchente ocorreu na década de 1970

devido às fortes chuvas, constantes e volumosas, que duraram cerca de 15 dias. O rio Mogi Guaçu transbordou e atingiu casas residenciais e comércios no centro da cidade (Figuras 10 a 12).



Figura 10 – Enchente no município de Mogi Guaçu na década de 1970
Fonte: Comunidade Facebook: “Cursinho da Fatec”, 2016.



Figura 11 - Enchente no município de Mogi Guaçu, na década de 1970
Fonte: Comunidade Facebook: “Cursinho da Fatec”, 2016.



Figura 12 – Enchente no município de Mogi Guaçu, na década de 1970
Fonte: Comunidade Facebook: “Cursinho da Fatec”, 2016.

Foram consideradas potencialmente inundáveis todas as áreas planas situadas ao longo das margens dos rios. Em sua investigação, Polito (2018) relata que a escolha de um local na planície aluvial, próximo a um rio volumoso e sujeito a cheias frequentes, cuja ampla bacia sugere a possibilidade de expansão das águas, evoca uma sensação de provisoriedade. Isso nos leva a refletir sobre o que Candido (2017) discutiu em suas análises sobre o perfil do habitante rústico: a presença do "provisório" em sua cultura, ou seja, a ideia de que a permanência prolongada não se alinha com seu estilo de vida.

A área de vegetação da região mogiana é composta por mata aberta, floresta aberta e úmida. O predomínio das culturas é de cana-de-açúcar em regiões de topografia suave, bem como de pastagens nas regiões mais movimentadas do terreno. Em toda a região, são frequentes as intercalações de finas camadas de argilitos com cores que variam entre vermelho-tijolo, como o caso da Argila Taguá, e arroxeados, tornando o terreno local da região conhecido como “terra roxa”, propensa à cultura cafeeira. O nome da terra foi dado pelos imigrantes italianos, que chamavam de "rossa" (vermelha), em sua língua natal, daí roxa.



Figura 13 – A terra roxa
Fonte: Wikimedia Commons, 2023.

A caracterização da matéria-prima transcende a análise técnica e assume um papel cultural ao revelar como o ambiente natural influenciou e foi moldado pelas atividades humanas ao longo do tempo. Assim, contribui para a preservação e valorização das paisagens culturais, promovendo um desenvolvimento equilibrado e respeitoso das tradições locais. O estudo do solo pode ajudar a compreender como as comunidades interagiram com seu ambiente, desenvolvendo um senso de identidade enraizado na paisagem. Solos influenciam diretamente a vegetação, a fauna e os ecossistemas que moldam a paisagem cultural.

2.2 Ocupação e posse: formação da paisagem mogiana

2.2.1 Importância das rotas e caminhos antigos

Vimos de uma extensa investigação do território mogiano, abordando inicialmente, a escala macro e progredindo até a microescala. Iniciamos descrevendo os aspectos naturais da região, desde a Bacia Hidrográfica do Rio Mogi Guaçu até o município de mesmo nome, para uma análise mais detalhada e localizada. Nesse contexto, destacamos como a abertura de caminhos pelo interior paulista interferiu positivamente para o surgimento do povoado mogiano.

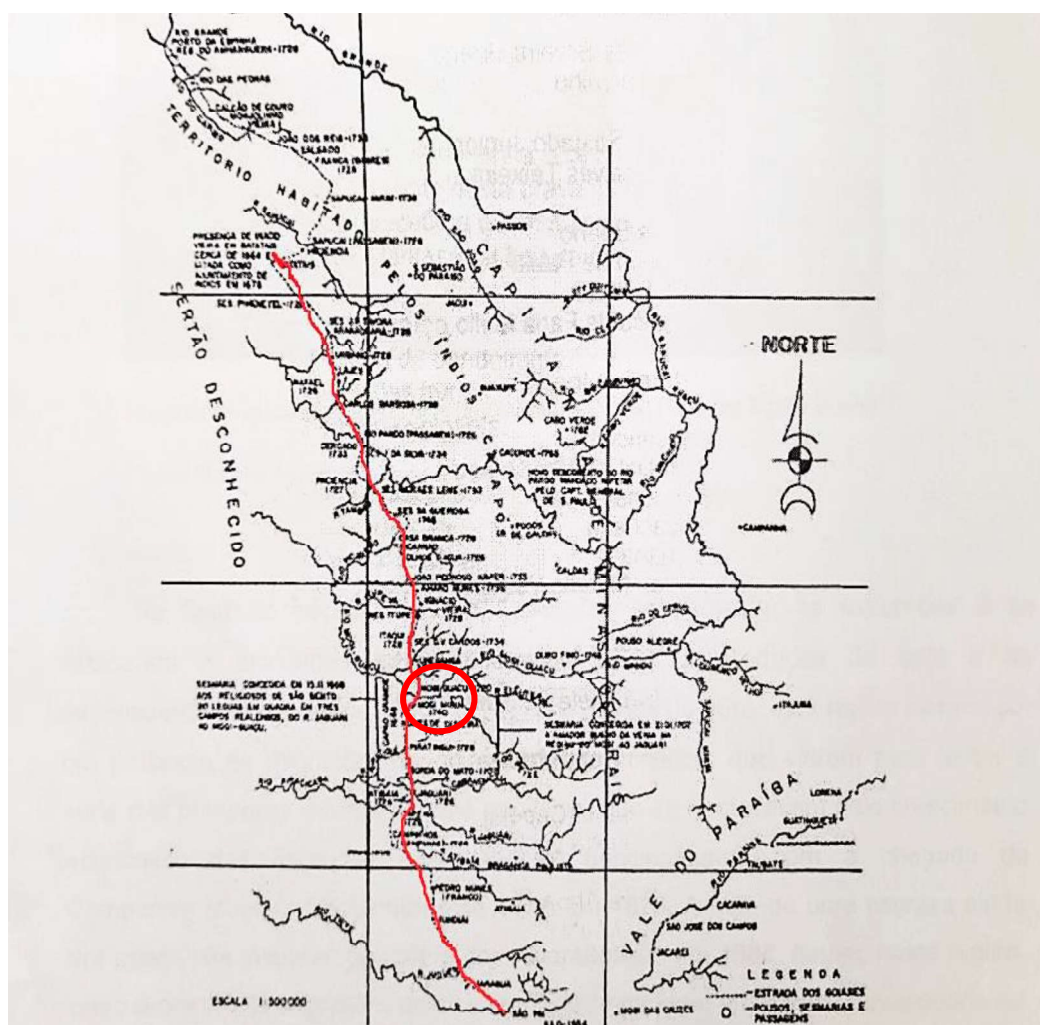


Figura 14 - Mapa da estrada dois Goyases na Capitania de São Paulo. O caminho destaca-se pela trilha em vermelho e os municípios de Mogi Guaçu e Mogi Mirim estão circutados.

Fonte: Legaspe, 1993. Editado pela autora.

A busca por novas terras através no interior paulista, durante o século XVII, visando encontrar depósitos minerais, impulsionou a abertura de rotas através sertão² (Bueno, 2009).

² Bueno (2009, p. 252) destaca que “Às zonas interiorizadas dava-se o nome de ‘sertão’ – região apartada do mar e por todas as partes metida entre terras – cabendo à ação humana dilatar-lhe os ‘confins’ – ‘fronteiras’ ou extremidades de uma terra contígua com outra”.

Entre as rotas mais significativas para o surgimento e fixação dos habitantes da região mogiana, destaca-se o Caminho dos Goyases, que se estendia de São Paulo até Goiás e Cuiabá (Figura 14). Originando-se no Planalto Paulista, o caminho atravessava localidades como Jundiaí, Atibaia, Mogi Mirim e Mogi Guaçu, antes de seguir rumo a Casa Branca, cruzar o Rio Grande e adentrar o interior goiano (Reis, 2014). Nessa paisagem, “[...] serras e rios exerciam papéis estruturadores – tanto aos aspectos naturais quanto aos culturais” (Polito, 2018, p.27).

Santos (2001) apresenta a narrativa de Alferes José Peixoto da Silva Braga sobre a paisagem durante a jornada da primeira Bandeira que explorou as "Minas dos Guaiazes". As descrições detalhadas oferecem um olhar vívido do cenário durante a importante travessia:

[...] sahi da cidade de São Paulo a três de julho de 1722 em companhia do Capitão Bartolomeu Bueno da Silva, Anhanguera de alcunha. Passado o Rio Theaté fomos pousar neste dia junto ao matto de Jundyahí, quatro légoas distante da Cidade de São Paulo; na manhã seguinte entramos no Matto e gastamos quatro dias. Sahidos do Matto passamos o Rio Mogy, que he rico de canoa, e muito peixe tem, e dá mostras de ouro, mas com pouca conta (Taunay, 1950 *apud* Santos, 2001, p.62).

A história da ancestral rota indígena, que tinha início em São Paulo e se estendi até Jundiaí, é narrada minuciosamente por Reis (2014). O caminho seguia em direção ao norte, atravessando uma série de rios como Atibaia, Jaguari, Mogi Guaçu, Pardo, Sapucaí, Gravataí, Parnaíba, Corumbá, Meia Ponte e Claro. O autor destaca ainda a significativa contribuição dos indígenas para desbravar o interior até então desconhecido pelos brancos. Recrutados dos assentamentos oficiais, eram detentores de um profundo conhecimento da terra, das florestas e de seus rios, sem os quais o fracasso da operação seria praticamente inevitável e se desenvolviam involuntariamente, em atividades essenciais, como pesca, caça e coleta de alimentos, assegurando a sobrevivência dos colonizadores.

O caminho dos Goyases desempenhou um papel crucial no fomento da fixação do povoado ao longo de sua rota a partir de 1730, especialmente com o aumento significativo das tropas de muares, o que impulsionou o comércio regional. Segundo Reis (2014), no ano de 1728, existiam, aproximadamente, 28 pontos de parada ao longo do trajeto para atender às necessidades dos viajantes. Entre as vilas que serviam como bases de apoio para as tropas que percorriam o caminho, estavam São Paulo, Jundiaí e, posteriormente Campinas, Mogi Mirim e Mogi Guaçu.

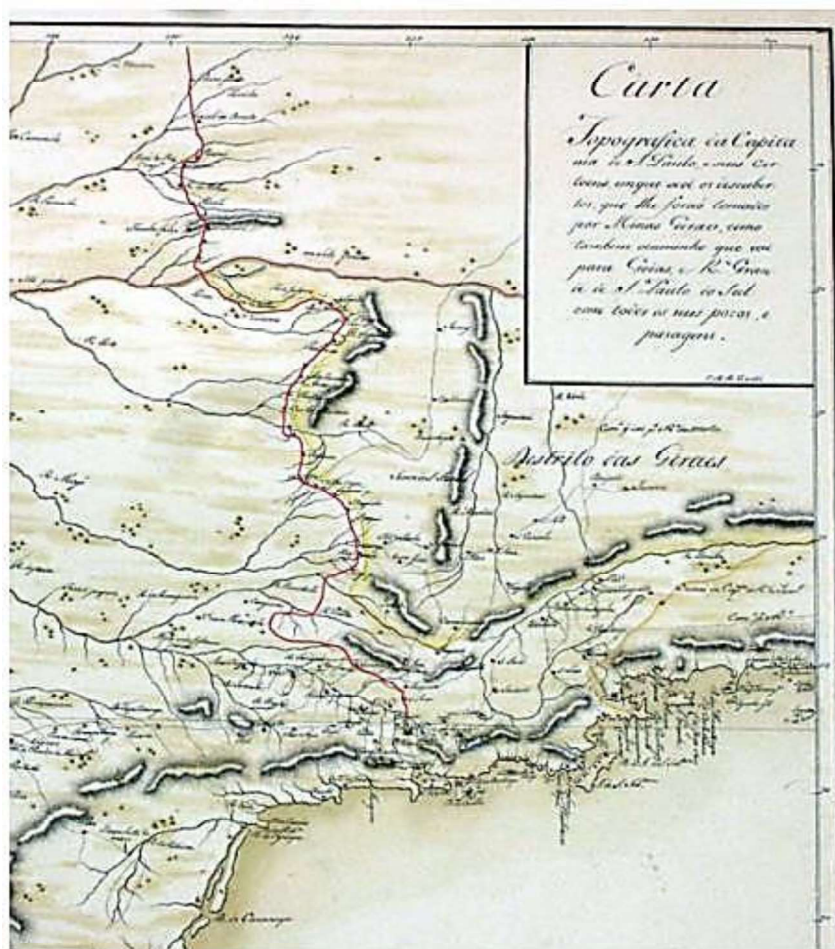


Figura 15 - Detalhe de “Carta Topografica da capitania de S. Paulo e seos certos, em que se vê os descobertos [...] como também o caminho que vai para Goiás [...]”, destacamos em vermelho. Nota-se como o caminho margeia a Serra da Mantiqueira e a divisa da então recém-criada capitania das Geraís, marcada no original em tom amarelo. C. H. R. Ano: [177-]

Fonte: Rossetto, 2006.

O caminho dos Goyases desempenhou um papel crucial no fomento da fixação do povoado ao longo de sua rota a partir de 1730, especialmente com o aumento significativo das tropas de muares, o que impulsionou o comércio regional. Segundo Reis (2014), no ano de 1728, existiam, aproximadamente, 28 pontos de parada ao longo do trajeto para atender às necessidades dos viajantes. Entre as vilas que serviam como bases de apoio para as tropas que percorriam o caminho, estavam São Paulo, Jundiaí e, posteriormente Campinas, Mogi Mirim e Mogi Guaçu.

Ao norte da cidade de São Paulo, apenas Jundiaí e as freguesias de Mogi Mirim e Mogi Guaçu funcionavam como pontos de apoio para as expedições bandeirantes ao longo do Caminho das Minas dos Goyases (Santos, 2001). "Sem esses campos, as bandeiras do século XVII e da primeira metade do século XVIII jamais teriam tido a amplitude que conheceram" (Reis, 2014, p. 36). A partir disso, é possível identificar a região das Mogis como participativa no contexto geral do Estado desde muito cedo, provando a sua importância ao longo de sua

Os fundadores do povoado de Mogi Guaçu, segundo Gomes e Rissi (s.d.), foram os irmãos Franco Godoy e a família Pedrosa, que se dedicavam à exploração de ouro na região. Como a presença do rio Mogi Guaçu era determinante, os concessionários das travessias fluviais eram agraciados com sesmarias pelo Reino, com o propósito de estabelecer comunidades e promover a agricultura. Há conjecturas de que o capitão Paes de Abreu tenha sido o concessionário encarregado da passagem sobre o rio Mogi Guaçu. Uma vez estabelecido, o povoado adquiriu a designação de Mogi dos Campos, devido à sua posição estratégica entre os campos do Vale do Mogi Guaçu (Polito, 2018). Podemos observar na Figura 17 o deslocamento de seus habitantes.

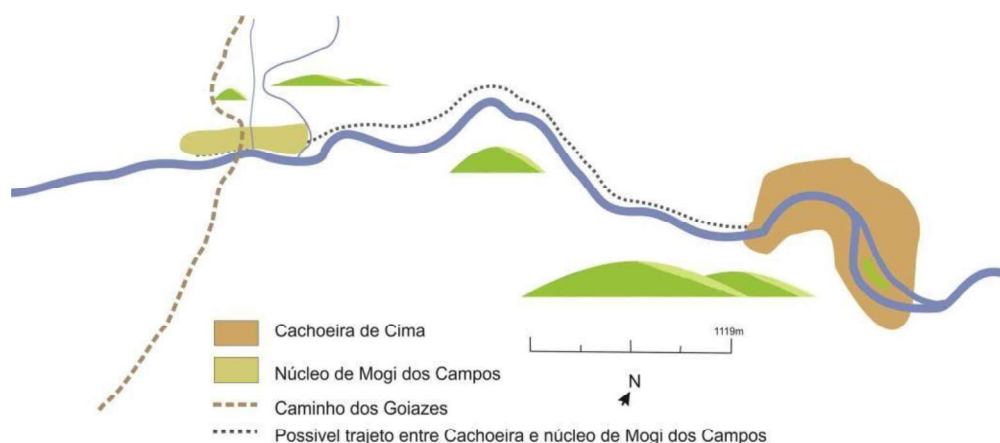


Figura 17 – Identificação do deslocamento realizado pelos primeiros habitantes de Mogi dos Campos
Fonte: Polito, 2018.

A região do povoado era caracterizada pelos sinuosos cursos do rio Mogi Guaçu, o que lhe confere uma paisagem hídrica singular. O município, a uma altitude média de 640m em relação ao mar, devido à abundância de água na região, voltava-se especialmente à atividade pesqueira, tornando-a essencial para a subsistência local (Polito, 2018). Na época, conseguir alimento representava um papel fundamental na compreensão do assentamento, já que exercia um papel central na vida social, organizando toda a produção do grupo (Candido, 2017).

Antes mesmo do cenário de surgimento do povoado, havia certa aura mística como parte integrante da cultura indígena ali pré-estabelecida, manifestando a profunda ligação entre o povo com a terra e suas características. Nessa perspectiva, o lugar era considerado de uma enorme grandeza tal, de origens sobrenaturais, o que é evidenciado no mito transmitido pelos indígenas ao longo das gerações, sobre a criação de Mogi:

Vivia feliz e descuidada a tribo Tapuia, à margem do Grande Rio, lá para o norte. Despreocupado e feliz também vivia o jovem e valente cacique, ao lado

de sua meiga esposa, uma linda índia de cabelos e olhos mais negros do que o feio urutáu. Mas um dia a maldição desceu sobre a tribo. Vinda de terras distantes, apareceu uma negra sucuri-açu, matando um a um, todos os guerreiros que tentavam caçá-la. Um dia chegou a vez do jovem cacique. A lua brincava de se esconder quando o chefe dos guerreiros deixou sua taba. Na beira da floresta ele olha para trás e para todos os lados, como se estivesse despedindo de tudo, e embrenha-se na mata. A lua assustada também se escondeu e passaram-se muitas horas. O sol apareceu e desapareceu várias vezes e, na tribo, todos aguardavam ansiosamente em silêncio a volta do chefe. Na meia escuridão um raio de lua iluminou a figura do caçador arrastando o corpo enorme da serpente. No silêncio da noite os tambores rufaram anunciando a vitória do Cacique Cobra Grande. O céu ficou enfeitado das mais lindas estrelas e enrubescido com o clarão da fogueira, em volta da qual dançavam para comemorar a vitória do valente guerreiro, que também tomou parte no festim. Depois, cansado, adormeceu com a vestimenta de festa, feita de penas de araras e com o corpo untado de óleos perfumados. Quando a madrugada raiava, soou um grito angustiante. O cacique tombou, vítima do veneno da maldita serpente. O pajé, apontando o sul, parte com a tribo a procura de lugar digno onde enterrar o amado chefe. Na Cachoeira de Cima, ao lado do mais lindo jequitibá, o Cacique Cobra Grande tem a sua morada eterna. As lágrimas de tristeza que vertiam da grande serra (Mantiqueira) beijam a sepultura do cacique, onde ali, esposa e irmãos, fizeram nascer nova morada, dando origem a Mogi Guaçu (Rodrigues, 1999, p. 43 *apud* Polito, 2018, p. 232).

A ascendência desse lugar remonta aos primeiros que tocaram esse território e se beneficiaram de suas riquezas. Os povos indígenas germinaram essas terras, alterando sua paisagem por meio de suas tradições e seu modo de vida. De acordo com Polito (2018), os povos indígenas praticavam um modo de vida que pode ser caracterizado como semi-nomadismo, semelhante ao adotado pelos bandeirantes. Esse estilo de vida envolvia um deslocamento constante, o que suscita questionamentos sobre a ocupação permanente da região mogiana. Ao analisar a presença indígena ao longo das margens do Rio Mogi Guaçu, Godoy nos oferece percepções elucidativas:

[...] toda a região compreendida entre Piracicaba, Rio Claro, Porto Ferreira, Pirassununga e até Mogi Mirim e Mogi Guaçu foi ocupada por volta de 1625, como grande território de caça, de pesca, de obtenção de recursos naturais para o grupo Tupi-Guarani, pois, todos os materiais líticos (machados, martelos,

raspadores, pilões, pontas de lança e de flechas), a cerâmica, os desenhos e os rituais funerários são semelhantes entre si em toda a mencionada região (Godoy, 1974, p.151 *apud* Polito, 2018, p. 111).

Segundo Ribeiro (2006, p. 133), o Brasil possui uma formação heterogênea, com grande diversidade cultural devido à sua “mestiçagem”. Ele enfatiza a confluência, a união entre portugueses, índios e negros, o que considera as matrizes étnicas do brasileiro. O território mogiano foi se constituindo por essa mestiçagem, resultando do que Polito (2018) definiu como uma paisagem cultural peculiar e multifacetada. Tratava-se de indivíduos cujos comportamentos eram singulares, cuja ocupação era diversificada, cujos traços denotavam rusticidade.

Os indivíduos eram conhecedores da natureza e das estações climáticas, possuíam o mínimo de sociabilidade, sendo denominados pela literatura como “caipiras” (Candido, 2017). Esse tipo de modo de vida, para a Coroa Portuguesa, representava um obstáculo à ordem que desejavam estabelecer. Considerada como “terra de ninguém”, seus habitantes eram vistos como um problema a ser resolvido, como se houvesse um mal em seus costumes “não civilizados”, e buscaram meios para resolver essa questão, tendo como objetivo substituir o místico pelo científico, o que contribuiria para a dinamização dos ritmos da urbanização. O sertão do interior paulista, portanto, não era estático: além das relações afetivas e simbólicas de grupos diferentes, havia também relações políticas no território (Polito, 2018).

O processo de enraizamento do território mogiano se intensificou a partir do conhecimento herdado de indígenas e de lusitanos, como esclarece Polito (2018). Conforme os deslocamentos se intensificavam, pousos e estruturas dispersas surgiam para atender às demandas locais – chamadas rancharias. A relação de pertencimento se dava por meio do convívio e da identidade, não da posse da terra.

O nome Mogi Guaçu, ou melhor, o grafismo relacionado a ele, foi alterado diversas vezes no decorrer dos anos, devido à aculturação que sofreu. Segundo dados da biblioteca do IBGE (2014), a Freguesia foi registrada com a denominação oficial de Mogi-Guassú, em 1740, fazendo parte do município de Jundiaí; posteriormente, foi elevada à categoria de vila pela Lei de 1877, mantendo o mesmo nome; por fim, desmembrou-se como distrito-sede em 1906, chegando à categoria de cidade em 1906, ainda como Mogi-Guassú. A alteração do nome do município de Mogi Guaçu ao longo do tempo reflete a influência da interação entre as culturas indígena e portuguesa durante o período de colonização do Brasil.



Figura 18 – Foto da primeira estação da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, em Mogi Guaçu. Destaque para a grafia antes utilizada

Fonte: Autoral, 2023.

O tema referente à representação dos fonemas contendo “J, X e Ç”, que aparecem nas línguas indígenas da América, da África, da Ásia e da Oceania, foi discutido oficialmente no Congresso Internacional de Geografia do Rio de Janeiro, no ano de 1926. Por unanimidade, os citados fonemas deveriam ser escritos com: “J, X e Ç”. Esse parecer foi enviado à Academia de Letras e das Ciências de Lisboa e ambas o incorporaram pelo Decreto de 1944. Nos termos da Nova Reforma Ortográfica, portanto, a grafia correta para o município mogiano seria Mojiguaçu, mas manteve-se o hífen, Moji-Guaçu, que permaneceu assim até o ano de 1999, quando apareceu grafado como Mogi Guaçu até hoje. Para o historiador guaçuano Legaspe (1993), a última alteração é inconstitucional e vai contra os princípios de valorização histórico- culturais mogianos.

Com a chegada dos portugueses e a fundação de vilas e cidades, era comum que os nomes indígenas fossem adaptados, alterados ou mesmo substituídos para se adequar à fonética ou aos interesses culturais e administrativos dos colonizadores. No caso de Mogi Guaçu, o nome passou por variações devido à oralidade, à escrita dos jesuítas e às mudanças administrativas durante o período colonial e imperial, até se estabilizar na forma atual. Esse processo de mudança toponímica é um reflexo direto da dinâmica cultural da época, onde os portugueses procuravam conciliar elementos da cultura indígena com seus próprios padrões linguísticos e

religiosos. Assim, as alterações no nome do município ilustram essa mistura de culturas e a tentativa de harmonizar o legado indígena com a administração colonial.

Com crescimento exponencial, o povoado mogiano foi expressivo a ponto de induzir uma intervenção de organização político-administrativa do governo, que instituiu a construção de igrejas e a elevação desse pequeno povoado à vila. Somou-se a isso a dinâmica colonial, na qual, à medida que o mercado se desinteressava pelo indígena e, posteriormente, pelas atividades de mineração, mais bandeirantes e parceiros de jornada passaram a fixar-se nas antigas paragens dos caminhos que percorriam (Artigiani, 1994).



Figura 19 e 20 – Praça do Recanto, centro de Mogi Guaçu, [19--]

Fonte: Gazeta Guaçuana, 2024.

De acordo com informações no “Caderno de Memórias de Mogi Guaçu: Fatos 1896/1996”, a comunidade mogiana ergueu, em 1733, a igreja dedicada à Nossa Senhora da Conceição, dando início à formação da Freguesia de Conceição do Campo. A partir desse evento, a freguesia foi estabelecida e, em 9 de abril de 1877, tornou-se município, data em que se comemora o aniversário de Mogi Guaçu. Entretanto, reconheçamos que os primeiros habitantes mogianos foram os indígenas que margearam o rio Mogi, pois foram eles que estabeleceram uma conexão com o território, deixando suas marcas na paisagem por meio de sua cultura, incluindo a habilidade na manipulação do barro, matéria-prima essencial para a produção de artefatos cerâmicos que caracterizaram a região.

A história do município mogiano evidencia sua contribuição para importantes contextos histórico-culturais em diferentes fases e ciclos econômicos do país. A interação entre os habitantes e a paisagem natural do território mogiano desempenhou um papel essencial em momentos históricos significativos do Brasil. A presença indígena na região enriqueceu o significado cultural do território. Além disso, participou ativamente das expedições bandeirantes e da abertura de novos caminhos, o que resultou em transformações na infraestrutura local e regional. Durante o período colonial, o município foi um ponto de convergência de informações e desempenhou um papel crucial na urbanização regional.

As diversas camadas da região revelam vestígios de culturas passadas que ainda se manifestam na paisagem, moldada por gerações que a alteraram, corrigiram e enriqueceram ao longo do tempo (Cervini, 2020). O território mogiano pode ser compreendido como um palimpsesto, conforme como mencionado por Secchi (2006), apresentando múltiplas camadas que se entrelaçam, formando um vasto campo de pesquisa. Nos próximos tópicos, vamos explorar alguns desses dos contextos que moldaram, de alguma forma, essa região tão rica em significados.

3. INFRAESTRUTURAS E FLUXOS

3.1 A implantação ferroviária e as culturas agrícolas na configuração da paisagem mogiana

O surgimento das linhas férreas, associado ao aumento da produção agrícola, proporcionaram um aumento da população no interior paulista, influenciando a produção oleira na região. As culturas de cana-de-açúcar e do café no interior do Estado, impulsionaram o crescimento demográfico e econômico, o que aumentou o número de construções habitacionais e de infraestruturas ferroviárias, utilizadas para escoar a produção. Procuramos ampliar o leque de conhecimento sobre o tema direcionado à região das Mogis, cuja demanda por materiais da construção civil favoreceu o surgimento e crescimento das olarias e posteriores indústrias ceramistas, que foram determinantes na transfiguração da paisagem mogiana.

O açúcar foi o primeiro grande produto de exportação de São Paulo e desempenhou um papel central na organização econômica, social e territorial da região. Como consequência dessa atividade, diversos setores e estruturas foram desenvolvidos para sustentar a produção e comercialização do açúcar. Tudo se desenvolveu como consequência dessa atividade, já que demandou ampliação das áreas cultiváveis, promovendo a ocupação do território e estimulando o surgimento de engenhos (Petrone, 1968). Cidades e vilarejos surgiram ao redor dos engenhos, favorecendo o desenvolvimento de núcleos urbanos e atividades comerciais associadas. Assim, a economia açucareira não apenas impulsionou a exportação, mas também estruturou a economia paulista, influenciando seu crescimento e configuração social ao longo dos séculos. Em 1798, existiam na Capitania 483 engenhos e, para o ano seguinte, o número aumentou para 574. Por um período de mais de meio século, a cultura da cana viria a ser o produto chave da economia paulista (Petrone, 1968).

De acordo com Haffner (2009), as economias de exportação na região mogiana surgiram por volta de 1765 e, embora o açúcar tenha funcionado como base econômica por um longo

período, a partir da década de 1860 o algodão passou a figurar como produto exportador no cenário do interior paulista. Em Mogi Mirim, por exemplo, houve algum interesse pelo algodão em 1865-67, quando se instalou uma colônia com imigrantes portugueses em seu território. À época, Mogi Guaçu consolidou a sua posição de importante entreposto de mercadorias, já que estava inserido no “quadrilátero do açúcar” (Figura 21) – uma das mais nobres áreas da capitania, formada pelos municípios de Sorocaba, Piracicaba, Mogi Guaçu e Jundiaí.



Figura 21 - Estado de São Paulo, com indicação de possíveis áreas de ocorrência de cana-de-açúcar desde o final do século XVIII, juntamente com a identificação do quadrilátero do açúcar

Fonte: Ross e Rodrigues, 2020); Org.: Dos Autores.

Saint-Hilaire (1940), em sua visita ao município de Mogi Guaçu, descreveu-o como um vilarejo formado por casas humildes, mas que continha em seus arredores cerca de 20 engenhos de açúcar em funcionamento. A produção de cana na região atingiu 227 mil arrobas, “1/4 da safra total da Província de São Paulo, de 866.000 arrobas” (Ramos Jr., 1995, p. 50), evidenciando-a como uma cultura imponente nos municípios em questão.



Figura 22 - Itinerário da primeira viagem de Auguste de Saint-Hilaire pela província de São Paulo
Fonte: Biblioteca histórica luso-brasileira.

A partir de 1790, a política de fomento agrícola se intensificou, impulsionando a produção de algodão e cana-de-açúcar em São Paulo. Essa diversificação econômica permitiu as primeiras exportações para Lisboa por meio do porto de Santos. No mesmo período, a Baixada Mogiana passou por um crescimento populacional, impulsionado tanto pela expansão das culturas de exportação quanto pela criação de gado bovino para subsistência (Haffner, 2009). A fixação populacional na região, representada por Mogi Mirim na Tabela 1, esteve diretamente ligada à produção açucareira e algodoeira, que também supriam demandas locais e regionais. A partir de 1830, os primeiros cafezais começaram a ser cultivados, iniciando uma nova fase no desenvolvimento econômico da área.

Anos	São Paulo (a)	Mogi Mirim (b)	Sertão do Rio Pardo (b)
1798	162.345	5.685	549
1804	184.464	7.360	843
1814	211.928	11.404	2.832
1818	221.634	14.583	4.510
1824	247.904	-	5.827

Tabela 1- Evolução demográfica da população da Província de São Paulo, de Mogi Mirim e do Sertão do Rio Pardo, 1798-1824
Fonte: Haffner, 2009.

O café surgiu como principal potencial na atividade econômica do país, com produção concentrada especialmente na região do Oeste Paulista⁴, acompanhado de grandes avanços tecnológicos como os telégrafos, as ferrovias, e as novas técnicas construtivas, das quais destacamos o uso do barro. As primeiras experiências da cafeicultura que merecem destaque no interior de São Paulo datam do final do século XVIII em Jundiaí, e no início do século XIX em Campinas e Limeira. No entanto, de acordo com Haffner (2009), os melhores resultados foram atingidos na região entre os rios Pardo e Mogi Guaçu, onde a cultura cafeeira passou a substituir rapidamente a da cana-de-açúcar, utilizando locais outrora empregados para a atividade criatória e de subsistência. O café desencadeou um verdadeiro processo de invasão do território paulista, transformando o panorama do interior do Estado (Haffner, 2009). O início da invasão cafeeira na região se deu por meio da produção da Baixada Mogiana, compreendida por Mogi Mirim e Mogi Guaçu.

⁴ Inicialmente, o Oeste Paulista “Velho” foi formado pelos grandes latifúndios cafeeiros de terra roxa, nos fins do século XIX e início do século XX, estavam localizados próximos dos municípios de Campinas, Limeira, Araras, Itu, Araraquara, Ribeirão Preto, Mococa, entre outros (SOUSA, 2008, p.34).



Figura 23 - Secadores de café, São Paulo. Entre as décadas de 1900 e 1920

Fonte: Centro de memória da Unicamp – Direitos: Coleção Antônio Miranda. Autor desconhecido.

Em 1830, os dois municípios mogianos apresentaram uma produção de 610 arrobas de café; 821 arrobas; em 1854, a produção elevou a 80 mil arrobas, um aumento de 13.000 %. “Grandes áreas foram desmatadas, pastos deram lugar a cafezais” (Ramos Jr., 1995, p. 50). Os dados indicam expressivo aumento da produção no espaço de tempo de 24 anos, indicando a substituição de parte da atividade criatória por aquela que se tornaria o principal produto de exportação do país. A região mogiana já contribuía com 2,31%, mas a maior parte da produção cafeeira paulista (77,46%) ainda tinha como procedência a região Norte; em segundo lugar, a região Central, com 13,91%; em terceiro, já estava a Mogiana.

Em 17 de Janeiro de 1854...neste município, não ha estabelecimento algum de mineração, nem consta que existam terrenos que se prestem a esta industria; Nessa mesma data informam que a lavoura do municipio consiste em – assucar, café, gado gordo, porcos cevados e cavallos mansos; quanto a fábricas, só existe uma de chapéos de pello, sendo que o pello é vindo da Europa; Nessa mesma data orçam a exportação dos tres annos findos no seguinte: -“Assucar, 210.000 arrobas; - Aguardente, 54 barris; - Café, 87.000 arrobas; - Porcos, 12.0000; - Gado, 6.000; - Cavallos, 1.000 (Mendes, 1971 *apud* Haffner, 2009, p.29).

Em 1918, uma severa geada atingiu a região, cobrindo os cafezais de branco e causando sérios prejuízos à cultura cafeeira, com temperaturas chegando a -4°C em junho. Embora houvesse uma recuperação posterior, a crise de 1929 impactou profundamente o setor, levando à erradicação de muitos cafezais na década de 1930. O sucesso da produção agrícola, aliado à expansão das ferrovias, impulsionou o crescimento populacional no interior paulista, impactando diretamente a produção oleira. O aumento das construções habitacionais e da

infraestrutura ferroviária ampliou a demanda por materiais cerâmicos, consolidando a atividade ceramista na região mogiana. A partir desse cenário, a cerâmica se firmou como a principal base socioeconômica local e passou a integrar a identidade cultural dos habitantes guaçuanos, agregando não apenas valor material, mas também significados imateriais à história da região. Todas essas atividades, que se alteraram ao longo do tempo, deixaram marcas culturais no território mogiano, gerando rugosidades que modificam a paisagem. Há uma relação intrínseca entre as pessoas e a paisagem, em que transformam-se mutuamente, alterando o ambiente, gerando a cultura material e imaterial específica daquele lugar.

No que concerne ao transporte dessas mercadorias, antes da introdução do motor a vapor, a tração animal era o único meio utilizado (Figura 24). Todavia, esse método não era muito eficiente devido às perdas de produção durante o trajeto até o porto de Santos, além de ser bastante dispendioso em termos de manutenção. De acordo com Reis (2014), os muares tiveram um papel bastante importante nesse período, já que eram eles quem realizavam o transporte de carga, desempenhando um papel crucial na economia, tanto durante o ciclo do açúcar quanto no desenvolvimento da economia cafeeira.

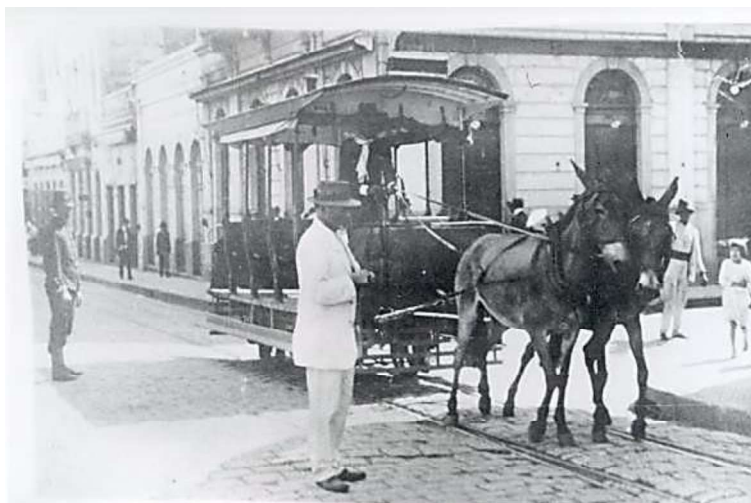


Figura 24- Bonde a tração animal, entre 1910 e 1911, Campinas
Fonte: Centro de memória da Unicamp - Direitos: Coleção Geraldo Sesso Junior.

Com o avanço tecnológico, o final do século XIX marcou o início do transporte a vapor na região, trazendo maior eficiência e reduzindo os custos logísticos. A introdução das locomotivas e das primeiras estradas de ferro possibilitou um escoamento mais rápido e seguro das mercadorias, contribuindo para a expansão da economia paulista e facilitando a integração do interior com o litoral. A situação melhorou com a conclusão da estrada de ferro que ligava o porto de Santos à cidade de Jundiaí, realizada pela companhia inglesa São Paulo Railway no

final da década de 1860, abrindo caminho para o surgimento de outras companhias ferroviárias no interior paulista.



Figura 25 – Trem da Cia Mogiana na ponte de ferro de Mogi Guaçu, s.d.

Fonte: Gazeta Guaçuana, 2023.

A chegada da ferrovia coincidiu com a imigração europeia, a instalação das primeiras fábricas, como a de indústria têxtil, fundição, engenhos e olarias, e a expansão da população e do sistema urbano, incluindo sua modernização (Reis, 2014). Tais fatores de mudança alteraram a infraestrutura e os fluxos, de pessoas e de informação.

A ferrovia permitiu a expansão do mercado cafeeiro no interior de São Paulo, aumentando o número de cidades e transformando a paisagem (Spiller, 2023). Em 1872, a Companhia Paulista de Estradas de Ferro inaugurou o trecho entre Jundiaí e Campinas, financiado por fazendeiros e políticos locais. Com recursos de capital privado, também surgiram a Companhia Ituana, ligando Itu a Jundiaí e a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, conectando Campinas a Ribeirão Preto, passando por Mogi Guaçu.



Figura 26 – Composição da Mogiana no pátio da estação de Mogi Guaçu, nos anos 1960 – autor desconhecido
Fonte: por Ralph Mennucci Giesbrecht (Estações Ferroviárias do Brasil).

Em um intervalo de 45 anos, o Brasil testemunhou um salto extraordinário na extensão de suas ferrovias, passando de 14,5 km em 1854 para 14 mil quilômetros em 1899. Dessas extensões, aproximadamente 8,7 mil quilômetros estavam concentrados na região cafeeira (Abreu; Leite; Moutone e Gonzaga, 2021). Logo em seguida, importantes linhas foram construídas, incluindo a Estrada de Ferro Dom Pedro II — posteriormente denominada Estrada de Ferro Central do Brasil — e a linha Santos-Jundiaí, entre outras. Em 1860, surgiu a ferrovia que conectava São Paulo ao porto de Santos, impulsionada pelo aumento contínuo na produção de café na província durante as décadas de 1880 e 1890 (BAER, 2012). A Figura 27 apresenta as linhas de trem que percorriam trechos da província com maior densidade populacional em 1885:

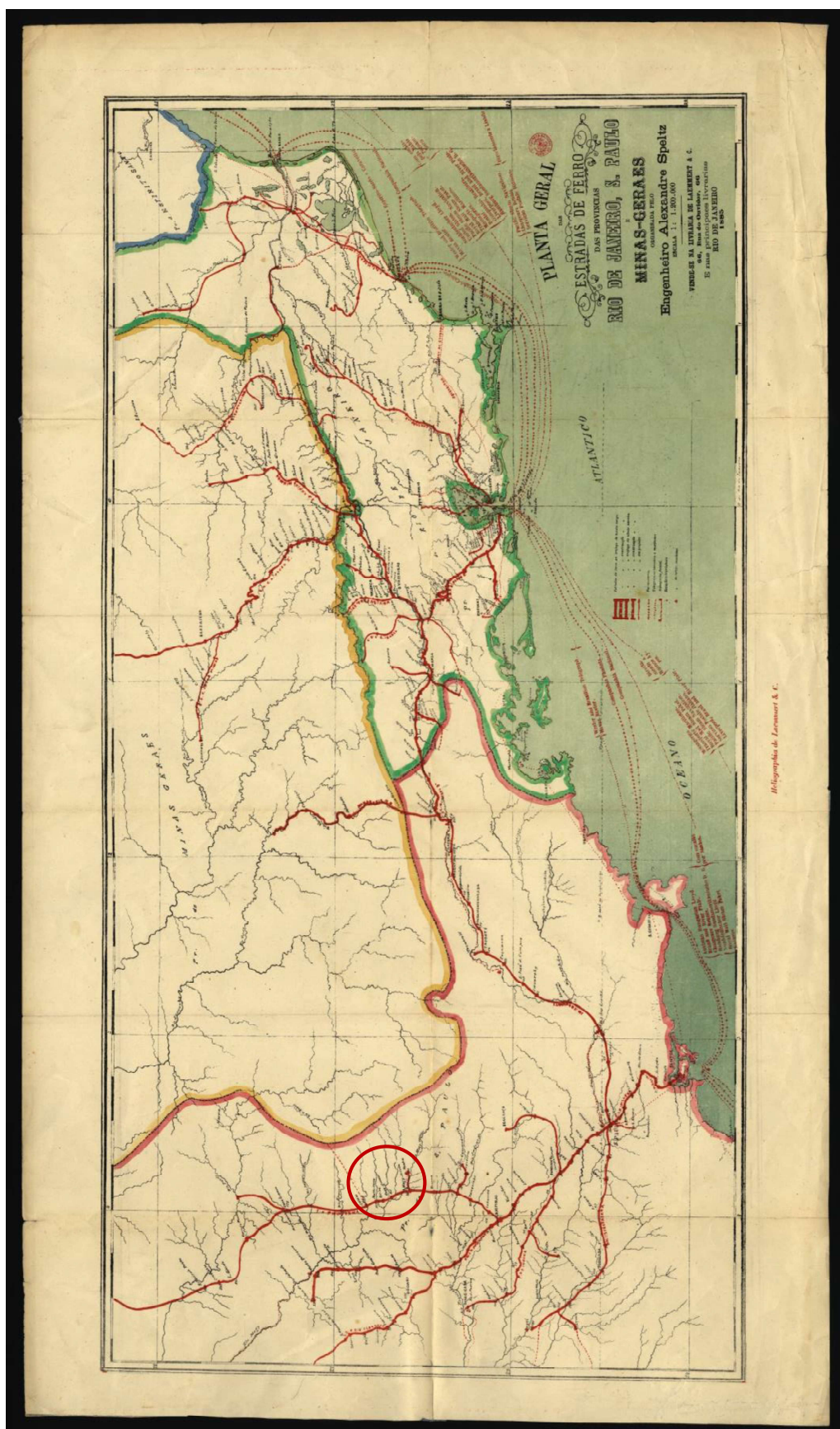


Figura 27- Planta Geral Estradas de Ferro das províncias Rio de Janeiro, S. Paulo e Minas-Gerías. Organizada por Engenheiro Alexandre Speltz – 1885. O círculo em vermelho indica as regiões de Mogi Guaçu e Mogi Mirim

Fonte: Biblioteca digital luso-brasileira. Editado pela autora.

modernidade progressista da época, pois eram vistas como catalisadoras do progresso e do desenvolvimento econômico (Costa, 2023).

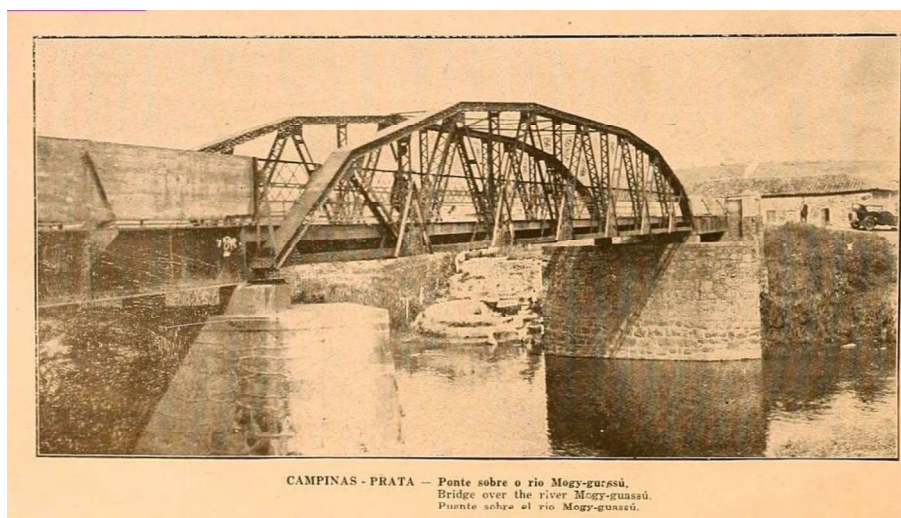


Figura 29 – Ponte de ferro sobre o rio Mogi Guaçu, funcionava como estrada ferroviária
Fonte: Acervo digital Antônio Carlos Castiglioni, publicada em “Mogi Guaçu fatos e fotos” (facebook”).

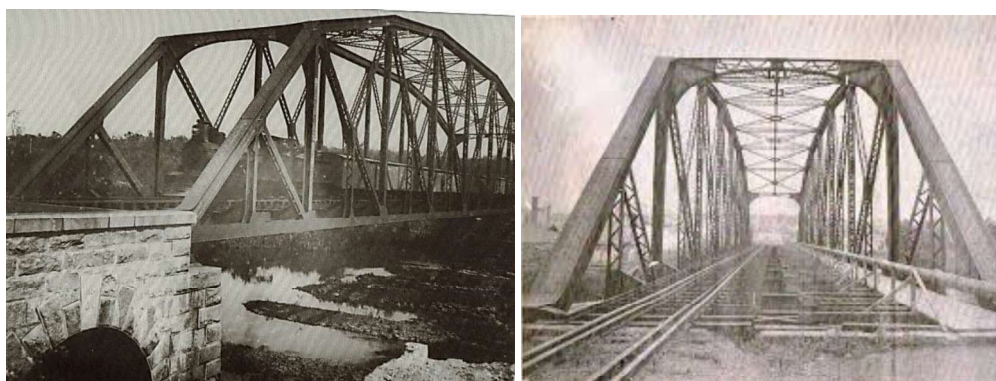


Figura 30 – Antiga ponte de ferro da Companhia Mogiana, em Mogi Guaçu/Sp.
Hoje se encontra totalmente diferente e é usada por automóveis, s.d.
Fonte: Ferrovias e Trens (Facebook), 2018.



Figura 31 – Estação de Mogi Guaçu, 1996
Fonte: Estações ferroviárias do Brasil. Autor Nilson Rodrigues.

Em 1887, a Companhia Mogiana atingiu Franca e, em 1888, as margens do Rio Grande. Posteriormente, transpõem o Rio Grande, avança a linha tronco em direção ao Triângulo Mineiro e inicia o serviço de navegação no Rio Grande, conforme Figura 32 (Matos, 1981 *apud* Geribello, p.28). Tanto a Cia Paulista quanto a Cia Mogiana eram combinadas com linhas de navegação fluvial e caminhos terrestres, formando um sistema de infraestrutura que favoreciam os fluxos (Reis, 2014).



Figura 32 - Ponte rodoferroviária sobre o Rio Grande erguida em 1915 pela Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. Foi usada pela ferrovia até 1979 e como ligação rodoviária entre a BR-050 e a SP-330 até 2001.

Atualmente recebe apenas tráfego local

Fonte: Wikimedia Commons. Por Andre Borges Lopes.

Oito anos após a implantação da primeira linha férrea, cinco outras ferrovias já estavam em funcionamento no Estado de São Paulo: Companhia Paulista de Estradas de Ferro, Companhia Ituana, Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, Companhia Sorocabana e Companhia São Paulo e Rio de Janeiro. Esse desenvolvimento favoreceu o surgimento de várias cidades no interior paulista, impulsionado pelo progresso da produção cafeeira e pela expansão das linhas, o que também aumentou a imigração de trabalhadores para os cafezais (Spiller, 2023). Em um intervalo de 45 anos, o Brasil testemunhou um salto extraordinário na extensão de suas ferrovias, passando de 14,5 km em 1854 para 14 mil quilômetros em 1899. Dessas extensões, aproximadamente 8,7 mil quilômetros estavam concentrados na região cafeeira (Abreu et al., 2021). As ferrovias tornaram-se a principal forma de conectar novas cidades e mercados ao porto e à capital.

A presença da Companhia Mogiana no oeste de Minas Gerais facilitou e acelerou as conexões dessa região com São Paulo, tornando-as mais rápidas e acessíveis. Sua evolução da acontecia rapidamente, estimulada pela crescente cultura cafeeira na região fértil da terra roxa. A ferrovia proporcionou ao interior do Estado melhores condições de vida e preparou o caminho para a policultura e o progresso das cidades que dela se serviam. Além disso, a Companhia

Mogiana criou novas condições de trabalho no Brasil, com a abolição do braço escravo em seus serviços, e a introdução da assistência social ao trabalhador urbano, criando, pela disciplina e pelos bons serviços, uma modelar na consciência ferroviária. Refletindo a obstinação de seus fundadores, passou a definir uma nova região no Brasil: a Zona Mogiana, formada pelos municípios paulistas e mineiros por onde passava⁵.

Essa nova infraestrutura não apenas moldou a geografia física, com a construção de estações ferroviárias, trilhos e armazéns, mas também influenciou a organização social e econômica, gerando um intenso movimento de trabalhadores e mercadorias. A atividade oleira, já presente em Mogi Guaçu, foi impulsionada por essa expansão, dado o aumento na demanda por materiais de construção para atender ao crescimento urbano. Assim, a ferrovia tornou-se um símbolo de progresso e dinamismo, ao mesmo tempo em que ajudou a consolidar a identidade cultural e econômica mogiana, entrelaçando o passado rural com o futuro industrial da região.

De acordo com texto elaborado por Giesbrecht (2021), no site *Estações ferroviárias do Brasil*, a estação do município de Mogi Guaçu foi aberta em 1878, em um prédio provisório. A edificação antiga foi substituída pelo atual edifício, provavelmente no ano de 1890. De Mogi Guaçu saía o ramal de Pinhal, de 1889 até a sua desativação, em 1961. Situada próxima ao centro da cidade, a estação, desativada em 1979, funciona hoje como a Secretaria de Turismo local. Os trilhos foram colocados para fora da cidade, onde existe uma estação nova, com o mesmo nome, na variante Guedes-Mato Seco.

⁵ Informações adquiridas a partir de coleções históricas do município de Mogi Guaçu acerca da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, produzidas por historiadores locais.



Figura 33 – Antiga estação da mogiana, localizada na Av. dos trabalhadores, em Mogi Guaçu, s.d.

Fonte: Biblioteca Municipal João XXIII



Figura 34 – Antiga estação da mogiana, atualmente

Fonte: Google Earth, 2023.

A estação de Mato Seco, ainda preservada em 1998, situava-se na linha original, onde a nova linha ferroviária cruzava o antigo traçado. Ela operou para embarque e desembarque de passageiros até setembro de 1997. Mesmo em condições precárias de conservação, permaneceu aberta, abrigando o chefe da estação e sua família. Seus desvios eram frequentemente utilizados para estacionar vagões carregados de bauxita provenientes do ramal de Caldas. Em dezembro de 2004, o edifício já havia sido ocupado por famílias desvinculadas da ferrovia, que gradualmente contribuíram para a deterioração do local. Em 2015, a estação ainda servia como moradia, sendo mantida na medida do possível (Giesbrecht, 2021).



Figura 35 – Estação da Mogiana Mato Seco, em Mogi Guaçu, 2011
Fonte: Estações ferroviárias do Brasil



Figura 36 - A estação Mato Seco em 2015
 Fonte: Estações ferroviárias do Brasil. Foto de Luiz Fernando Pecchiore Bastos.

A linha-tronco da Mogiana teve seu primeiro trecho inaugurado em 1875, alcançando seu ponto final em 1886, com a abertura da estação de entroncamento em 1900. Desde então, diversas retificações foram realizadas, alterando significativamente o traçado original ao longo de quase toda a sua extensão. Conforme registrado pela Associação de Estações Ferroviárias do Brasil, as modificações mais relevantes ocorreram nos anos de 1926, 1929, 1951, 1960, 1964, 1972, 1973 e 1979. Essas mudanças resultaram na desativação de antigas estações e na substituição por novas estruturas localizadas nos trechos modernizados (Giesbrecht, 2021).

Todas as estações (do prolongamento) foram feitas de armações de trilhos usados, cobertas de zinco, e fechadas com taboas de pinho, e todas

convenientemente pintadas e possuindo internamente as accommodações necessarias [...] ficaram à companhia em 2:000\$000 cada uma [...] mais ou menos (Relatório da Mogiana, 1878 *apud* Giesbrecht, 2021).

Segundo os documentos históricos encontrados em Mogi Guaçu, em 1878 a linha da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro foi prolongada de Mogi-Mirim até Casa Branca, construindo uma ponte sobre o Rio Mogi-Guaçu (Figura 37 e 38). Ela foi utilizada até 1904; neste ano, a Mogiana entregou uma nova para substituir a anterior, agora em ferro importado. Em 1979, a ponte foi abandonada pela ferrovia. Hoje a ponte serve para o tráfego rodoviário. Conservaram-se as bases de pedra e a estrutura em ferro, mas seus trilhos foram retirados e substituídos por asfalto.



Figuras 37 e 38 – À esquerda - Fotografia da Ponte de Ferro, [19--]. À direita – Fotografia da Ponte de Ferro, 2023
Fonte: Biblioteca IBGE - Acervo dos municípios brasileiros. Autor desconhecido; Google Fotos. Foto de Lucas Valeiro dos Santos.

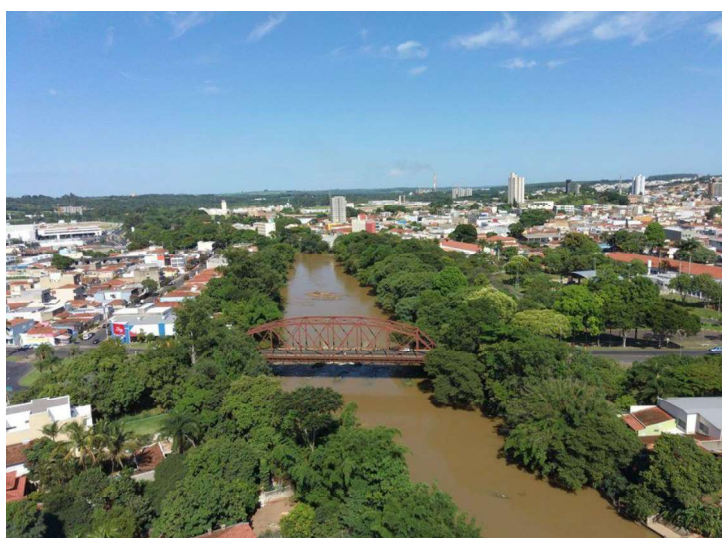


Figura 39 - Ponte Metálica vermelha sobre o rio Mogi Guaçu, ao fundo; vista do centro da cidade
Fonte: Por Elias Gonçalves Jr - Obra do próprio – Wikimedia Commons.

A conservação parcial da ponte, mesmo que adaptada para novos usos, mantém viva a materialidade da história da região, demonstrando como estruturas históricas podem ser reconfiguradas sem perder seu valor simbólico e cultural. Assim, a ponte transcende sua função original, tornando-se um testemunho material da evolução do território e das mudanças tecnológicas e sociais que ocorreram ao longo do tempo.

De acordo com registro locais do município de Mogi Guaçu, sobre a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, com a crise de 1929 e as dificuldades econômicas sobrevindas com a Segunda Guerra Mundial, a Mogiana passou por reflexos negativos em seus serviços. A construção de modernas estradas de rodagens iniciadas na década de 1950, abriu uma concorrência contra qual as ferrovias na época não conseguiam competir. Pela falta de capitais e certo desinteresse por parte dos fundadores, ficou determinada a passagem da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro para a administração do Estado. Dessa forma, pela Lei nº 1598 de 6 de junho de 1952, o Poder Executivo do Estado ficava autorizado a adquirir pelo seu valor nominal, ações da Cia Mogiana, de forma que viesse a possuir no mínimo dois terços da totalidade dessas ações (Geribello, 2011).

Segundo consta no trabalho de Geribello (2011, p.35), a ferrovia passou a pertencer a uma “sociedade anônima de economia mista, sendo a Fazenda do Estado de São Paulo detentora de 90,5% das ações representativas do Capital Social da empresa”, recebendo os acionistas cedentes como pagamento da venda de suas ações como apólices da dívida pública estadual, denominadas ‘Apólices Mogianas’. Dessa época, datam o afluxo de recursos financeiros que possibilitaram à estrada de ferro desenvolver o seu programa de modernização e reaparelhamento, única solução para que a tradicional estrada de ferro pudesse recuperar o atraso frente aos outros meios de transporte, seus concorrentes, e colocar-se em condições de acompanhar o progresso e dinamismo do Estado de São Paulo e do Brasil.

O investimento deu resultados positivos e, em 20 de abril de 1968, circulou pela Mogiana o primeiro trem experimental de passageiros entre Campinas e Brasília. O sucesso alcançado fez com que, desde então, a circulação desse trem, denominado “Bandeirante”, fosse realizada regularmente. A partir daquela data, também começaram a circular trens de carga para a capital federal, em conjunto com a Viação Férrea Centro-Oeste, da Rede Ferroviária Federal. Em 10 de novembro de 1971, a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro foi incorporada à Fepasa - Ferrovia Paulista S/A, juntamente com outras quatro ferrovias do Estado de São Paulo, em conformidade com o Decreto nº 10.410, de 28 de outubro do mesmo ano. No final de 1997, as operações de trens de passageiros na linha foram descontinuadas (Giesbrecht, 2021).

O desenvolvimento de outros veículos, como carros, ônibus e caminhões, alterou o perfil de locomoção entre as cidades. A partir de 1945, as ferrovias enfrentaram um processo de declínio e desatualização devido às dificuldades de adaptação. Mas além de facilitar o transporte de mercadorias, as ferrovias também possibilitaram a circulação de pessoas e ideias, o que contribuiu para a modernização e o intercâmbio cultural no interior. Estações ferroviárias tornaram-se pontos centrais para o comércio e o desenvolvimento urbano, consolidando-se como elementos simbólicos e patrimoniais dessas regiões.



Figura 40- o último trem de passageiros da mogiana, 1997
Fonte: (Giesbrecht, 2021).

Hoje, embora a malha ferroviária mogiana tenha sido em grande parte substituída por rodovias, as ferrovias ainda representam um legado importante no interior de São Paulo. Sua presença histórica é lembrada através de estações e pontes preservadas como patrimônios materiais, e a retomada de sua importância é discutida nos contextos de transporte de cargas. O debate sobre o uso de ferrovias como alternativa logística para o escoamento da produção agrícola e industrial, em substituição ao transporte rodoviário, reforça sua relevância para o futuro do desenvolvimento econômico da região. Assim, as ferrovias continuam a ser um símbolo de progresso e modernidade no imaginário paulista dentro do ambiente construído atual, representando uma conexão entre o passado e o futuro do interior do Estado.

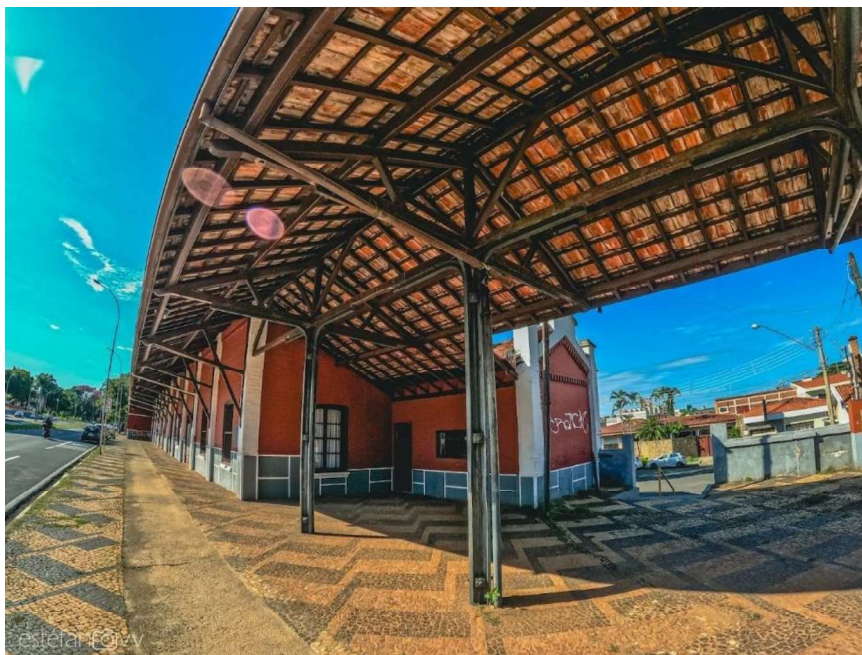


Figura 41 - Foto da antiga estação da Mogiana, 2022
Fonte: Google Fotos. Foto de Stéfano Vizconde Verasztó.

3.3 Chegada da rodovia

A transição das ferrovias para as estradas teve um impacto significativo na paisagem mogiana, já que desempenharam um papel central no desenvolvimento econômico e social. Essa mudança alterou profundamente não apenas a organização física das cidades e do campo, mas também influenciou dinâmicas sociais, culturais e econômicas. A substituição das ferrovias pelas rodovias alterou os fluxos econômicos regionais, onde as cidades que antes prosperavam como nós ferroviários foram marginalizadas com a criação de novas vias que desviavam o fluxo de pessoas e mercadorias. Ao mesmo tempo, outras cidades e regiões foram beneficiadas pelo novo traçado rodoviário, levando a uma redistribuição do desenvolvimento econômico e à alteração da geografia econômica do interior paulista.

Quando instalados, os trilhos ferroviários das companhias Paulista e da Mogiana correspondiam aos dois principais trechos do Caminho do Anhanguera (Reis, 2014), que posteriormente tornaram-se grandes vias rodoviárias. Durante o século XX, a abordagem rodoviária se consolidou. O projeto foi concretizado pelo então deputado Washington Luís, que deu seu nome à algum dos trechos. Entre 1920 e 1924, no governo do Estado de São Paulo, ele implementou um amplo plano rodoviário (Figura 42), com estradas que ligavam São Paulo a Jundiaí e Campinas, estendendo-se posteriormente até Ribeirão Preto, com uma variante em direção a Mogi Mirim, Mogi Guaçu e Franca. Dessa forma, as duas bifurcações do antigo Caminho do Anhanguera foram mantidas.

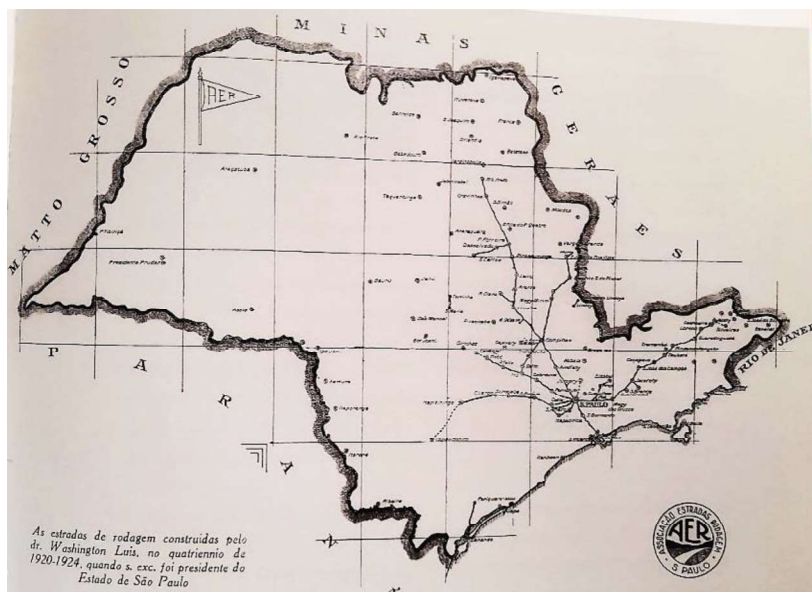


Figura 42- Mapa esquemático do Estado de São Paulo. Mostra as estradas de rodagem construídas pelo dr. Washington Luis, no quadriênio de 1920-1924. Observar ao centro, em direção ao noroeste, o eixo do antigo Caminho do Anhanguera, bifurcando-se a partir de Campinas
Fonte: Reis, 2014.



Figura 43 - Estrada dos presidiários, 1917 trecho em obras, onde os sentenciados faziam o trabalho vigiados por guardas armados
Fonte: Reis, 2014.



Figura 44 - Comitiva oficial do Primeiro Congresso Paulista de Estradas de Rodagens, 1917. Trecho entre São Paulo e Jundiá
Fonte: Reis, 2014.

Durante a implementação das novas vias, o serviço penitenciário do Estado foi aproveitado como mão de obra, visando a construção das estradas de rodagem a partir de 1915 (Figuras 43 e 44). O grande ciclo das rodovias teve início por volta de 1934, quando as linhas ferroviárias cederam lugar às estradas. Inicialmente, as novas vias foram amplamente utilizadas por automóveis e ônibus intermunicipais, sendo escassa a presença de caminhões. Uma vez mais, a paisagem sofreu uma mudança drástica. Além das transformações nas estradas, indústrias floresceram e estabeleceram-se ao redor das rodovias. A expansão urbana resultou em uma urbanização contínua, contribuindo para a dispersão das áreas urbanas e formando polos isolados ao redor das cidades e das rodovias. Essa mudança gerou uma transformação urbana e descentralização.



Figura 45 - Via anhanguera. Trecho próximo a Campinas, antes de sua bifurcação
Fonte: Reis, 2014.

As ferrovias foram o eixo central ao redor do qual muitas cidades se desenvolveram. Estações ferroviárias eram pontos de encontro, comércio e circulação de pessoas e mercadorias. Com a mudança para estradas e rodovias, o foco deslocou-se dos centros urbanos para áreas periféricas, especialmente com a construção de rodovias que frequentemente contornavam as cidades. Isso modificou a organização espacial e contribuiu para a expansão urbana desordenada em muitos casos, alterando a forma como as cidades se estruturavam e funcionavam.

Além disso, as ferrovias, suas estações, pontes e outras infraestruturas, eram parte significativa do patrimônio material e imaterial das regiões servidas por elas. A substituição por estradas levou ao abandono ou demolição de muitas dessas estruturas, o que resultou em uma perda de referências históricas e culturais. No entanto, onde preservadas, as antigas estações e trilhos ferroviários se tornaram símbolos nostálgicos de uma era passada e são hoje reconhecidos como patrimônio cultural importante. Temos em Mogi Guaçu os dois casos, já que alguns dos trilhos da mogiana foram cobertos e adaptados ao novo sistema de mobilidade urbana. Por outro lado, a ferrovia ainda se faz presente no contexto urbano de Mogi Guaçu, quando o trem ainda corta e passa por pontos importantes do município. Nesse sentido, a fenomenologia, como abordagem filosófica que valoriza a experiência vivida e a percepção direta do mundo, oferece uma perspectiva rica para a compreensão e preservação das linhas ferroviárias.

Ao valorizar a experiência humana e os sentidos que as linhas ferroviárias evocam, a fenomenologia oferece uma justificativa robusta para a importância de sua preservação, destacando seu papel no fortalecimento da memória coletiva e na construção de significados culturais. As linhas ferroviárias simbolizam a passagem do tempo e os avanços tecnológicos. Preservá-las permite observar como a infraestrutura moldou paisagens e comportamentos, oferecendo uma vivência fenomenológica do passado no presente. Caminhar por antigos trilhos

ou observar estações históricas é vivenciar temporalidades que se entrelaçam. Nesses casos, o conceito de *lugar* transcende o espaço físico, envolvendo significados e sentidos atribuídos pela experiência humana. As linhas ferroviárias são lugares que conectam comunidades, cidades e histórias, e sua preservação fortalece a identidade cultural e o sentimento de pertencimento. Mantê-las é assegurar a continuidade desses laços. Sons, paisagens vistas da janela do trem e a própria sensação do movimento criam memórias e vínculos emocionais com o espaço.

“A arquitetura envolve uma experiência incorporada, determinada pelo alcance e pela compreensão de nossa mão, o toque de nossos dedos, a sensação de calor e frio em nossa pele, os sons de nossos passos, a postura que tomamos e a posição de nossos olhos” (Mccarter e Pallasmaa, 2012 *apud* Bini e Almeida, 2021). Quando falamos da presença das ferrovias e de seus trens presentes no ambiente construído do contexto contemporâneo de Mogi Guaçu, por exemplo, podemos deduzir que os habitantes ainda são sensíveis às qualidades anteriormente mencionadas, visto que o som do trem sobre os trilhos, seu sinal sonoro ao fundo do som cotidiano da cidade, representam uma sensação de nostalgia e aconchego. Há ainda quem vá até o local dos trilhos do trem para vê-lo passar. Podemos dizer, portanto, que um fenômeno se manifestou naquele espaço, tornando-se um lugar de significado e de memória, individual e/ ou coletivo.

A vida ao redor das ferrovias era mais lenta e comunitária, com vilas e cidades crescendo ao ritmo dos trens. Com as estradas, a paisagem cultural foi dominada pela velocidade e pela descentralização. A cultura do automóvel, associada às rodovias, trouxe mudanças nos padrões de consumo, transporte e ocupação do território, promovendo uma maior mobilidade individual e uma diminuição das interações comunitárias nas cidades menores, já que as rodovias permitiram deslocamentos mais rápidos e longos. Além disso, as estradas trouxeram novos desafios ambientais, com o aumento do uso de automóveis e caminhões, levando à poluição e à degradação ambiental em áreas anteriormente menos acessíveis. A dependência das rodovias também aumentou o custo de manutenção da infraestrutura de transporte, impactando economicamente muitas regiões que antes dependiam do transporte ferroviário, mais eficiente para grandes volumes de carga.



Figura 46 - Via anhanguera 1940

Fonte: Biblioteca DER (Departamento de Estradas e Rodagem).

A rodovia Anhanguera, originada a partir do antigo trecho do Caminho do Anhanguera conforme Figura 46, evoluiu para se tornar um importante eixo urbano de integração da região metropolitana. Os novos padrões de produtividade modernizaram as práticas agrícolas, trazendo prosperidade para os habitantes das primeiras localidades ao longo do Caminho. Em resumo, a mudança das ferrovias para as estradas teve um impacto profundo na paisagem cultural, modificando a estrutura das cidades, a dinâmica social e a economia regional, além de provocar a perda de parte significativa do patrimônio material associado às ferrovias. Ao mesmo tempo, essa transição trouxe novos desafios e oportunidades, redefinindo a forma como os habitantes interagem com o território e com a infraestrutura de transporte.

3.4 Crescimento e ocupação da malha urbana de Mogi Guaçu

No decorrer da pesquisa histórica sobre o município de Mogi Guaçu, identificamos um exemplar intitulado “Caderno de Memórias de Mogi Guaçu: Fatos 1886/1996”. O projeto foi idealizado em 1992, pelo então prefeito Walter Caveanha, com o propósito de documentar, entre diversos acontecimentos, o desenvolvimento do município. Entre as informações mais relevantes para a nossa investigação, destacam-se os dados referentes à ocupação da malha urbana, à saúde pública - incluindo febres e saneamento básico - à formação dos serviços e equipamentos urbanos públicos (como coleta de lixo e iluminação), bem como informações sobre as atividades econômicas, políticas e culturais da comunidade guaçuana ao longo dos últimos cem anos. O intuito do projeto era contribuir para o resgate da história municipal mogiana.

De acordo com dados coletados a partir do exemplar, foi apenas no final do século XIX que o município de Mogi Guaçu passou a se preocupar com questões de urbanização. Em 1896, ocorreu a primeira delimitação oficial entre as áreas rural e urbana de Mogi, conforme estabelecido pelo Decreto nº 8:

Fica determinado o perímetro urbano desta villa do modo seguinte, tomada por ponto de partida Sancta Cruz da Guerra, em linha recta até a linha de Estrada de ferro, d'ahi seguinte pela mesma linha ate o Rio Mogyguassu e por este abaixo ate outro marco colocado na diviza dos pastos de propriedade dos cidadãos Joaquim Mathias Franco e Manoel de Paula Bueno e d'ahi em linha recta ate a ponte onde tem principio, na Sancta Cruz da Guerra (Caderno de memórias Mogi Guaçu: fatos 1886/1996, 1996, p.3).

Nas Figura 47 e 48, observamos as áreas de ocupação urbana, que estavam próximas à Estação, ao Largo da Matriz. O crescimento e ocupação da malha urbana em 1896, limitou-se à margem direita do rio, exercendo seu papel como barreira natural. Também é possível identificar o bairro das olarias, representado pelo círculo vermelho, destaque no município por reunir unidades oleiras importantes no desenvolvimento da urbanização mogiana. Interessante observar também esse desenvolvimento de antigas olarias para indústrias cerâmicas.

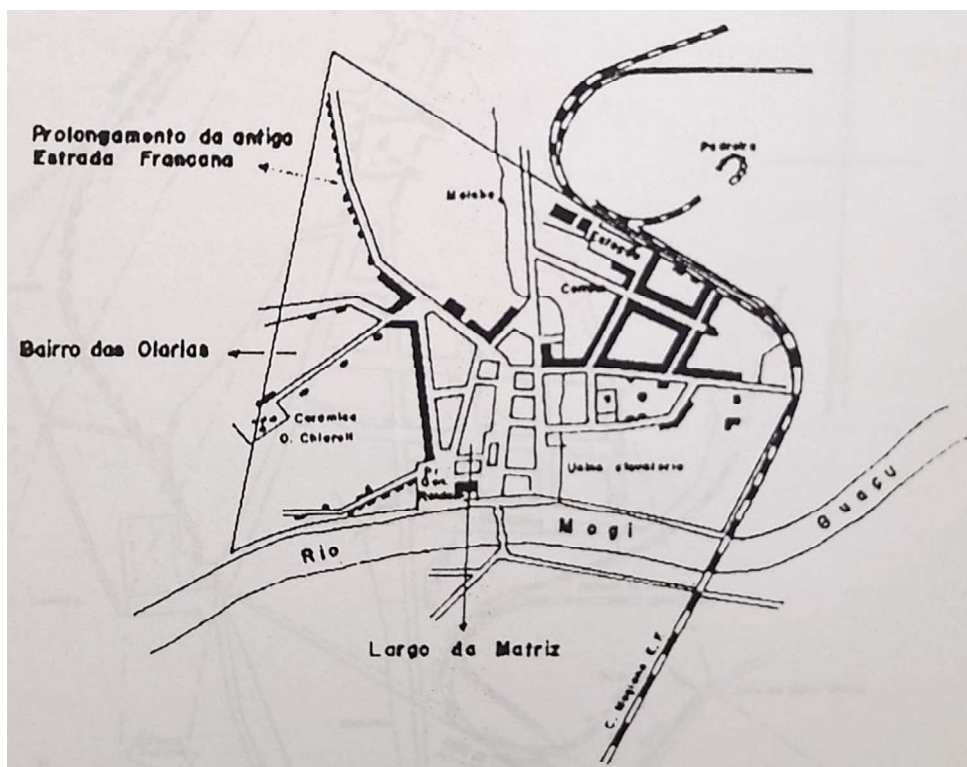


Figura 47- Planta da cidade de Mogi Guaçu – Perímetro Urbano, 1896

Fonte: Caderno Memória - Prefeitura Municipal de Mogi Guaçu, junho de 1996. Editado pela autora.

realocação do cemitério em 1896, motivada pela associação entre sua proximidade ao núcleo urbano e a disseminação das "febres de mau caráter", não apenas redefiniu o uso do solo, mas também introduziu novas práticas de planejamento urbano. A adoção de políticas relacionadas à mobilidade, saneamento básico e controle sanitário contribuiu para modificar a organização do espaço e a relação da população com o ambiente. Essas mudanças, marcadas por intervenções estruturais e regulatórias, deixaram registros tanto no espaço urbano.

Ainda nesse contexto, a Câmara Municipal instituiu a concessão gratuita de lotes de terra aos moradores, presumivelmente com o objetivo de promover o adensamento da ocupação urbana da vila e atender à crescente demanda da população por terrenos municipais. No entanto, conforme estabelecido pelo Decreto nº 9, a posse do lote estava condicionada à realização de benfeitorias, como a construção de muros e edificações. O poder público utilizava esse mecanismo como forma de assegurar a efetiva ocupação das áreas, além de coibir a posse especulativa de terrenos. Essas "Cartas de Datas" ou "Cartas de Terras", como eram conhecidas, continuaram a ser emitidas durante as primeiras décadas do século XX.

Entre a década de 1896 a 1996, houve um crescimento urbano significativo no município, que saiu de 10.129 para 120.000 habitantes. A Figura 49 traz o perímetro urbano de Mogi Guaçu entre 1969 a 1970. Quando comparamos com os mapas acima, fica claro a evolução da malha urbana do município após a década de 1940. Nesse viés, é totalmente viável deduzir que o ramo das indústrias ceramistas teve grande representatividade nesse aumento demográfico, já que foi justamente no mesmo período que esse segmento se mostrou mais representativo. Do período de surgimento das primeiras olarias, na década de 1890, Mogi Guaçu atingiu o auge da cerâmica industrial por volta da década de 1960, representando forte influência para o desenvolvimento socioeconômico da região mogiana.

Era comum nesse período que os habitantes da zona rural do município abrissem caminhos nas propriedades dos fazendeiros, com o intuito de encurtar as rotas de comunicação entre os principais pontos do município. Esses caminhos, em geral, conectavam os bairros entre si, como Taquarantam a Mato Seco, Rio das Pedras a Tijuco Preto, Cercado Grande à Estiva, e muitos deles chegavam ao centro da vila. Frequentemente, os fazendeiros fechavam essas vias de acesso em suas propriedades, impedindo a circulação da população. Entre 1888 e 1896, a Câmara Municipal recebeu diversos requerimentos denunciando essa prática e solicitando providências. Os pareceres emitidos pela Câmara invariavelmente favoreciam os usuários dessas vias, determinando que os proprietários as desobstruíssem imediatamente, sob pena de multa caso a ordem não fosse cumprida.

Diante da elevada demanda, o poder público municipal demonstrava preocupação com a manutenção das estradas e dos caminhos carroçáveis. Contudo, sem recursos próprios para a realização dessas obras, a Câmara Municipal convocava fazendeiros e trabalhadores rurais para a conservação das vias. Aqueles que não comparecessem no local e data designados para a realização dos trabalhos estavam sujeitos a severas punições. Havia, inclusive, os chamados “inspetores de caminhos”, responsáveis pela fiscalização dessas atividades e encarregados de arbitrar em conflitos relacionados à posse da terra.

Em 1996, Mogi Guaçu dispunha de uma ampla rede de comunicação que o interligava a outras localidades do estado e do país. De acordo com a Secretaria de Obras e Viação, o município contava com mais de 1.100 km de vias asfaltadas e aproximadamente 900 km de estradas rurais não pavimentadas. Além disso, havia empresas de transporte locais, das quais apenas uma realizava o transporte urbano, enquanto as demais se dedicavam ao transporte rodoviário, operando no âmbito estadual e interestadual, transportando tanto pessoas quanto mercadorias.

No contexto atual, a área urbana de Mogi Guaçu é servida por diversas avenidas que facilitam o trânsito. A avenida mais extensa e de maior fluxo de tráfego é a Avenida dos Trabalhadores (Figuras 51 e 52), onde se localiza a antiga estação ferroviária da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. Ao analisar sua localização no perímetro urbano, é possível identificar uma relação estreita entre a localização da ferrovia bem próxima às indústrias cerâmicas, o que confirma o uso do trem para escoar os produtos para outros polos. Segundo dados obtidos nos documentos armazenados na Biblioteca João XXIII, em novembro de 2017, a frota municipal contava com 109.988 veículos, sendo 59.938 automóveis, 24.468 motocicletas, 2.629 caminhões, 629 ônibus e 520 micro-ônibus, posicionando Mogi Guaçu

como a 133ª maior frota de veículos do Brasil e a 42ª maior do estado, conforme dados do Departamento Estadual de Trânsito de novembro de 2018.



Figura 51 - Cruzamento da rua Paula Bueno com a linha férrea (hoje av. dos trabalhadores), anos 1960
Fonte: Sonia Regina Mario Eugenio (Youtube), 2021.



Figura 52 – Avenida dos trabalhadores à direita. Indústrias cerâmicas representadas por cores diferentes
Fonte: Google Earth – editado pela autora, 2024.

De acordo com Rosseto (2006), Mogi Guaçu ainda carrega os traços da antiga trilha do Caminho do Anhanguera:

[...]subindo um trecho inicial da rua Paula Bueno até o cruzamento dessa com a linha da Companhia Mogiana e do ramal férreo; tal como no início, termina o trajeto representado acompanhando o trajeto da linha férrea (Rosseto, 2006, p. 156).

Em uma reconstituição do antigo Caminho, o autor revela que parte do traçado da

Estrada dos Goiases corresponderia, mais ou menos, ao traçado da atual avenida Paula Bueno, estrada de Mogi, claramente delineado nas fotografias de número 58 e 56. Tendo atingido a avenida Paula Bueno (Figura 53), o traçado da estrada dos Goiases seguiria por esta até o ponto 3, e daí pela então estrada de Mogi, ressaltando a presença da linha férrea percorrendo praticamente o mesmo trajeto.

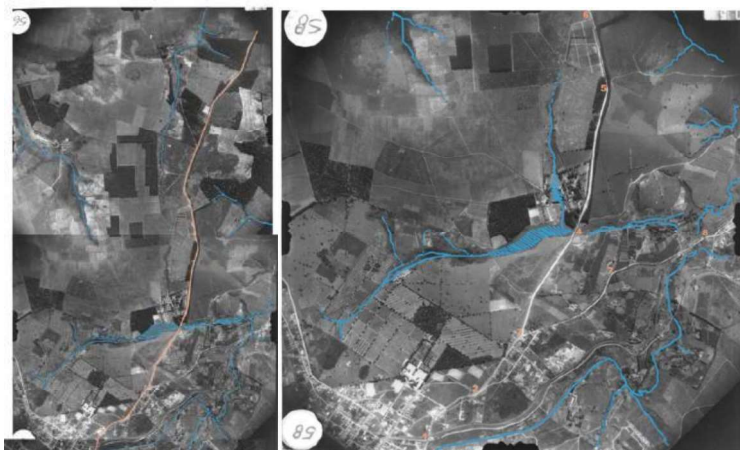


Figura 53 - Reconstituição, feita pelo autor, do traçado da estrada dos Goiases sobre a área da foto nº 58 do levantamento aéreo de 1940.

Fonte: Rosseto, 2006.

No cenário atual, esses traços históricos assumem um papel simbólico e funcional. Por um lado, eles contribuem para a identidade da cidade, preservando memórias culturais e promovendo um sentimento de pertencimento. Por outro lado, servem como eixo para o planejamento urbano, oferecendo diretrizes para melhorias na mobilidade e na conexão entre diferentes áreas do município. A coexistência de elementos históricos e contemporâneos no tecido urbano também ressalta a necessidade de políticas públicas que valorizem o patrimônio enquanto atendem às demandas de urbanização, promovendo um equilíbrio entre tradição e modernidade.

A persistência dos traços do antigo Caminho do Anhanguera no contexto urbano de Mogi Guaçu destaca como as infraestruturas históricas influenciam o desenvolvimento e a organização espacial contemporânea. O alinhamento do traçado da estrada dos Goiases com vias modernas, como a Avenida Paula Bueno, reflete a continuidade de uma lógica de ocupação territorial que atravessa séculos. Essa sobreposição evidencia a integração entre as heranças do passado e as demandas urbanas atuais, reforçando a importância do reconhecimento histórico na compreensão e gestão do espaço urbano.

3.5 A Revolução dos Transportes e Comunicações e suas Implicações na Paisagem Urbana

No que se refere à busca pelo progresso, a evolução dos meios de transporte e comunicação alteraram profundamente a estrutura dos fluxos no ambiente construído, reorganizando a mobilidade de pessoas, bens e informações, transformando a forma como os espaços urbanos eram vivenciados e utilizados. Essas mudanças tiveram impactos notáveis na paisagem urbana mogiana, transformando o modo como as cidades se organizavam e expandiam. Trouxeram consigo complexidade aos fluxos urbanos, requerendo uma infraestrutura flexível que permitisse o uso adaptável do espaço e a integração dos novos modos de vida. O surgimento do telégrafo foi um marco na história das comunicações que impactou de forma significativa a organização dos fluxos no ambiente construído. Pela primeira vez, a transmissão de informações podia ocorrer quase instantaneamente entre locais distantes, separando pela primeira vez a comunicação da necessidade de deslocamento físico. Esse avanço não só transformou a economia e a política, como também mudou a maneira de conceber o espaço urbano e as relações entre diferentes regiões.

O telégrafo constitui um sistema de comunicação que foi desenvolvido antes do advento do telefone, visando à transmissão de mensagens de maneira confiável e segura entre pontos distantes. Inicialmente instalados para atender às necessidades políticas, tornaram-se importante meio de comunicação no país, comumente utilizados entre as estações ferroviárias, de modo que o maquinista poderia seguir viagem apenas com a devida autorização. Em algumas cidades, os telégrafos das ferrovias também atenderam à população local, permitindo o envio de telegramas para transações comerciais e notícias entre os familiares (Maciel, 2001).

A primeira linha de telégrafo elétrico foi concluída em 1852, conectando a Quinta Imperial ao Quartel General do Exército do Rio de Janeiro (Maciel, 2001). Posteriormente, a infraestrutura fez surgir uma rede de localidades - da qual fazia parte Mogi Guaçu e Mogi Mirim - conectadas pelo fluxo de informações, mercadorias e pessoas, conforme observamos na Figura 54. A conexão telegráfica foi fundamental para a região mogiana, pois a integrava aos principais polos econômicos e comerciais do estado, possibilitando o desenvolvimento de atividades industriais e comerciais (Maciel, 2001).

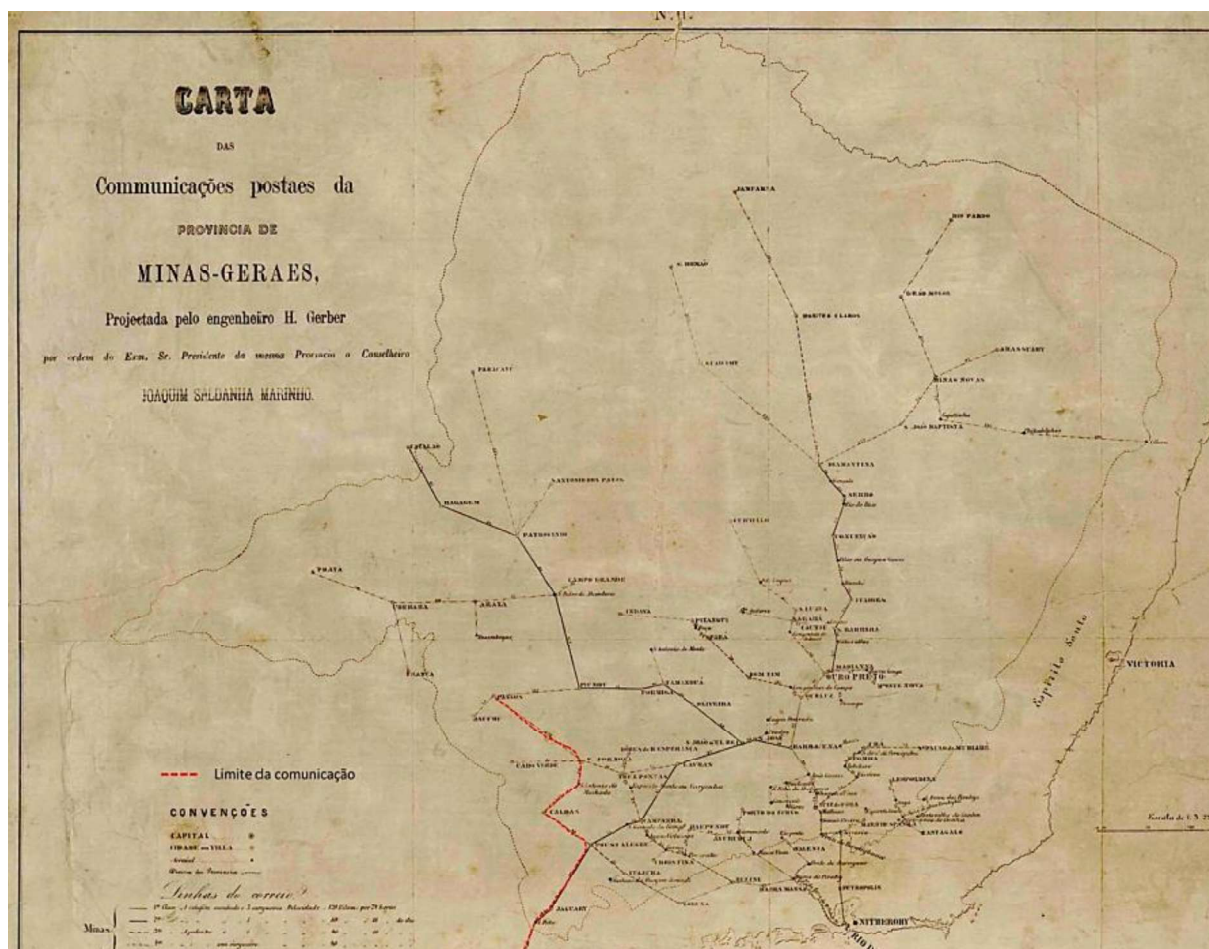


Figura 54 - Mapa duas linhas de postais em Minas Gerais
Fonte: Polito, 2018.

De acordo com Maciel (2001), o telégrafo é visto hoje como o precursor da internet. O autor argumenta que foi a primeira tecnologia de informação a utilizar uma rede mundial:

Sua difusão e seu desenvolvimento criaram uma cultura própria, com vocabulário, linguagem, ritmo e formas de comunicar compartilhados por milhões de pessoas em todo o mundo. Ao longo de um século e meio, o telégrafo incorporou-se ao cotidiano ao lado de outros sistemas tradicionais de comunicação ainda hoje em uso, como o telefone e o rádio, por exemplo (Maciel, 2001, p. 127-128).

Podemos dizer que foi um meio de comunicação que revolucionou a transmissão de informações, acelerando o ritmo da vida cotidiana e a circulação das notícias, não diferente do papel que exerciam as ferrovias. Ambos eram vistos como ferramentas capazes de transformar o comércio, a indústria e o mercado financeiro, facilitando a troca de informações e auxiliando no transporte de mercadorias, dentre elas materiais para construção civil, como o tijolo. “À medida que o telégrafo, com sua rede de postes, fios e estações, avançava rumo ao oeste desbravando e domesticando os sertões, também levava a palavra do poder, tornando concreta

a ideia de nação e República até os confins do território nacional” (Maciel, 2001, p.138-139).

O surgimento do telégrafo e a aceleração dos meios de comunicação interferiram profundamente na relação entre as pessoas e a paisagem, alterando tanto a forma como as cidades eram percebidas quanto o modo como as interações sociais se estruturavam. Essa nova tecnologia redefiniu as distâncias físicas e emocionais, a percepção do tempo e as relações com o espaço, o que influenciou diretamente o vínculo das pessoas com a paisagem urbana e regional. Em suma, a intersecção entre o surgimento do telégrafo e a paisagem cultural mogiana revela como as inovações nos meios de comunicação moldam não apenas o espaço físico, mas também as relações sociais e as identidades coletivas, evidenciando a complexidade e a dinamicidade das interações humanas com o ambiente construído.



Figura 55 - Vagão da RFFSA usado para transportar serviços de Correios e Telégrafo
Fonte: Museu de Cacule.

O autor Maciel (2001, p.138), ainda afirma que o conjunto ferrovia/telégrafo foi frequentemente empregado como instrumento de “desbravamento e pioneirismo, sobrepondo a ocupação e a colonização dos sertões brasileiros”. Acreditava-se que a construção de uma estrada de ferro ou de uma linha telegráfica tinha quase um poder imediato de transformar a região ao seu redor. A citação do geógrafo francês Pierre Denis exemplifica tal fato:

Os brasileiros constroem estradas [de ferro] em pleno deserto, em virtude de um princípio verificado nos Estados Unidos, de que as estradas desenvolvem as regiões que atravessam, e que o colono, o industrial e o comerciante seguem atrás das locomotivas...[a ferrovia] age como uma artéria vivificante... Novos caminhos abertos terminam na estação, perto da qual surge logo um pequeno centro comercial: hospedaria, armazém, farmácia, etc. Poucos anos depois

tudo aquilo já é uma cidade florescente nascida como por encanto (Denis, 1909 *apud* Maciel, 2001, p. 138).

3.6 Mudanças e Inovações no Modo de Fazer do Interior Paulista

A partir de 1850, além da evolução dos meios de transporte e comunicação, os antigos métodos construtivos foram gradualmente deixados de lado devido à possibilidade de importar novos materiais e maquinário a partir da implementação das ferrovias. Esse avanço foi possibilitado pelo enriquecimento resultante do aumento da exportação de café, resultando em mudanças significativas nas práticas construtivas. Essas transformações afetaram tanto a materialidade das construções quanto a forma de implantação das residências (Spiller, 2023).

Nesse viés, o barro, que tem sido utilizado como matéria-prima na construção edilícia desde a Pré-História, começando com taipa e adobe e evoluindo para tijolo cozido (Spiller, 2023), foi bastante representativo. A possibilidade de importar novos materiais e técnicas de construção levou a uma transformação na forma de edificar, impactando especialmente o interior do país, incluindo a região mogiana. Alambert (1994) menciona o uso de tijolos industrializados importados da França, Itália e Inglaterra na Província de São Paulo. O autor destaca que, apesar da qualidade dos tijolos, o custo do transporte tornava a importação inviável para um produto de baixo custo.



Figura 56 – tijolos produzidos em olarias de Mogi Guaçu

Fonte: Foto autoral, 2023.

Quando a demanda por esse material aumentou no Brasil, a produção começou a ser realizada nas olarias locais. Essa proximidade, além de baratear os custos com importação, alavancou economicamente as regiões produtoras, aquelas com o chamado “barro bom”, material mais apropriado à produção de tijolo. Ele surgiu como uma solução para a produção mecanizada e em larga escala, em uma época em que as características coloniais das edificações estavam sendo questionadas. Nessas condições, a produção de tijolos e telhas começou a despontar como uma oportunidade econômica lucrativa, com baixos custos de produção e alta demanda pelo produto. A paisagem mogiana foi agraciada por conter no leito de seu rio a argila para manipulação de artefatos cerâmicos, e seus habitantes fizeram disso um ofício, tornando a região referência na atividade ceramista.

Além disso, o tijolo provou ser um material eficiente para estruturas dos núcleos pré-industriais cafeeiros, como terreiros, tulhas e casas de máquinas:

Os arrimos envoltórios desses terreiros continuaram sendo executados em alvenaria de pedra, mas a presença, na região, de barro propício, fez com que essas jazidas fossem exploradas não só para a fabricação de telha capa e canal, mas também de ladrilhos de cerâmicos e tijolos, quase sempre em olarias próprias. (Benincasa, 2008 *apud* Spiller, 2023, p. 17)

Segundo Argollo (2015), muitos especialistas da época consideravam o tijolo o melhor material para essas estruturas devido ao seu custo reduzido, especialmente quando havia uma olaria nas proximidades. Considerado "um material leve, racional, resistente e de bom acabamento", o tijolo era uma alternativa econômica, fácil de manusear e fabricar (Alambert, 2013, p. 111). Até o momento, não está bem determinado o modo como essa produção foi iniciada e nem os conhecimentos técnicos inicialmente necessários na manipulação da matéria-prima, porém, pode-se dizer que foi uma inovação à época. De acordo com Spiller (2023), a produção do tijolo se dava perto de onde havia demanda do produto, porém, não existem dados relacionados diretamente ao tijolo cerâmico.

Spiller (2023), classifica a atividade ceramista no interior paulista pode ser classificada em duas categorias: as olarias, que produziam telhas e tijolos; as cerâmicas, responsáveis por materiais mais sofisticados como azulejos, louças e porcelanas. A região mogiana destacou-se por essas duas formas de produção, com as olarias precedendo a indústria cerâmica, que desempenhou papel crucial no ordenamento territorial e urbanização, alterando profundamente as características da paisagem. O sucesso da produção oleira e da subsequente indústria cerâmica está diretamente relacionado à expansão das linhas férreas no interior paulista, no início do século XX, bem como ao crescimento de novas vilas e cidades. O barro, um dos principais materiais utilizados, foi amplamente empregado nas construções dessa região. As indústrias oleiras são relacionadas pela autora ao desenvolvimento do trecho percorrido pelo trem, cujo crescimento se dá constantemente. Porém, não é explicitado, de forma clara, como isso ocorreu, estabelecendo outra lacuna a ser preenchida sobre a história do tijolo cozido na construção civil brasileira.

Quanto à produção ceramista em território mogiano, os vestígios arqueológicos de artefatos cerâmicos encontrados *in loco*, datados de cerca de 1.500 anos (Pallestrini, 1982), confirmam a presença de grupos humanos na região que, já manipulavam o barro dos rios. É provável que a continuidade da produção se deu desde então chegando ao período colonial,

sendo ampliada e desenvolvida de forma industrial, mais adiante, a partir das diferentes técnicas aplicadas pelos imigrantes. A presença de remanescentes de artefatos originários de períodos pré-históricos indica que, não teria sido apenas a mão de obra imigrante a responsável pelo início do uso do produto, mas, sim, um conjunto de outros fatores ocorridos em um período anterior à chegada da população estrangeira.

De acordo com Bellingieri (2005, p.19), as olarias, de modo geral, “eram pequenos estabelecimentos que produziam por processos manuais, inúmeros artigos -como tijolos, telhas, manilhas, vasos, potes e moringas”. O autor afirma que isso foi alterado, no fim do século XIX, com a imigração italiana, que trouxe ao Brasil pedreiros e oleiros detentores de técnicas construtivas que deram início à história da habitação em alvenaria de tijolos em São Paulo. Objetos cerâmicos “já eram produzidos no Brasil pelos indígenas e pelos colonizadores europeus durante os períodos colonial e imperial”, segundo Bellingieri (2005, p.19), todavia a produção era artesanal. A cerâmica só se organizou como indústria em São Paulo a partir do final do século XIX, com o surgimento de olarias e fábricas de louças de barro, que produziam esses materiais em série.

A classificação de olaria para indústria cerâmica foi alterada a partir da especialização em determinados tipos de produtos, gerando uma separação de classes: “assim, as olarias eram as unidades produtoras de tijolos e telhas, e as cerâmicas fabricavam produtos mais ‘sofisticados’, como manilhas, tubos, azulejos, potes, talhas, louças, porcelanas, etc.” (Bellingieri 2005, p.20). Tais mudanças na estrutura produtiva das cerâmicas foram identificadas, em Mogi, quando as “ex-olarias” se tornaram grandes indústrias produtoras de pisos e revestimentos, tubos, manilhas e telhas diferenciadas.

Uma cerâmica, portanto, era denominada fábrica de louças de barro, a qual produzia utensílios da chamada “cerâmica vermelha” (Bellingieri, 2005, p.20). De acordo com o autor, foram necessárias quatro condições para que houvesse o nascimento e o desenvolvimento dessa indústria. Em primeiro lugar, a existência de um mercado consumidor, onde o aumento da população, da urbanização e do mercado interno criaram grande demanda por produtos cerâmicos como, por exemplo, utensílios de uso doméstico e materiais para construção de moradias e de infraestrutura urbana (2005, p.21). A segunda condição teria sido, a grande oferta de argila disponível, segundo o autor, foi uma condição essencial para o sucesso oleiro na região:

Talvez não existisse outra indústria no Brasil que tenha se aproveitado tanto da oferta de matéria-prima local quanto a cerâmica. Havia abundância de

argila em diversas regiões do Estado. A localização das empresas estava diretamente relacionada à proximidade da fonte de matéria-prima[...] (Bellingieri, 2005, p.21).

Em terceiro lugar, destaca-se a imigração de trabalhadores com conhecimento técnico direcionado à construção civil em tijolo. Esses profissionais, capacitados tanto para gerenciar quanto para atuar como operários em empresas do setor, eram frequentemente recrutados diretamente da Europa pelos proprietários das indústrias, também imigrantes. Segundo Bellingieri (2005, p. 21), a maioria das empresas de cerâmica foi fundada por imigrantes ou descendentes de portugueses e italianos, como evidenciam os registros históricos das indústrias ceramistas na região mogiana.

Por fim, o autor ressalta que a formação de capital oriunda da economia cafeeira foi crucial para o investimento nessas empresas. É importante observar que o montante de capital necessário variava conforme o segmento da indústria cerâmica. Enquanto algumas fábricas de louças de barro e olarias demandavam recursos modestos para sua fundação, as indústrias voltadas à produção de louças de revestimento exigiam investimentos elevados, tanto para a aquisição de maquinário importado quanto para a construção de instalações adequadas à produção em larga escala (Bellingieri, 2005).

Bellingieri (2005) esclarece que no início, grande parte dos investimentos direcionados às cerâmicas vinha da economia cafeeira. Muitos empreendedores iniciavam suas atividades no Brasil com a abertura de pequenas olarias e cerâmicas, utilizando capital limitado, frequentemente acumulado após anos de trabalho nas lavouras de café. Esses recursos permitiam o desenvolvimento de empreendimentos ligados à indústria do barro. Mesmo aqueles empresários que obtiveram capital em atividades alheias à cafeicultura, como artesanato ou comércio, só alcançaram tal êxito devido à expansão do mercado interno impulsionada pela economia cafeeira.

A atividade ceramista na região mogiana está profundamente enraizada nas tradições culturais locais, que englobam técnicas de modelagem e queima de barro, e se desenvolveu em sinergia com a prosperidade das culturas agrícolas, como a do café e da cana-de-açúcar. O crescimento das atividades agrícolas também provocou mudanças sociais significativas, resultando na migração de trabalhadores e na formação de novas comunidades. A diversificação e o aprimoramento das práticas ceramistas foram impulsionados pela chegada de imigrantes, que trouxeram novos métodos e influências.

Nesse contexto, as práticas ceramistas, frequentemente baseadas em habilidades familiares e comunitárias, tornaram-se essenciais para o sustento dessas populações, além de desempenharem um papel crucial na manutenção da identidade cultural local. Assim, a cerâmica não apenas acompanhou o desenvolvimento econômico da região, mas também moldou sua identidade cultural, infraestrutura e economia, sublinhando sua importância como um elemento fundamental na configuração socioeconômica e cultural da região mogiana.

4: MODERNIZAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO

4.1 Atividade ceramista na região mogiana

4.1.1 A herança do barro

A atividade cerâmica de Mogi Guaçu é um importante elemento da identidade cultural e econômica da região, refletindo um legado de tradição e inovação que remonta há séculos. Situada em uma área rica em argila e outras matérias-primas, o município destacou-se como um centro produtivo, onde as técnicas de modelagem e queima de barro se entrelaçaram com as práticas artesanais e as influências trazidas por imigrantes. Essa atividade não apenas atendeu às demandas locais, mas também se integrou ao contexto mais amplo da agricultura regional, especialmente nas prósperas culturas do café e da cana-de-açúcar. À medida que essas culturas se expandiram, a cerâmica local evoluiu, diversificando suas produções e adaptando-se às necessidades da crescente população rural e urbana.

Mogi Guaçu figura no quadro da Arqueologia Pré-Histórica brasileira devido à presença de importantes sítios arqueológicos no estado de São Paulo. O Sítio Franco de Godoy, localizado na região onde surgiu o primeiro povoado mogiano, em Cachoeira de Cima, foi alvo de pesquisas sistemáticas realizadas por Pallestrini (1981-82) e por José Luiz de Moraes (1992-94). Camila Moraes (2007) destaca que o sítio revelou estruturas habitacionais, funerárias e de combustão. A datação por Carbono 14, realizada no Instituto de Geociências da USP, indicou uma ocupação com cerca de 1.550 anos AP, tornando-o relevante para o estudo da cerâmica no estado.

A pesquisa de Moraes (1992-94), ampliou as investigações e reconheceu outros cinco sítios cerâmicos em Mogi Guaçu, sendo: Franco de Campos, Barragem, Ponte Preta, Jardim Igaçaba e Porto de Areia, este último com cerâmica pós-contato – Figura 57 (Moraes, 2007, p. 44). A continuidade dessas tradições, adaptadas às novas realidades econômicas e sociais, reflete a resiliência cultural e a capacidade de transformação das comunidades locais. A presença de sítios arqueológicos evidencia a cerâmica não apenas como um produto utilitário, mas como

um veículo de identidade e patrimônio cultural.

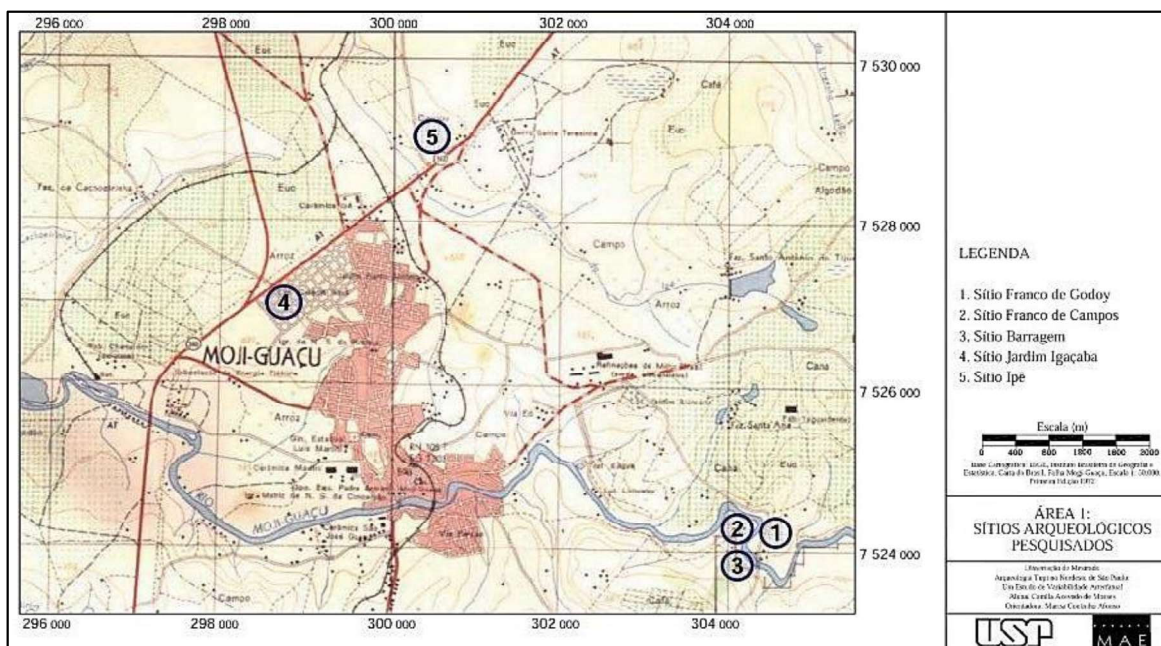


Figura 57- Mapa dos Sítios arqueológicos encontrados em Mogi Guaçu

Fonte: Moraes, 2007.

O sítio Franco de Godoy (Figura 58 e 59), contava com aproximadamente 10 mil metros quadrados de área estudada e foi encontrado em 1979, na ocasião da construção da casa do morador que deu o nome ao sítio. Entre os achados (Figuras 60 a 64), estavam as chamadas igaçabas, confeccionadas por índios da nação Caiapó (Pallestrini, 1982). “Muito antes da chegada dos portugueses, portanto, o habitante guaçuano já sabia trabalhar o barro de seus rios, confeccionando potes, vasos e baixelas utilitárias, bem como urnas para o enterramento de seus mortos” (Pallestrini, 1982, p. 115).



Figura 58 e 59- Coleção Franco de Godoy, município de Mogi Guaçu

Fonte: MAE/USP - imagem cedida por José Luiz de Moraes. Data do registro: 1980.



Figuras 60 a 64- Coleção Franco de Godoy, município de Mogi Guaçu
Fonte: Acervo MAE/USP - imagem cedida por José Luiz de Moraes. Data do registro: 1980.

De acordo com Moraes (2007), os restos esqueléticos encontrados nas urnas pertenciam a um adulto jovem, um adulto e uma criança. A autora observa que essas práticas estão associadas à ocupação do nordeste de São Paulo por grupos ligados à matriz cultural Macro-Gê. Os vestígios arqueológicos dessa cultura ancestral ainda são perceptíveis em artefatos moldados pelas mãos humanas, embora raramente considerados como objetos museológicos em Mogi Guaçu. Eles podem estabelecer conexões entre os materiais encontrados e as culturas responsáveis por sua produção (Moraes, 2007). A presença desses artefatos sugere que as comunidades indígenas desenvolviam suas próprias técnicas, e também se envolviam em redes de troca com grupos vizinhos, contribuindo para a diversidade e evolução da cerâmica regional.

Os traços dessa cultura ancestral ainda podem ser vislumbrados em artefatos produzidos pelo moldar das mãos humanas, mesmo que pouco tratados como objetos museológicos. De acordo com o trabalho de Moraes (2007), os remanescentes arqueológicos podem estabelecer uma relação entre os vestígios materiais e as culturas das populações que a produziram:

[...] a arqueologia do leste da América do Sul deve ser vista como a pré-história das populações indígenas históricas e atuais. Se não forem estabelecidas relações entre as manifestações arqueológicas e as populações que os produziram, o mais importante terá se perdido. Assim, as conotações

etnográficas das tradições e estilos cerâmicos não devem ser evitadas mas, pelo contrário, deliberadamente perseguidas (Brochado *apud* Moraes, 2007, p.3).

A investigação quanto aos sítios arqueológicos mogianos contribui para a compreensão da paisagem, pois os fragmentos cerâmicos revelam e refletem a complexidade das interações sociais e culturais que moldaram o espaço ao longo do tempo. Esses artefatos (Figuras 65 a 70), fornecem informações sobre os modos de vida, tradições e práticas cotidianas das comunidades que habitaram a área no período pré-colonial. As prospecções realizadas nas pesquisas arqueológicas evidenciam a ampla dispersão desses vestígios, indicando que Mogi Guaçu foi um importante centro de produção e troca, onde as técnicas cerâmicas desempenhavam um papel fundamental na vida social.



Figura 65 a 70 – Artefatos cerâmicos do sítio Franco de Godoy
Fonte: Foto da autora, 2023.

No que se refere aos objetos analisados, a frequência e a diversidade dos tipos cerâmicos encontrados sugerem que a população ceramista da região era altamente ativa. Assim como ocorre em qualquer técnica artesanal, a produção de cerâmica exigia um conjunto de conhecimentos especializados, que incluía desde a seleção do barro adequado, extraído do leito do rio Mogi Guaçu — fator crucial para a qualidade do produto final — até o domínio das técnicas de queima, fundamentais para garantir o cozimento apropriado do barro cru (Moraes, 2007).

Desse modo, a atividade ceramista de Mogi Guaçu estabelece uma conexão profunda com os sítios arqueológicos da região, que testemunham a longa tradição de uso do barro como material de construção e expressão artística. Esses sítios, que abrigam vestígios de comunidades que habitaram a área ao longo dos séculos, revelam não apenas técnicas de produção cerâmica, mas também aspectos culturais e sociais desses povos. As evidências arqueológicas fornecem percepções valiosas sobre os modos de vida, as práticas comerciais e as interações sociais que moldaram a paisagem cultural Mogiana.

Assim, iniciada há pelo menos 1.500 anos, a tradição da manufatura de artefatos com barro, matéria prima maleável encontrada à beira do Mogi-Guaçu, constituiu o testemunho da presença das populações ceramistas que se instalaram nesse local, cuja tradição se perdeu com o desenvolvimento industrial. Não se pode afirmar a continuidade entre a produção de cerâmica indígena e a que se estabeleceu no final do século XIX com a chegada dos imigrantes italianos. A relação aqui estabelecida, está no uso da mesma matéria-prima encontrada in loco para produção de cerâmicas em diferentes contextos e períodos históricos.

A técnica da cerâmica indígena oferece suas peculiaridades, bastante diversa da produção típica da olaria portuguesa e/ou mesmo da Italiana, que instalaram-se posteriormente na região (Figura 71 e 72). Essas duas formas de produção, a indígena e a de origem europeia, foram empregadas utilizando técnicas distintas e com propósitos diversos. A primeira foi preservada como manufatura voltada à subsistência e trocas comerciais, enquanto a última se consolidou como uma estrutura econômica de caráter industrial. Para investigar a manifestação cultural na paisagem, é necessário olhar retrospectivamente e reconstruí-la, analisando o impacto desse fenômeno no passado e compreendendo-o como base para o presente.



Figuras 71 e 72- Materiais da indústria cerâmica do século XX, afim de comparação. À esquerda: Telhas de barro e pisos cerâmicos produzidos pelas Indústrias Cerâmicas de Mogi Guaçu. À direita: Tijolos de barro e as formas usadas nas indústrias. As peças estavam expostas no museu histórico e pedagógico Franco de Godoy. Após seu fechamento em 2020, as peças estão sendo mantidas na Secretaria de Cultura da cidade, juntamente com os artefatos arqueológicos, até inauguração de um novo museu

Fonte: Google fotos. Autor: Leonardo Custoldi Mariano, 2020.

Quanto à persistência do uso da argila pelos habitantes do vale do Mogi Guaçu, não se pode afirmar uma continuidade direta entre a cerâmica indígena e a produção que se estabeleceu no final do século XIX com a chegada dos imigrantes italianos. A conexão, no entanto, reside no uso da mesma matéria-prima, amplamente disponível e referenciada pelos habitantes locais ao longo de diferentes períodos históricos. Sua plasticidade e consistência, essenciais para a moldagem, fizeram com que sua utilização se tornasse uma prática comum e persistente, integrando-se à paisagem regional. A frequência e a diversidade dos tipos cerâmicos encontrados indicam uma população ceramista altamente ativa. Como em qualquer técnica artesanal, a produção de cerâmica demandava conhecimentos especializados, desde a seleção do barro extraído do leito do rio — fator crucial para a qualidade do produto — até o domínio das técnicas de queima, fundamentais para o cozimento adequado do barro cru (Moraes, 2007).

A relação entre a atividade ceramista industrial e os sítios arqueológicos de Mogi Guaçu permite uma reflexão sobre a herança cultural e a evolução das práticas artesanais na região. Essa conexão revela como o passado moldou o presente, mostrando que a cerâmica é um elo entre gerações, mantendo viva a memória coletiva e a identidade da comunidade. Assim, a atividade cerâmica mogiana não se limita a um ofício, mas se torna um campo de pesquisa e

valorização das tradições que enraízam a cultura local, promovendo um diálogo contínuo entre o passado, o presente e o futuro. A cerâmica de Mogi Guaçu emerge como um símbolo de resistência e adaptabilidade, contribuindo para a construção da paisagem cultural e econômica da região. Em suma, a atividade ceramista mogiana é uma manifestação viva da interação entre cultura, comunidade e meio ambiente, essencial para entender a história e a dinâmica social do interior paulista.

4.1.2. As olarias pioneiras de Mogi Guaçu

Mogi Guaçu não possui um acervo histórico rico. Os primeiros jornais eram de municípios vizinhos e, justamente por esse motivo, o Museu Histórico não possuía uma vasta coleção de periódicos datados do início do século XX como ocorre em Itapira ou Mogi Mirim. Entretanto, no decorrer da pesquisa sobre a atividade ceramista em território mogiano, foram encontrados diversos registros fotográficos e textuais que documentam aspectos significativos da história das olarias mogianas. Essas informações foram localizadas na Biblioteca Municipal João XXIII, compiladas por historiadores e/ou funcionários públicos na forma de um memorial, e preservadas pelo antigo Museu Histórico Hermínio Bueno. Entre esse material, foi possível reunir um conjunto de documentos com características afins, ao qual atribuímos, de maneira provisória, o título de *Coletânea Histórica das Olarias Mogianas*. Os capítulos seguintes baseiam-se nas informações coletadas a partir desse material.

De acordo com os documentos consultados, a história da cerâmica em Mogi Guaçu começou a ser delineada com a chegada de um padre italiano ao município em 1890. Conhecido como "padre engenheiro" devido aos seus amplos conhecimentos técnicos na área da construção, o padre José Armani identificou a abundância de matéria-prima local e constatou suas propriedades adequadas para a produção de materiais cerâmicos. Na época, as telhas eram importadas da França e Armani iniciou a produção local, nacionalizando esse produto. Com o aumento das demandas, tornou-se necessário buscar ajuda de seus familiares no exterior, convidando-os a vir para a região a fim de colaborar com seu empreendimento.

Segundo levantamento da imprensa local *Gazeta Guaçuana* (2024), além de trazer seus parentes para trabalhar ao seu lado, o padre incentivou-os a estabelecer suas próprias olarias, oferecendo suporte no início das atividades. A partir de 1892, essa iniciativa atraiu não apenas os familiares de Armani, mas também diversas outras famílias italianas, que migraram para o interior de São Paulo, com destino a Mogi Guaçu (Araújo, 2024). Como intencionado, cada família investiu em seu lote de terra, geralmente já destinado à produção cerâmica, a maioria

localizada nas proximidades do rio Mogi Guaçu, de onde o barro era extraído. Conforme Legaspe, naquela época:

[...] não havia eletricidade, e era necessário um maquinário para moer a argila e transformá-la em pó. Ele (o padre Armani) instalou uma olaria próxima ao rio porque, naquele período (antes da construção da barragem), havia uma pequena queda d'água, e, com a roda d'água em movimento, era possível moer os torrões de Taguá (ARAÚJO, 2024, p.2).

Essa pequena olaria estava situada nas imediações de onde hoje se encontra a ponte da Avenida dos Trabalhadores, preservando ali o local de nascimento do que seria a atividade econômica mais significativa da região. Por volta de 1908, iniciou-se a produção de telhas no município, com a Cerâmica Martini sendo a pioneira nesse setor. Em 1909, a cidade foi beneficiada com a instalação de iluminação elétrica, substituindo os antigos lampiões a querosene. O avanço na instalação de energia elétrica foi crucial para o crescimento industrial da região. A eletrificação permitiu a modernização de processos produtivos, impulsionando setores como a agricultura e a indústria, além de melhorar a qualidade de vida da população. O progresso chegava lentamente e Mogi Guaçu, até então considerada um município de pouca relevância no cenário socioeconômico do Estado, passou a dominar o processo de fabricação cerâmica, tornando-se, sem pretensões, o maior polo industrial ceramista do país.

Ao longo da primeira metade do século XX, várias empresas ceramistas foram fundadas no município e, em 1957, Mogi Guaçu foi oficialmente reconhecida como a "capital da cerâmica". A cidade ganhou notoriedade nacional pela qualidade de seus tijolos, telhas, tubos, manilhas e pisos. Esse período marcou o auge da indústria ceramista na região, com antigas olarias avançando para a mecanização e assumindo um perfil industrial. Em sua trajetória ceramista, Mogi Guaçu teve o que chamamos de olarias pioneiras. Elas foram o alicerce para o que viria a ser o ramo de atividade econômica mais significativa da região.

As olarias, em geral, eram identificadas pelos nomes de seus proprietários, pois a produção, por muito tempo, baseava-se na exploração da mão de obra familiar e não qualificada. Entre essas destacam-se alguns nomes que foram bastante representativos, como a olaria Armani, fundada em 1890, a Olaria Brunelli, fundada em 1892 e a Olaria Caporalli, em 1897. A história de cada uma delas pode ser delineada a partir da chegada de seus respectivos fundadores ao município, os quais propagaram seus nomes de acordo com o sucesso da atividade oleira no município. O início do século XIX, portanto, representou a mudança na forma de produção mogiana, tal qual o surgimento de uma atividade com alta rentabilidade

econômica para a região.



Figura 73 – Olaria da família Brunelli, aproximadamente 1919 ou 1920
Fonte: Secretaria da Cultura de Mogi Guaçu.



Figura 74 – Entrada da Cerâmica Armani
Fonte: Secretaria da Cultura de Mogi Guaçu.

Com o desenvolvimento ceramista a partir das olarias, as indústrias cerâmicas tiveram um papel central no desenvolvimento econômico e urbano de Mogi Guaçu. Ao contar suas histórias, é possível preservar a memória de gerações de trabalhadores, empreendedores e comunidades que contribuíram para o crescimento da cidade. Isso evita que aspectos importantes da história local sejam perdidos com o tempo. Cada empresa reflete características próprias, como práticas produtivas, técnicas artesanais ou industriais, e relações com a comunidade. Contar essas histórias reforça a identidade coletiva da cidade. Essas histórias também destacam a resiliência das empresas locais diante de mudanças econômicas e tecnológicas. A história individual de cada indústria ajuda a entender como Mogi Guaçu se posicionou no cenário cerâmico nacional e até internacional. Essas narrativas revelam as contribuições específicas da cidade para o setor e reforçam sua importância como polo de produção.

Dito isso, a família Brunelli chegou a Mogi Guaçu em 1892, após uma viagem de navio pelo Porto de Santos. Ao desembarcar, seguiram com diligências que se dirigiam à região utilizando os caminhos abertos pelos bandeirantes - a rota do Caminho dos Goyases e posterior Anhanguera, que ainda se fazia presente na paisagem da região mogiana. Já estabelecidos, adquiriram um terreno que hoje corresponde a uma área central da cidade, onde fundaram a olaria que levou o nome da família. A olaria foi administrada pelos Brunelli até o início da década de 1900 e após o falecimento do patriarca e fundador, foi vendida. Em 1930, passou a ser gerida por outro nome que viria a ser representativo no contexto ceramista mogiano, a família Chiarelli.



Figura 75 – Materiais preservados da olaria Brunelli. Observar o nome do município e da própria cerâmica na peça.

Fonte: Secretaria da Cultura de Mogi Guaçu. Foto da autora, 2023.

No mesmo ano da chegada dos Brunelli, vieram os membros da família Caporalli, que fundaram sua primeira olaria em 1897 para a fabricação de tijolos. Registros feitos sobre a família Caporalli no ano de 1900 por Artigiani (1994), identificou que moravam na Rua Apolinário, no centro de Mogi Guaçu e registrou, em 1918, a olaria Caporalli entre outras

olarias da região. Após o falecimento do patriarca em 1936, há poucas informações disponíveis sobre a olaria. Sabe-se apenas que permaneceu em atividade até meados da década de 1950, quando encerrou suas operações. Essa breve existência de 53 anos mantida como uma pequena olaria foi uma exceção na região, pois a maioria das olarias mogianas tinha uma longa tradição, além de terem se transformado em grandes cerâmicas, com raízes seculares.

Já a Cerâmica Armani foi fundada por Nestor, parente próximo ao Padre Armani, que chegou ao Brasil em 1897. Essa região em particular passou a ser conhecida como “bairro das olarias”, já que reunia várias unidades oleiras. Em 1948, a empresa modernizou suas operações ao instalar maquinários e fornos movidos à energia elétrica para a fabricação de manilhas de barro vidrado, um produto mais resistente em comparação aos fabricados anteriormente, que ainda utilizavam lenha. A cerâmica produzia tijolos, telhas francesas e ladrilhos e exerceu suas atividades até o ano de 1965, mantendo a característica familiar. Dessa forma, a Cerâmica Armani se destacou como uma indústria moderna para a época, com produtos distribuídos em todo o Brasil (Gazeta, 2024).



Figura 76 – Materiais preservados da Cerâmica Armani. Observar o nome do município e da própria cerâmica na peça.

Fonte: Secretaria da Cultura de Mogi Guaçu. Foto da autora, 2023.

O modo de fazer cerâmico passou por um avanço tecnológico que se estendeu por milhares de anos, com inovações significativas que transformaram a maneira como o material é produzido e utilizado. Inicialmente, a produção era totalmente manual e dependia do conhecimento artesanal transmitido. As técnicas envolviam modelagem manual e o uso de fornos primitivos, geralmente alimentados a lenha, que limitavam a temperatura e, portanto, a qualidade do material. Cada peça era única, e a produção era relativamente lenta. Inicialmente, quando a atividade começou a florescer em Mogi, o barro era processado na chamada “pipa” - movida por animais que giravam em volta da caixa de terra e abastecida por uma pessoa que

recebia a denominação de “pipeiro” (Figura 77). Posteriormente, o barro era colocado na fôrma para se fazer os tijolos.

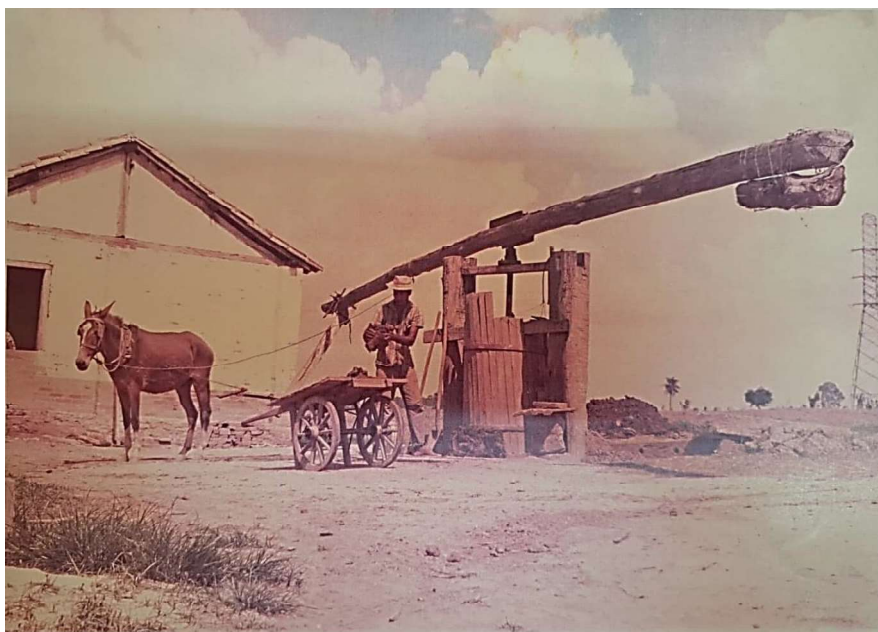


Figura 77- Olaria por tração animal

Fonte: Secretaria da Cultura de Mogi Guaçu. Autor e data desconhecidos.

Chamava-se pipa o lugar onde punham o barro para ser mexido. Tinha um eixo e cavalos que andavam em volta para mexer o barro. Mexia até chegar num determinado ponto. Aí punha-se aquele barro numa forma – uma caixinha com o logotipo da olaria em relevo – socava-se bem, passava-se um arame em cima e deixava-se o tijolo de lado. Depois o lançador de tijolos os desenformava – chamava-se este ato de lançar tijolos – e estes ficavam com a marca do fabricante em alto relevo (Feres: 1998, p. 217).

A industrialização trouxe grandes mudanças para a produção de cerâmica, inclusive para a extração do barro, Figura 78. Com o uso de fornos a carvão e, posteriormente, a gás, tornou-se possível alcançar temperaturas mais elevadas e controladas, o que resultou em cerâmicas mais duráveis e resistentes. Além disso, surgiram técnicas de produção em massa, como moldagem e prensagem, que permitiram o aumento da escala e a padronização dos produtos. Esse avanço tecnológico contribuiu para uma grande diversidade de usos e qualidades na cerâmica, desde produtos artesanais até materiais de alta performance, atendendo a um mercado global em expansão.



Figura 78 - Extração do barro, [s.d.], publicação da edição especial de aniversário de 147 anos de Mogi Guaçu.
Fonte: Gazeta Guaçuana, 2024

Discutir a história individual de cada olaria no contexto de Mogi Guaçu é importante por várias razões. Primeiramente, cada olaria carrega uma narrativa única que reflete a trajetória da região e o desenvolvimento de suas comunidades. Essas histórias ajudam a preservar o patrimônio cultural e artesanal da região, uma vez que representam um saber-fazer transmitido por gerações, que define parte da identidade cultural de Mogi Guaçu. Além disso, cada olaria pode ter enfrentado desafios específicos e adotado técnicas únicas, o que contribui para a diversidade de conhecimentos e práticas da cerâmica local. Esse conhecimento é valioso para compreender as mudanças econômicas, sociais e tecnológicas que a região passou, já que a indústria da olaria muitas vezes acompanhou a urbanização e o desenvolvimento industrial da área.

4.2 O início da era Industrial Ceramista

De acordo com Araújo (2024), um povo desprovido de memória histórica carece de elementos que possam nutrir seu orgulho e servir como fonte de aprendizado. A trajetória histórica de Mogi Guaçu contempla um período de expressivo desenvolvimento econômico e social, durante o qual a cidade alcançou destaque nacional como a “Capital da Cerâmica”, um título que a consolidou no cenário brasileiro. “A história deste lugar é a história de sua gente vivendo em um solo argiloso, da sabedoria dos Caiapós, da força e coragem dos desbravadores e da engenhosidade dos italianos da região do Vêneto que moldaram a primeira capital da cerâmica no país” (Cezaroni, 2008, p.3).

Em homenagem ao aniversário de 147 anos do município, o jornal local ‘Gazeta Guaçuana’ lançou, em 6 de abril de 2024, uma edição especial dedicada a celebrar o período de maior prosperidade das indústrias locais. Segundo a imprensa, a edição publicada “[...] fez reviver os tempos em que Mogi Guaçu vibrava com o calor dos fornos cerâmicos e resplandecia com o brilho dos pisos e o peso das manilhas, que eram comercializados em todo o território

nacional e além dele" (Gazeta Guaçuana, 2024, p.1). Tal tributo faz confirmar o peso histórico e cultural, além do desenvolvimento socioeconômico que a atividade ceramista gerou para os habitantes da região.

O período de fundação das indústrias propriamente ditas ocorreu entre 1908 e 1961, caracterizando-se por um processo de expansão e revolução tecnológica. Essa fase, marcada por intensa atividade econômica e crescimento populacional significativo, foi fundamental para o desenvolvimento da região, consolidando a cidade como um importante polo industrial, além de funcionar como um elemento de identidade local. Em entrevista concedida à Gazeta (2024, p.1), Legaspe observa que Mogi Guaçu era percebido como um município negligenciado, sendo apelidado de “cemitério velho” antes do início da era industrial. No entanto, a ascensão da indústria certamente atraiu trabalhadores tanto locais quanto estrangeiros, resultando em uma transformação significativa das características regionais da paisagem mogiana.

A atividade ceramista possibilitou a construção civil, desde a mais simples à mais sofisticada. As indústrias distribuíram-se por todo país, muito pulverizadas, em micro e pequenas empresas, quase sempre de organização simples, familiar. Levantamentos realizados por Bustamante e Bressiani (2000, p.31), mostram que existiam na época, 11 mil unidades produtivas, com média de 25 a 30 empregados, somando entre 250 a 300 mil empregos. Movimentavam ao redor de 60 milhões de toneladas de matérias-primas ao ano, o que refletia nas vias de transportes e no meio ambiente de lavra de argila. Os autores calculavam que o valor da produção anual poderia estar próximo de US\$ 2.500 milhões. Essa renda ficava nos locais de produção, influenciando significativamente na criação de empregos ao propiciar a construção em geral, principalmente de moradias.

Entre as cerâmicas que tornaram-se parte integrante da vida de milhares de habitantes da região mogiana, e fizeram parte do contexto econômico de todo o país, destacam-se: Martini, São José Guaçu, Moji Guaçu, Lanzi, Guainco e Chiarelli, representadas na Figura 79, as quais foram responsáveis por contribuições ao desenvolvimento da cidade em seus anos de maior prosperidade. Esse processo trouxe consigo não apenas mudanças econômicas, mas também um conjunto de narrativas de vida, desafios e conquistas. Ao contar a história individual de cada indústria cerâmica, Mogi Guaçu não apenas preserva e valoriza seu passado, mas também constrói um alicerce sólido para entender seu presente e planejar seu futuro. Essas narrativas resgatam o protagonismo das empresas e das pessoas que fizeram do município um importante centro de produção cerâmica. A seguir destacamos as principais indústrias do ramo cerâmico de Mogi Guaçu, das quais falaremos de forma mais individual ao decorrer do trabalho.

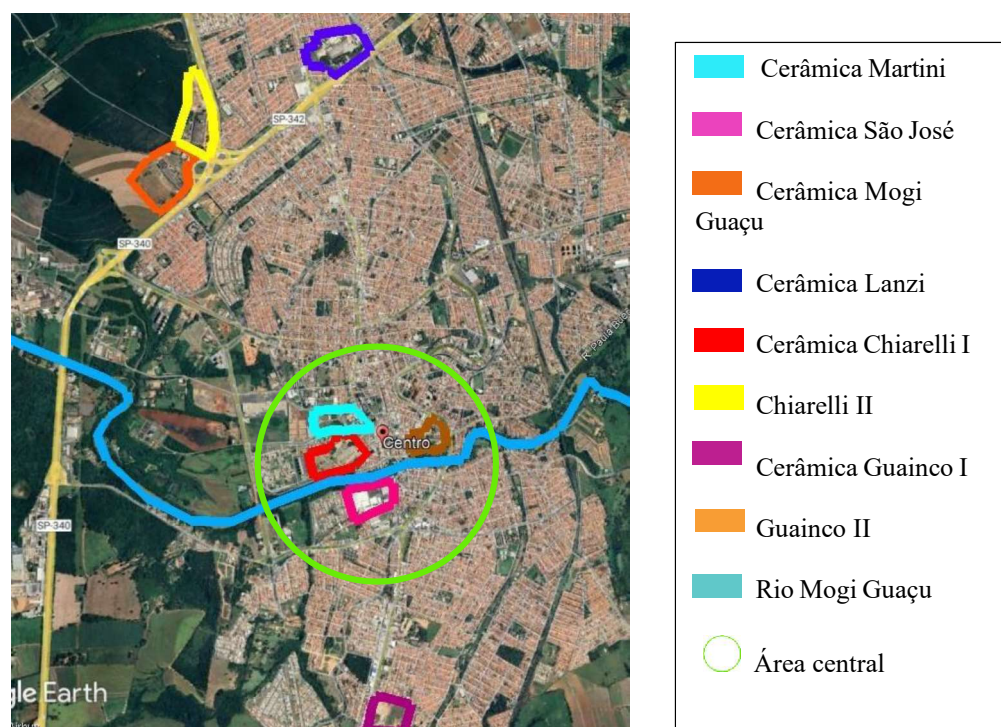


Figura 79- Indústrias de maior renome no contexto urbano de Mogi Guaçu

Fonte: Google Earth - Elaborado pela autora, 2024.

Apesar dos anos prósperos vivenciados, o desequilíbrio econômico internacional da década de 1929 com a crise do café, impôs restrições ao desenvolvimento das atividades ceramistas. Simultaneamente, a enchente que atingiu a região causou danos aos equipamentos e maquinários, dificultando a ascensão de vários empreendimentos. Em virtude da difícil situação socioeconômica da época, verificou-se um acúmulo de produtos, tornando imprescindível a doação de uma quantidade significativa de materiais para a construção da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim. A condição econômica era de tal gravidade que a imprensa frequentemente divulgava cada nova obra em andamento, visando um aumento na venda dos produtos locais. Diante dessas circunstâncias imprevistas, muitos proprietários decidiram desfazer-se de suas olarias, vendendo-as àqueles que dispunham de condições econômicas mais favoráveis ao desenvolvimento das atividades, considerando a necessidade de novos equipamentos e métodos de produção.

Superados os efeitos da recessão provocada pela crise e com o advento da Segunda Guerra Mundial, entre 1939 e 1945, uma nova ascensão industrial foi desencadeada, particularmente em relação à demanda por materiais de construção civil. Ribeirão Preto e cidades vizinhas também sofreram danos resultantes de tempestades e enchentes, o que tornou imprescindível sua reconstrução. De acordo com os registros históricos da coletânea, um

corretor desempenhava o papel de intermediário entre as olarias mogianas e as cidades afetadas, facilitando o fornecimento e a aquisição de materiais. A comunicação ocorria por meio do telégrafo, enquanto o transporte de telhas e tijolos era realizado por carroças até a estação ferroviária, de onde os materiais eram enviados por trem para seu destino final. Nesse período, observou-se um reaquecimento das atividades ceramistas, o que resultou na injeção de recursos financeiros ao município.

O êxito da produção cerâmica na região foi substancial, em razão das demandas anteriormente mencionadas, e muitos negócios que se iniciaram como pequenas olarias evoluíram para grandes indústrias cerâmicas, as quais passaram a vivenciar períodos de progresso. A equipe de trabalhadores na indústria era composta por condutores, timoneiros, vendedores, expedidores, recebedores e motoristas de caminhão, encarregados do transporte da carga até os pontos de carregamento ferroviário; entretanto, essa equipe já não era mais suficiente para atender à crescente demanda de produção. Em decorrência disso, a busca por mais operários resultou na criação de empregos e promoveu um crescimento econômico significativo para a região.

Segundo Bustamante e Bressiani (2000, p.31), a indústria cerâmica brasileira desempenhava, indubitavelmente, um papel relevante na economia nacional, representando cerca de 1,0% do Produto Interno Bruto (PIB). Os autores salientam que, à época, o Brasil contava com aproximadamente 180 milhões de habitantes, concentrados predominantemente nas regiões Sul e Sudeste, onde as áreas urbanas abrigavam a maior parte da população. O setor cerâmico no Brasil foi segmentado com base nos produtos oferecidos e, sobretudo, nos mercados em que atuavam. Os autores também identificaram os principais segmentos cerâmicos da década de 2000, classificados de acordo com o valor anual de produção.

A atividade industrial cerâmica representou um pilar fundamental para o desenvolvimento econômico e social da região de Mogi Guaçu. Com a abundância de argila e condições naturais propícias, o município tornou-se um polo significativo de produção cerâmica, atraindo trabalhadores e fomentando o crescimento de comunidades locais ao redor dessa indústria. Além de gerar empregos, a indústria cerâmica diversificou as atividades econômicas da região, complementando a agricultura, que tradicionalmente sustentava a economia local. O setor cerâmico contribuiu para a infraestrutura e para o aumento da oferta de serviços, além de promover o desenvolvimento de conhecimentos técnicos e habilidades específicas entre os trabalhadores.

Esses aspectos colaboraram para a formação de uma identidade cultural e econômica

fortemente ligada à cerâmica, consolidando Mogi Guaçu como um importante centro ceramista no estado de São Paulo. A presença da indústria cerâmica também incentivou investimentos em infraestrutura e logística, melhorando o transporte e a acessibilidade, o que beneficiou tanto a indústria quanto a população local. Com o tempo, o setor tornou-se não apenas uma fonte de renda e emprego, mas também um fator de fortalecimento da identidade regional, preservando práticas tradicionais enquanto incorporava avanços tecnológicos e contribuía para a sustentabilidade econômica da região.



Figura 80 – Vitral com a paisagem cerâmica
Fonte: Biblioteca Municipal João XXIII.

Discutir a história de cada indústria cerâmica de Mogi Guaçu é essencial para compreender o desenvolvimento socioeconômico e cultural da região. Cada empresa cerâmica possui uma trajetória única, marcada por desafios, inovações e contribuições específicas que ajudaram a moldar o setor e a definir a identidade local. Essas histórias individuais revelam como diferentes empreendedores e trabalhadores enfrentaram e superaram obstáculos, contribuindo para a evolução da produção cerâmica e da economia regional. Assim, é possível observar a diversidade de práticas e estratégias adotadas ao longo do tempo, o que enriquece o entendimento sobre as transformações tecnológicas e de mercado que moldaram o setor. Além disso, suas trajetórias frequentemente refletem a transição de práticas artesanais para processos mais modernos, demonstrando como a inovação foi integrada ao conhecimento tradicional para promover a competitividade e sustentabilidade.

Cada história também destaca o papel das famílias e das comunidades envolvidas na

produção cerâmica, mostrando a interdependência entre as indústrias e a população local. Isso fortalece o vínculo cultural e econômico entre as pessoas e a região, preservando uma herança que é transmitida entre gerações e que faz parte da identidade coletiva de Mogi Guaçu. Contar essas histórias ajuda a valorizar o patrimônio histórico e cultural, tornando-o mais acessível para as gerações futuras. Ao documentar e reconhecer as contribuições de cada indústria, cria-se um legado que celebra a importância dessas empresas para a formação da economia e da cultura regional.

4.3 Os grandes nomes das indústrias ceramista mogianas

4.3.1 A Cerâmica Martini

As indústrias cerâmicas de Mogi Guaçu ocuparam uma posição de destaque tanto na economia local quanto no setor cerâmico nacional. Elas representaram não apenas um centro de produção, mas também um patrimônio cultural que refletia a tradição, o esforço e a adaptação tecnológica ao longo dos anos. No quadro da atividade cerâmica industrial de Mogi Guaçu, algumas das indústrias tiveram impacto socioeconômico significativo, como no caso da Martini.



Figura 81 – Fachada da Cerâmica Martini, s.d.

Fonte: Gazeta Guaçuana, 2024.

Sua trajetória começou com a aquisição de um terreno com olaria, em 1908, pelo valor de dois contos e quinhentos mil réis, ocupando uma área de 6 alqueires. O terreno incluía um rancho, um amassador e uma pequena casa. Após um curto período, a cerâmica foi instalada com as devidas autorizações para operar como indústria e comércio. Os dois contos e quinhentos mil réis transformaram-se, sessenta anos depois, em aproximadamente 20 milhões de cruzeiros

novos em patrimônio efetivo; a modesta área de seis alqueires expandiu-se para mais de sessenta, e o rancho destinado à olaria evoluiu para um complexo que compreendia três fornos-túneis, cuja produção era considerada a mais moderna da época (Coletânea Histórica das Olarias Mogianas, s.d.).

A indústria cerâmica mogiana era conhecida pela qualidade e diversidade de seus produtos, como podemos observar na propaganda na Figura 82, que iam desde tijolos e telhas até peças para revestimento e acabamento, atendendo a uma vasta gama de demandas do mercado de construção civil. Essas indústrias evoluíram com o tempo, passando de pequenas olarias familiares para complexos industriais mais modernos e tecnificadas, mantendo, porém, o compromisso com a tradição ceramista da região.



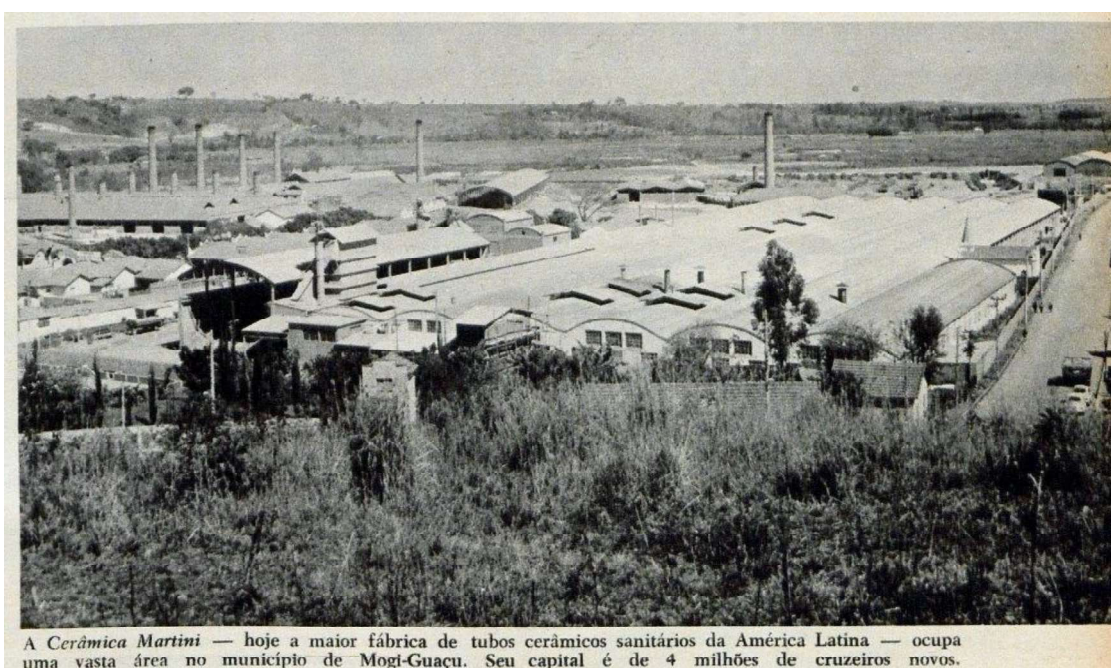
Figuras 82 - Propagandas da Cerâmica Martini S.A.

Fonte: Antonio Carlos Castiglioni e Fernando Firmo, in: Facebook.

O expressivo patrimônio proporcionava condições financeiras adequadas para a implementação de projetos de expansão, os quais eram elaborados com métodos e equipamentos dos mais avançados da tecnologia mundial.



Figura 83- Os galpões da Martini [s.d.]
Fonte: Gazeta Guaçuana, 2024.



A Cerâmica Martini — hoje a maior fábrica de tubos cerâmicos sanitários da América Latina — ocupa uma vasta área no município de Mogi-Guaçu. Seu capital é de 4 milhões de cruzeiros novos.

Figura 84 – A Cerâmica Martini – na época a maior fábrica de tubos cerâmicos sanitários da América Latina, 1968

Fonte: Antonio Carlos Castiglioni, 2019.

A matéria-prima passou a ser composta pela mistura de diversas argilas, possibilitando a queima a temperaturas mais baixas, redução do tempo de secagem, diminuição da proporção de perdas e aprimoramento da qualidade do produto final. A extrusão horizontal em marombas a vácuo permitiu a utilização de um menor teor de água, resultando na produção de tubos cerâmicos sanitários. A secagem forçada eliminou as dificuldades enfrentadas durante períodos

de chuvas intensas ou secas severas, enquanto a queima em forno túnel, utilizando óleo em vez de lenha, garantiu um aumento na qualidade do produto e afastou a preocupação com o desflorestamento na região mogiana.

Além disso, de acordo com o historiador guaçuano Antônio Carlos Castiglioni, a esposa de Luiz Martini, Emília Marchi Martini construiu, nas dependências da Cerâmica, uma capela dedicada à São José, em atenção a uma promessa feita em vida por seu memorável marido (Figura 85). Hoje, dedicada a Nossa Senhora Aparecida, o templo foi terminado e inaugurado no dia 22 de setembro de 1942, em uma missa inaugural. Essa data foi escolhida por ser o segundo aniversário da morte de Luiz Martini.



Figura 85- A Capela de Nossa Senhora Aparecida, capelinha da Martini, fundada em 1942

Fonte: Foto autoral, 2023.

A Cerâmica Martini não apenas destacou-se no âmbito industrial da região mogiana, mas também exerceu uma significativa influência no campo social. Com o propósito de promover atividades sociais e culturais voltadas às famílias guaçuanas, predominantemente ligadas à indústria ceramista, a empresa estabeleceu, em 1947, o Cerâmica Clube, localizado nas proximidades de suas instalações industriais. Atualmente, o Clube, embora não mantenha vínculos formais com nenhuma cerâmica, continua a representar uma parte vital da rica história das cerâmicas de Mogi Guaçu (Mendes, 2024). A Cerâmica Martini foi uma das principais indústrias da região e, até seu encerramento, ocorrido oito décadas depois, destacou-se pelo seu pioneirismo, constantemente trazendo inovações tecnológicas para a então reconhecida Capital

Cerâmica.



Figura 86 – Chaminé da Martini, no contexto atual do perímetro urbano
Fonte: Foto autoral, 2023.

Um dos símbolos da riqueza da Martini, à época, era a frota de dez carretas, destinadas ao transporte da produção de manilhas. Suas chaminés emitiam uma fumaça preta, representando o progresso industrial e uma delas ainda se mantém na área da antiga cerâmica (Gazeta, 2024). O ex-tesoureiro e procurador da empresa em 1975, Geraldo Vedovello Filho, atualmente com 80 anos e já aposentado, vivenciou a próspera fase da Cerâmica Martini até sua falência, ocorrida em 1986. Geraldo Vedovello relatou à Gazeta (2024), os principais eventos da época que envolviam a fábrica:

A Martini sempre se destacou pelo seu pioneirismo. Já nos anos de 1960 foi a primeira a substituir os fornos modelo cupim pelos de modelo túnel com 100 metros de extensão. Era a última novidade à época e transformou o setor cerâmico na cidade” [...] nessa época ainda não existiam os canos PVC e os tubos de concreto como hoje (Mendes, 2024, p. 9).

Foi a primeira indústria de Mogi Guaçu a importar equipamentos de ponta da Itália, introduzindo no Brasil o padrão de qualidade italiano da época (Mendes, 2024). Os pisos eram confeccionados com o barro taguá vermelho, cuja qualidade era superior à de outras regiões, o que os tornava consequentemente mais caros. O renome da Cerâmica Martini nas décadas de

1960 e 1970 foi corroborado quando estabeleceu uma fábrica em Ponta Grossa, no Paraná, e começou a explorar novos mercados distantes de Mogi Guaçu.



Figura 87 - Propaganda da Cerâmica Martini, 1971. O texto na parte inferior dizia: “Há 60 anos que a Cerâmica Martini lidera, em qualidade e quantidade, a produção nacional de tubos cerâmicos sanitários. De norte a sul do Brasil, os produtos Martini são reconhecidos, apreciados e exigidos. Agora, tendo instalado em Mogi Guaçu a mais moderna fábrica de pisos vermelhos do mundo, vai produzir mais um excelente produto. Quem vai lucrar é você, pois qualidade Martini não se discute”.

Fonte: Antonio Carlos Castiglioni “Mogi guaçu: imagens e textos de qualquer época” (facebook), 2020.





Figuras 88 a 92 – Vestígios materiais preservados da Cerâmica Martini
Fonte: Secretaria da Cultura de Mogi Guaçu. Fotos autorais, 2023.

A demanda por seus produtos foi tão significativa que a empresa se viu obrigada a adquirir um avião próprio para expandir seus negócios (Mendes, 2024). O ex-funcionário Geraldo Vedovelo recorda que ele mesmo voou duas vezes no Navajo da Martini:

A compra desse avião, um bimotor modelo Piper Navajo, chamou muito a atenção de todos na empresa à época, porque demonstrava o poderio econômico da Martini naquelas décadas” [...] quando fui para Ponta Grossa e voltei. Lembro que decolamos da pista de Mogi Mirim com pouso na cidade paranaense e vice-versa. Ganhávamos muito tempo com esse avião (Mendes, 2024, p. 9).

O bimotor não era empregado exclusivamente pelos diretores da empresa, mas também por políticos e técnicos do Governo do Estado, que buscavam estabelecer parcerias para os projetos de saneamento básico das cidades. Daquela época, restou apenas o arco de entrada da cerâmica, reconhecida como a maior fábrica de manilhas da América do Sul (Mendes, 2024).

O pioneirismo tecnológico que marcou a trajetória da Cerâmica Martini, não se refletiu em seu setor administrativo. A empresa atravessou sua maior crise nos anos 1980, quando encerrou a produção, uma década vista como perdida devido a vários planos econômicos fracassados. A inflação anual de 400% impôs às companhias uma exigência de maior eficiência administrativa, como a redução de custos. Muitas não acompanharam esses critérios e faliram, mais de 1,2 mil postos de trabalho deixaram de existir (Mendes, 2024). Ainda assim, a contribuição da Cerâmica Martini para a paisagem cultural de Mogi Guaçu representada na Figuras 93 a 95, e transcende sua atuação como indústria, pois abrange também o impacto social que teve na comunidade. Essa interação entre o campo econômico e o social enriquece a paisagem cultural de diversas formas.



Figuras 93 a 95 – Vestígios da Cerâmica Martini no contexto atual
Fonte: Fotos autorais, 2023.

A Cerâmica Martini não foi apenas um empreendimento produtivo, mas também um espaço que influenciou diretamente a vida das pessoas ao seu redor. Suas iniciativas sociais, como geração de empregos, ações comunitárias ou apoio à educação e à cultura, tornaram-na parte da identidade coletiva do município. Isso dá um sentido humano à paisagem industrial, que deixa de ser apenas técnica e passa a ser vivida. Além disso, indústrias como a Cerâmica Martini muitas vezes moldam comunidades ao redor de suas atividades. Funcionários, famílias e bairros ligados à empresa formam redes de convivência que dão um caráter único à região. A existência desses núcleos sociais consolida o tecido cultural local.

A Martini não apenas produziu materiais para construção, mas também ajudou a construir histórias. Os relatos de ex-trabalhadores, o papel da empresa em momentos de transformação regional e suas contribuições para o bem-estar da comunidade integram-se à memória cultural de Mogi Guaçu, enriquecendo o sentido histórico do lugar. A presença e o legado da Cerâmica Martini na região são inspiração para outras empresas e indivíduos,

incentivando a valorização do patrimônio local e a criação de novas iniciativas que alinhem desenvolvimento econômico e social. Este trabalho busca chamar a atenção da gestão municipal para a preservação de tais bens culturais.

4.3.2 Cerâmica Mogi Guaçu

A família Martini também teve um papel significativo na fundação de outras cerâmicas, dentre as quais destaca-se a Mogi Guaçu, que iniciou suas operações em agosto de 1948. Estabelecida pelos irmãos Francisco, Oscar, Honório e Valdomiro Martini, em colaboração com outros associados da Martini, foi considerada uma das maiores e mais modernas fábricas cerâmicas do Brasil entre as décadas de 1960 e 1970 (Gazeta, 2024, p.16). A fábrica ocupava uma extensa área, conforme Figura 96 e 97, incluindo o edifício que atualmente abriga o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (Samae), as Faculdades Integradas Maria Imaculada e o terminal urbano de ônibus.

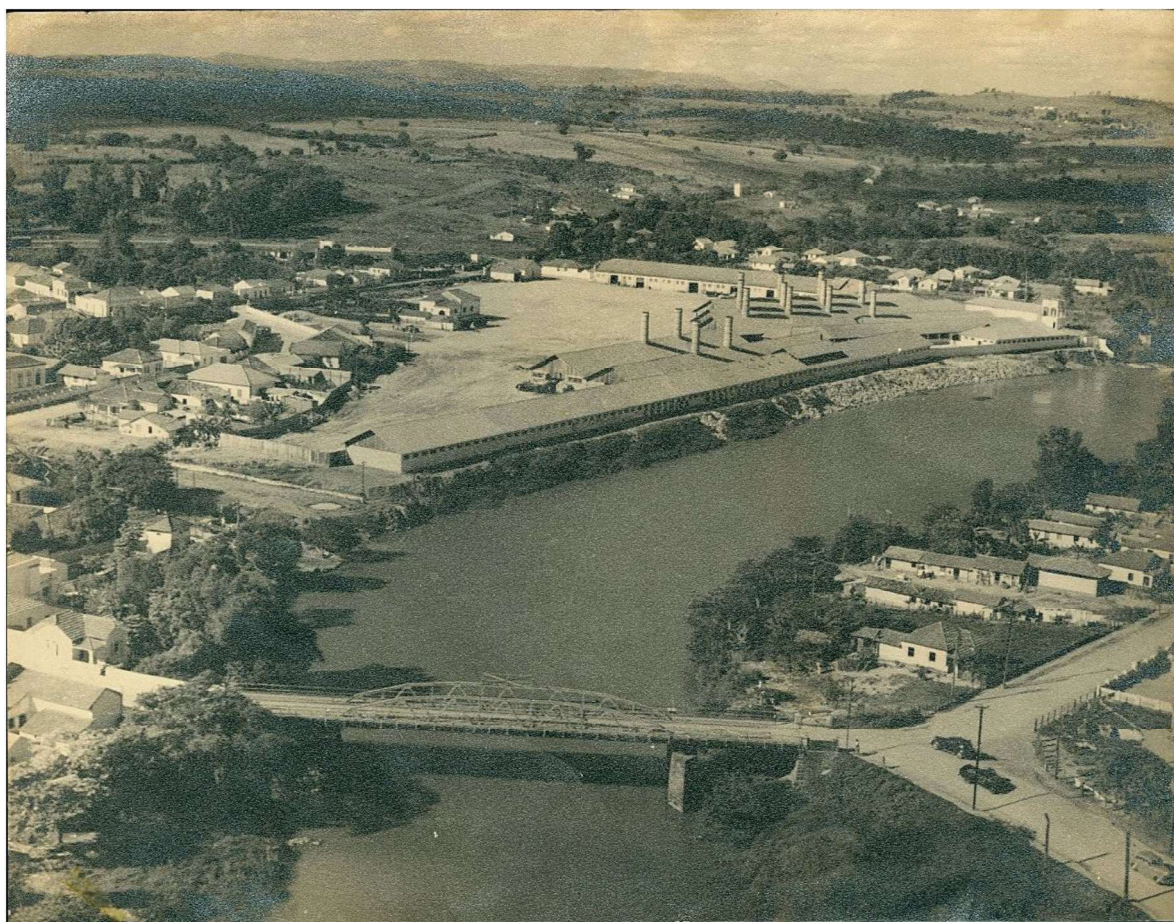


Figura 96 - Vista aérea da cidade: Rio Mogi Guaçu - Cerâmica Moji Guaçu S. A., [19--]

Fonte: Acervo dos municípios brasileiros – IBGE.



Figura 97 - Vista aérea da cidade: Rio Mogi Guaçu - Cerâmica Mogi Guaçu S. A., [19--]

Fonte: Acervo dos municípios brasileiros – IBGE.

O conhecimento acerca do piso cerâmico fabricado na Mogi Guaçu foi adquirido por meio do contato com a indústria de São Caetano do Sul que, na época, era a única empresa desse segmento no Brasil. Em virtude disso, a Cerâmica Mogi Guaçu é considerada pioneira na produção de pisos vermelhos na cidade. Para essa linha de produção, inicialmente eram utilizados fornos intermitentes, conhecidos popularmente como garrafões. Contudo, com o crescimento da demanda do mercado, tornou-se necessário a construção de dois fornos contínuos, além da importação de máquinas automáticas da Itália para a prensagem dos pisos. Nesse contexto, a cerâmica passou a produzir pisos nas cores amarelo, preto e marrom, mantendo a base vermelha.

Com o passar do tempo, a empresa reconheceu a necessidade de expandir suas operações. Em 1965, os empresários adquiriram a unidade da antiga Cerâmica Armani, localizada no bairro das Olarias, o que resultou na formação da Unidade II da Cerâmica Mogi Guaçu. Na sequência, a empresa iniciou a fabricação de pisos com uma nova composição de base e introduziu métodos de produção modernos, incluindo prensas hidráulicas e linhas de esmaltação, além de estabelecer laboratórios próprios dedicados ao desenvolvimento dessa nova tecnologia.



Figura 98 - Cerâmica Mogi Guaçu, anos 1960
Fonte: Sonia Regina Mario Eugenio (Youtube), 2021.

A Cerâmica Mogi Guaçu, também se destacou pela implementação de um projeto inovador no contexto regional mogiano: o Supermercado CMJ, onde os colaboradores tinham a oportunidade de realizar suas compras, cujos valores eram descontados diretamente de seus salários. Na fachada do edifício, funcionava uma farmácia que operava de maneira semelhante, permitindo que os funcionários efetuassem aquisições com desconto na folha de pagamento. Essa iniciativa representou uma inovação significativa para a região mogiana.



Figura 99 – Vista aérea Cerâmica Mogi Guaçu
Fonte: Gazeta Guaçuana, 2024.

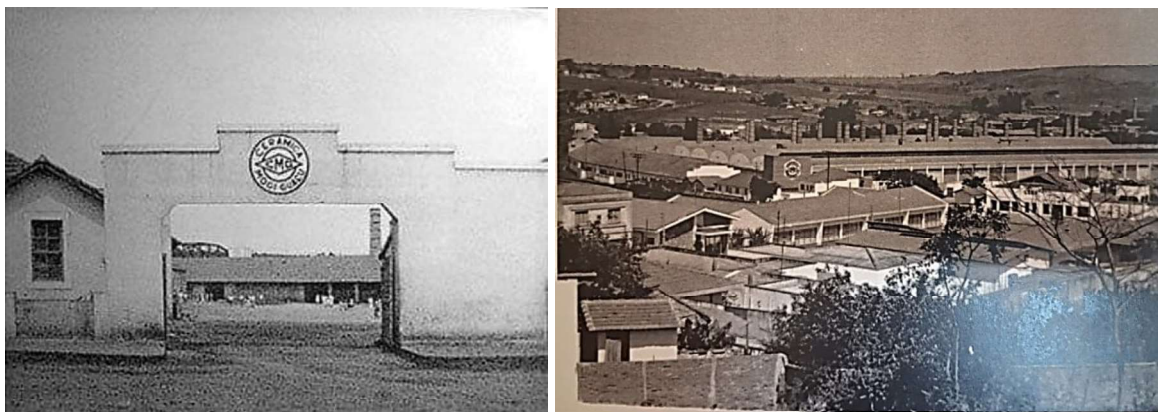


Figura 100 – Vista da Cerâmica Mogi Guaçu
Fonte: Gazeta Guaçuana, 2024.

O crescimento da Cerâmica Mogi Guaçu transcendeu as fronteiras do Estado de São Paulo, levando à fundação de uma filial denominada “Norguaçu” (junção de Nordeste com Guaçu) – Figura 101, na cidade do Crato, no Ceará, voltada para a produção de piso cerâmico vermelho. A criação da filial no Ceará destacou Mogi Guaçu como um centro de expertise no setor cerâmico, projetando sua imagem para além das fronteiras de São Paulo. Isso contribuiu para reforçar a identidade da cidade como referência em produção industrial, agregando valor à sua paisagem cultural e histórica. Nesse período, a produção ainda se destinava prioritariamente ao mercado interno, mas, a partir de 1973, a cerâmica começou a exportar seus produtos para países como Argentina, Paraguai, Bolívia e Porto Rico.



Figura 101- Cerâmica Norguaçu S. A. - Crato, CE, 1983
Fonte: Acervo dos municípios brasileiros – IBGE.

A Mogi Guaçu impulsionou um surto de desenvolvimento na cidade, que atraiu um significativo número de trabalhadores, chegando a empregar mais de 2.500 funcionários na

década de 1970:

A cerâmica Mogi Guaçu tinha 3 mil funcionários e naquela época isso era um assombro. A cerâmica Martini exportava manilhas para a América do Sul e as produzia também para redes de esgoto das capitais, como São Paulo e outros municípios de grande porte, porque tinha tecnologia moderna para a época (Araújo, 2024, p.2).

Durante esse período, diversas outras cerâmicas mogianas também experimentaram um significativo crescimento. Nesse contexto, muitas delas conseguiram estabelecer escritórios de vendas em importantes centros urbanos, como Campinas, além de nas capitais estaduais, incluindo São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte (Araújo, 2024). A Mogi Guaçu representou mais do que uma expansão econômica: foi a materialização da influência cultural e industrial mogiana em um contexto nacional. Esse movimento ajudou a consolidar a paisagem cultural de Mogi Guaçu como uma combinação única de história local, inovação e impacto social, cujas repercussões continuam a ser sentidas além de suas fronteiras.

A Cerâmica Mogi Guaçu desempenhou um papel significativo no desenvolvimento socioeconômico da cidade de Mogi Guaçu, contribuindo não apenas para a geração de empregos, mas também para o fortalecimento da economia local e regional durante o período em que esteve em atividade. Mesmo após o encerramento de suas operações em 1984, sua relevância permaneceu evidente por meio do legado material e imaterial que deixou para a comunidade. Os vestígios arquitetônicos de seus galpões industriais, por exemplo, são mais do que simples estruturas remanescentes. Eles representam um marco da história industrial mogiana, simbolizando o impacto que a empresa teve no tecido urbano e na memória coletiva da cidade. Ao serem requalificados e adaptados ao contexto contemporâneo, esses espaços se tornaram uma ponte entre o passado e o presente, preservando elementos da identidade cultural local e ressignificando sua utilidade dentro da paisagem urbana.

Essa requalificação evita o abandono ou a descaracterização desses marcos históricos, e contribui para o desenvolvimento sustentável, por meio do reaproveitamento de estruturas existentes para novos usos. Assim, a antiga Cerâmica Mogi Guaçu permanece viva na memória da cidade, reforçando o vínculo entre a herança histórica e as demandas da modernidade, ao mesmo tempo em que valoriza a paisagem mogiana e sua identidade cultural.



Figura 102 - Fachada da expedição da cerâmica Mogi Guaçu
Fonte: Sonia Regina Mario Eugenio (Youtube), 2021.



Figura 103 – Área atual da antiga fachada de expedição da Mogi Guaçu, onde hoje é o prédio da Faculdade Maria Imaculada.

Fonte: foto autoral, 2023.

4.3.3 Cerâmica Chiarelli

Oscar Chiarelli trabalhava no comércio na capital paulista, mas, diante da crise de 1929, retornou a Mogi Guaçu. Com a assistência de seu irmão, Luiz Chiarelli, obteve um investimento financeiro e adquiriu a olaria dos Brunelli por volta de 1930. Com o decorrer do tempo, a olaria evoluiu para a Cerâmica Chiarelli, que passou a dispor de três unidades: a unidade I localizada no centro, onde atualmente permanecem as ruínas da antiga fábrica; a unidade II, cujo barracão se encontra às margens da SP-340; e a antiga Guainco, que se desdobrou em II unidades (Gazeta, 2024). Assim, foi estabelecida uma indústria própria sob a proteção fiscal de uma empresa individual que levava seu nome.



Figura 104 – fachada da Cerâmica Chiarelli, unidade I
Fonte: Gazeta Guaçuana, 2024.

A incipiente Cerâmica Chiarelli, como ficou conhecida, iniciou a produção de telhas de barro dos tipos francesa e paulista, contando com o apoio de oleiros guaçuanos no início de suas operações. Em 1952, a então Cerâmica Chiarelli Ltda. realizou um avanço decisivo e histórico em sua trajetória ao iniciar, de forma gradual, a transição de sua produção de telhas francesas e paulistas para a fabricação de pisos cerâmicos. Esta nova fase concentrou-se na forma hexagonal e na coloração vermelha, adquirida a partir da argila taguá, após a queima a uma temperatura de 1.000°C. A partir desse ponto, a Chiarelli alcançou notoriedade, com caminhões de transporte exibindo placas que anunciavam: “Transportando Ladrilhos Chiarelli para todo o Brasil” (Coletânea Histórica das Olarias Guaçuanas).

Em 1952, a então Cerâmica Chiarelli Ltda. realizou um avanço decisivo e histórico em sua trajetória ao iniciar, de forma gradual, a transição de sua produção de telhas francesas e paulistas para a fabricação de pisos cerâmicos. Esta nova fase concentrou-se na forma hexagonal e na coloração vermelha, adquirida a partir da argila taguá, após a queima a uma temperatura de 1.000°C. A partir desse ponto, a Chiarelli alcançou notoriedade, com caminhões de transporte exibindo placas que anunciavam: “Transportando Ladrilhos Chiarelli para todo o Brasil” (Coletânea Histórica das Olarias Mogianas).



Figura 105 - Antigo edifício da Chiarelli, unidade I
Fonte: Gazeta Guaçuana, 2024.



Figura 106 - Antigo edifício da Chiarelli, unidade II
Fonte: Gazeta Guaçuana, 2024

A empresa também estabeleceu um marco significativo em sua evolução ao implementar, em 1967, um sistema eficaz de comunicação interna denominado “Pisolândia” (Figura 106). Este informativo, que circulava nas dependências da Chiarelli, tornou-se uma publicação tradicional entre os colaboradores, apresentando notícias relevantes sobre a empresa, tópicos de interesse dos funcionários e, naturalmente, a lista de aniversariantes do mês. A relação interpessoal entre funcionários e proprietários era bastante familiar, o ex-funcionário Roberto Toso, atualmente com 78 anos, passou quatro décadas de dedicação à

empresa. Ingressou em 1961 como office boy e aposentou-se em 1999 na função de gerente financeiro, sendo o primeiro a ocupar tal cargo na fábrica. Ele recorda com clareza a influência da Pisolândia, elaborado pelo jornalista Luíz Mesquita Fialho, com a colaboração de diversos funcionários da Chiarelli, cuja primeira edição foi publicada com uma biografia homenageando o fundador da cerâmica, Oscar Chiarelli (Teixeira, 2024).



Figura 107- Propagandas da Pisolândia na Chiarelli
Fonte: Gazeta Guaçuana, 2024.

Em um dos informativos que circularam, foi registrada a celebração do Natal de 1988, ano em que a fundação Chiarelli comemorou seu quinquagésimo aniversário. O evento ocorreu no Clube de Campo do Grupo Chiarelli e contou com a participação de mais de quatro mil pessoas (Teixeira, 2024). A SOBOC (Sociedade Beneficente Oscar Chiarelli), instituída nos anos 1960, tinha como objetivo fornecer assistência financeira aos empregados, financiando cursos de graduação e programas de aprendizado para os colaboradores da Chiarelli, como confirma Roberto Toso: “A SOBOC custeou os meus dois cursos de graduação. Caso o curso fosse de interesse direto da empresa, a cobertura era de 100%, como foi o meu caso. Sou profundamente grato; foi um grande incentivo para todos que se formaram naquela época” (Teixeira, 2024, p.15).

A criação da SOBOC representou uma aliança poderosa entre empresa e comunidade, demonstrando como iniciativas de responsabilidade social podem transformar vidas e promover o desenvolvimento coletivo. Para Mogi Guaçu, a SOBOC simboliza um período em que o progresso industrial foi acompanhado de um compromisso genuíno com o bem-estar humano, reforçando os laços entre a história local e cultural. As ações promovidas deixaram um legado que vai além de seus resultados imediatos. Muitos dos beneficiados continuaram a contribuir para o crescimento econômico e social de Mogi Guaçu, seja como profissionais qualificados, líderes comunitários ou empreendedores. A iniciativa da SOBOC reflete uma visão de empresa

que ultrapassa o papel econômico, assumindo também responsabilidades sociais e culturais.

Convertida em Sociedade Anônima de capital fechado, com uma estrutura predominantemente familiar, a Cerâmica Chiarelli adotou uma postura voltada para o desenvolvimento tecnológico e a modernização, independentemente dos custos envolvidos. Em 1968, os antigos fornos garrafões foram gradativamente substituídos por fornos túnel, enquanto o óleo passou a ser utilizado em substituição à lenha. Em 1975, teve início a construção da Unidade II da Cerâmica Chiarelli, cuja conclusão ocorreu em 1978. Assim, a empresa iniciou a produção de pisos decorados por monoqueima, além de revestimentos cerâmicos esmaltados e decorados, com especialização na fabricação de cerâmica vermelha. A produção era realizada em fornos túnel, fabricando lajotas e pisos com dimensões de 7 cmx15 cm, disponíveis nas cores amarelo, preto e pérola. Nesse período, aproximadamente 25% da produção era destinada ao mercado externo, abrangendo países como Canadá, Estados Unidos, Austrália, Emirados Árabes e diversas nações da Europa, bem como da América do Sul e Central.

A Cerâmica Guainco foi inaugurada por volta dos anos 1970, como unidade III da Cerâmica Chiarelli (Figura 108), e também obteve lugar de destaque entre as empresas do ramo de indústria cerâmica em Mogi Guaçu. A Guainco contava com duas unidades em Mogi Guaçu, uma em frente à Avenida Mogi Mirim e outra às margens da SP-340, locais onde hoje restam apenas os vestígios das unidades fabris. A empresa destacou-se pela alta qualidade dos produtos fabricados, incluindo um laboratório de controle de qualidade, que contava com trabalhadores formados no curso de química.



Figura 108- Galpões industriais da Chiarelli III - Guainco I, na avenida Mogi Mirim
Fonte: Marília Valleiro, 2022.



Figura 109 – Pisos decorados da Guainco. Estavam localizados dentro do galpão industrial, abandonados assim como o remanescente edifício.

Fonte: Foto autora, 2023.

Alcidez Pereira, hoje com 72 anos, chegou à Chiarelli em 1979 e vivenciou os principais momentos da empresa até se aposentar, em 1999. Foram duas décadas de dedicação, sendo cinco no controle de qualidade e outros 15 como chefe de turno, função que exerceu nas duas unidades da fábrica. Segundo o ex-funcionário, o que interferiu diretamente no desenvolvimento da fábrica foi a maneira como as novas tecnologias da época mudaram o jeito de trabalhar na Guainco, destacando o uso de maquinário importado (Teixeira, 2024). Todos os funcionários, sem exceção, passavam por treinamento para adequar-se às novidades da época. Segundo o ex-chefe de turno, por ser um processo diferente do que estavam habituados, fizeram treinamentos em São Paulo, para ter um parâmetro de como trabalhar no processo de monoqueima, mudança de grande avanço na fábrica. Alcidez Pereira fez cerca de 16 cursos pela Guainco e a empresa o deixou preparado para todo e qualquer imprevisto (Teixeira, 2024).

Na primeira unidade, o processo da biqueima era realizado com óleo diesel, já na unidade da monoguainco, era feito com gás natural, tudo encanado, método utilizado até hoje em cidades como Santa Gertrudes e Cordeirópolis (polos representativos da atividade cerâmica). Representava economia de tempo, tornando o processo mais rápido e eficaz, investimento que fez com que a Guainco se tornasse uma das referências entre as cerâmicas da época, dando foros para o crescimento profissional de seus funcionários.

Segundo informações obtidas pelo site da ADVFN (Advanced Financial Network), mesmo com bastante dificuldade econômica, a Cerâmica Chiarelli ainda operava II unidades no ano de 2009, enquanto aguardava aprovação da Prefeitura para a venda da Unidade I, no centro

de Mogi Guaçu. Nesse período, as unidades Guainco I e II já haviam se desmembrado e pertenciam a outro proprietário. No mesmo ano, em época de pré-falência e com dívidas altíssimas, a equipe da Chiarelli entrou com um pedido de recuperação judicial junto à 3ª vara cível de Mogi Guaçu. O plano foi apresentado em outubro de 2009, tendo sido aprovado e homologado em 2010. De acordo com o que foi apresentado, a ideia da Cerâmica era voltar às atividades na unidade II a partir dos ativos vindos com a venda da Unidade I, que ocorreu ainda em 2010.

A princípio, o local onde estava localizada a Chiarelli I receberia o Figueira Piazza Shopping, porém, até maio de 2011 a obra não havia se concretizado por questões burocráticas que fizeram com que a compra fosse anulada. Nesse momento, a Chiarelli não possuía monetização suficiente para voltar à produção como pretendido e em setembro de 2011 a venda do terreno da unidade I ainda era um mistério, com as necessidades financeiras da empresa custeadas pelos próprios acionistas. Uma nova negociação de venda da unidade I foi considerada em junho de 2012, sem nenhuma conclusão. Sem conseguir prorrogar o inevitável, ainda em 2012 o terreno, avaliado no valor de 50 milhões de reais, foi colocado à leilão. Esperava-se o valor mínimo de 33 milhões pela venda, mas foi arrematado pelo valor de 18 milhões de reais, isso em agosto de 2013. Em etapa de finalização, o atual comprador não cumpriu com o contrato, fazendo com que o processo fosse anulado. Em fevereiro de 2014 um novo leilão foi realizado, atingindo um pouco mais de 18 milhões de reais.



Figura 110 - Antigo edifício Cerâmica Chiarelli

Fonte: Camatari, 2021.

Até o ano de 2014, aguardava-se o andamento do plano de recuperação judicial e provável reativação da unidade II, o que ainda não ocorreu. A última atualização que consta no site da ADVFN (Advanced Financial Network), é de julho de 2014, em que a empresa está aparentemente em dia com as obrigações, com as parcelas da venda do terreno sendo pagas e liberadas para pagamento da dívida trabalhista. Até então, os administradores aguardavam entrada de possíveis investidores para retomada da produção e havia uma informação de que possivelmente a Cerâmica Chiarelli conseguisse algum dinheiro com a outra empresa da família (Pantanal).

A unidade da Guainco I foi vendida em 2009 para construção de empreendimento imobiliário e a demolição foi iniciada em 2023, no entanto, a metade dos fundos do terreno ainda não foi vendida. O valor da venda foi de 4,4 milhões, pagos em 44 parcelas de 100 mil. O valor foi distribuído entre os ex-funcionários, à época, o valor seria suficiente para pagar 70% das dívidas trabalhistas. Com a morte da proprietária da empresa em 2021, os imóveis e demais bens estão sendo inventariados (Marquezi, 2023).



Figuras 111 a 113 – Unidade Guainco I
Fonte: Fotos autorais, 2023.

A fama de Mogi Guaçu como "Capital Cerâmica" não era apenas uma designação industrial, mas um reflexo da maneira como a indústria moldava a vida cotidiana e as interações sociais no município. Todos os dias muitos funcionários encontravam-se no final do expediente das cerâmicas pelo centro de Mogi Guaçu às 17h, 17h30, demonstrando como a indústria cerâmica moldava a dinâmica urbana de Mogi Guaçu. Os encontros diários dos trabalhadores no centro eram uma expressão concreta dessa identidade, destacando a profunda conexão entre a economia local, a organização social e a paisagem cultural da cidade. Essa prática cotidiana reforçava o senso de pertencimento e identidade coletiva entre os trabalhadores e a população em geral e seus remanescentes ainda estão no ambiente construído mogiano.



Figura 114- Galpão industrial - Guainco II, na Sp 340
Fonte: Foto autoral, 2024.

As Figuras abaixo demonstram as condições dos vestígios arquitetônicos no contexto urbano atual de Mogi Guaçu. Os vestígios arquitetônicos de galpões industriais observados nas Figuras abaixo, representam elementos significativos na paisagem, pois atuam como marcos materiais da história econômica, social e cultural de uma região. Esses espaços, geralmente associados à era da industrialização, carregam memórias do trabalho, do desenvolvimento tecnológico e das transformações urbanas que moldaram o território. Na paisagem, esses vestígios funcionam como testemunhos de um passado produtivo, revelando os padrões de

ocupação, a evolução das técnicas construtivas e as relações sociais de diferentes épocas. Além disso, esses galpões, ao permanecerem na paisagem, podem se tornar potenciais catalisadores de regeneração urbana. Quando restaurados ou adaptados a novos usos, como espaços culturais, comerciais ou residenciais, eles não apenas revitalizam áreas degradadas, mas também reforçam o caráter único do ambiente construído. Assim, os vestígios industriais vão além de sua função histórica, tornando-se ativos para o futuro da cidade e para a construção de uma paisagem integrada e dinâmica.



Figura 115 - Estado atual da Unidade I da Chiarelli, no centro de Mogi Guaçu

Fonte: Foto autoral, 2023.

4.3.4 Cerâmica São José Guaçu

No contexto das indústrias ceramistas de prestígio em Mogi Guaçu, a Cerâmica São José Guaçu teve papel especial. Seu fundador Adolpho Armani, chegou ao município em 1895, embora tenha se interessado pelo ofício ceramista apenas em 1922, ao adquirir uma olaria precária no bairro Areião. Após essa aquisição, ele procedeu com a ampliação e modernização do empreendimento, passando a fabricar ladrilhos. Contudo, a crise econômica de 1929, juntamente com a enchente subsequente que destruiu os fornos e os materiais, impactou significativamente a dinâmica da indústria, levando à substituição de seus ladrilhos por carpetes e pisos emborrachados. Em 1934, Adolpho deixou Mogi Guaçu para residir em Bauru, e a Cerâmica foi transferida para novas administrações, passando a ser conhecida como São José Guaçu.



Figura 116- A Cerâmica São José vista da ponte ferro, do outro lado do Rio Mogi Guaçu.
Fonte: Secretaria da Cultura de Mogi Guaçu. Autor e data desconhecidos.

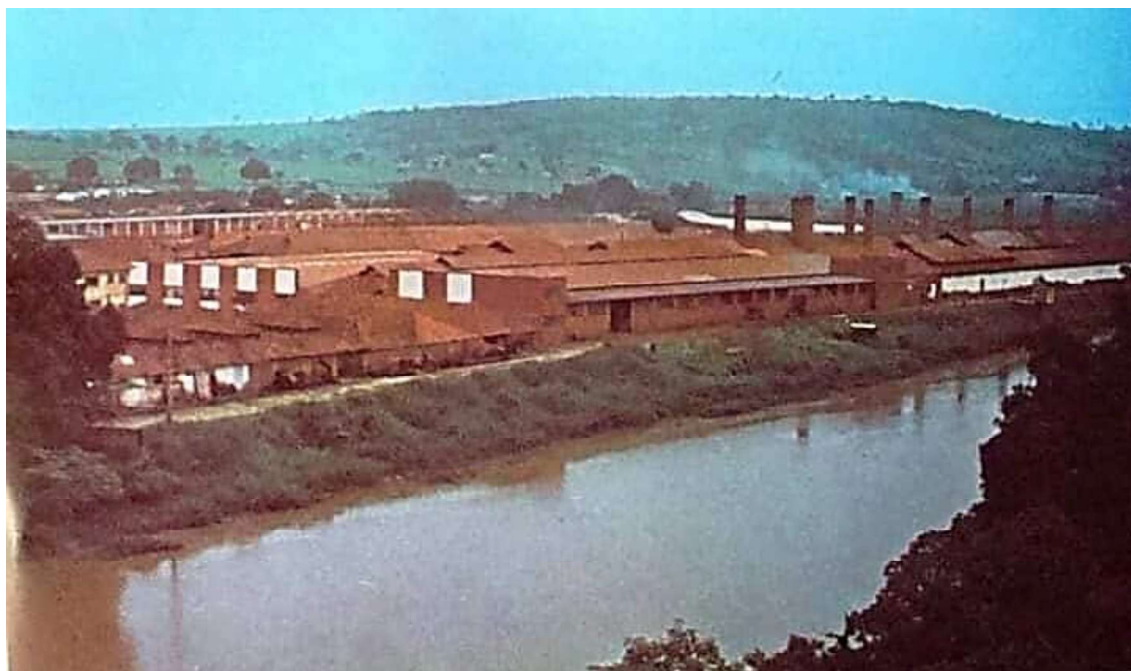


Figura 117 – a Cerâmica São José, s.d.
Fonte: Ronaldo Porfírio (facebook), 2024.

A Cerâmica São José, como passou a ser chamada, estava situada no local atualmente ocupado pelo Shopping Boulevard, no centro da cidade, e ainda é possível acessar um dos fornos cerâmicos remanescentes da época. A estrutura em formato garrafão, era utilizada pela

antiga cerâmica para a queima dos pisos. Embora houvesse originalmente dez fornos, apenas esse se conserva até hoje. O ex-funcionário Gilberto Mangili, atualmente com 70 anos, é uma das poucas pessoas que detêm um conhecimento profundo sobre a estrutura. De acordo com a Gazeta Guaçuana, o antigo mecânico ingressou na empresa em 1972, 20 anos após sua fundação, e nela se aposentou. “Fui o último a apagar a luz, como se diz”, recorda Mangili (Mendes, 2024, p.11).

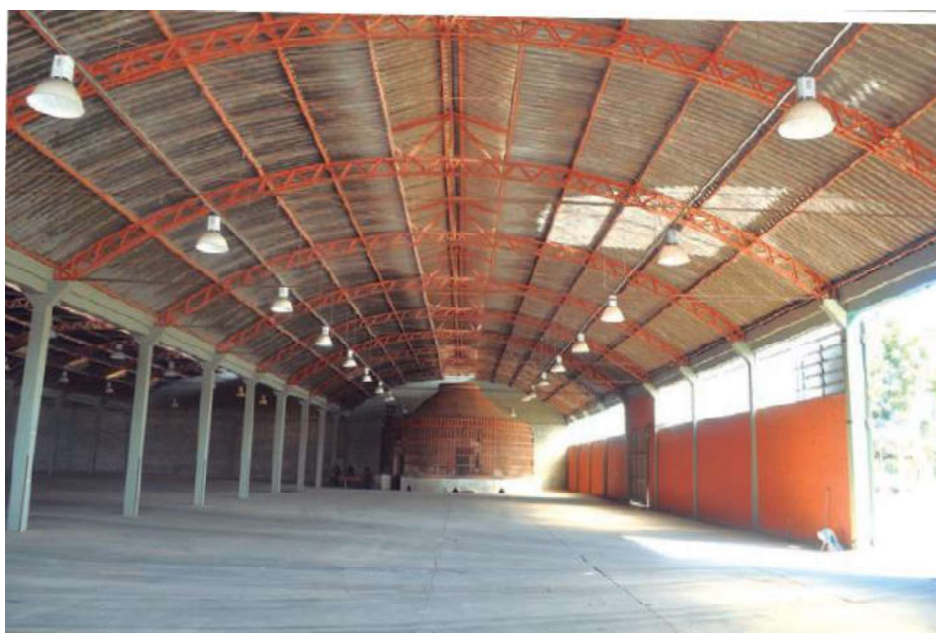


Figura 118 - Forno da São José

Fonte: Foto de Fabrício Leme de Moraes - Gazeta Guaçuana, 2024.



Figura 119- Situação atual do forno da São José, requalificado dentro do Boulevard de Mogi Guaçu – é utilizado como adega

Fonte: Foto autoral, 2024.

O forno cerâmico remanescente da Cerâmica São José não é apenas uma peça de infraestrutura preservada, mas um símbolo que conecta a história industrial de Mogi Guaçu com sua atual paisagem cultural e urbana. Esse elemento carrega significados históricos, culturais e simbólicos que enriquecem a identidade local. Sua preservação permite que a comunidade e visitantes visualizem um fragmento da história econômica que moldou a cidade, promovendo a valorização do patrimônio cultural. O fato de o forno estar localizado em um espaço atualmente ocupado por um shopping (Shopping Boulevard) demonstra a transformação da paisagem urbana ao longo do tempo, criando uma relação interessante entre o passado industrial e o presente comercial, mostrando como a cidade se adaptou e evoluiu.

O forno sobrevivente é um emblema da identidade mogiana enquanto "Capital Cerâmica", e serve como um lembrete do papel central da indústria cerâmica na construção da identidade cultural, social e econômica do município. Ele representa um elo entre gerações, reforçando a importância de se preservar e valorizar elementos históricos que ajudam a contar a história de uma comunidade. No contexto contemporâneo, a estrutura remanescente pode ser utilizada como um recurso educacional, ensinando sobre os processos industriais da época e a importância histórica da cerâmica para a cidade. Além disso, sua presença na paisagem tem potencial para atrair visitantes interessados no patrimônio local, contribuindo para o turismo cultural. No início de suas operações, toda a produção da São José era realizada manualmente, sendo posteriormente introduzidas prensas automáticas. Após o processo de prensagem, os pisos eram acondicionados em caixas e encaminhados para os fornos, onde permaneciam aquecidos por um período de sete dias.



Figura 120 – Vista aérea Cerâmica São José
Fonte: Gazeta Guaçuana, 2024.

De acordo com entrevista cedida à Gazeta (2024), o ex-funcionário Mangili relata que diante da ausência de profissionais especializados para realizar a manutenção dos equipamentos, a empresa o convocou para realizar o serviço. Embora sua remuneração fosse inferior à do cargo anterior, ele aceitou a proposta devido à possibilidade de crescimento dentro da Cerâmica São José, o que de fato, se concretizou. Ele detalha sobre a competitividade dentro da empresa:

Como prensista a gente ganhava por empreita, aquele que produzisse mais ganhava mais. Havia até competição entre colegas e entre turnos. Por exemplo, se um produziu 100 caixinhas de pisos no seu turno, o outro trabalhava para produzir 105 caixinhas. Tinha colega que não parava nem para almoçar ou jantar. O ritmo era frenético (Mendes, 2024, p.11).

O ritmo frenético observado nas cerâmicas resultou em sérios danos à saúde dos funcionários, especialmente devido à inalação do pó cerâmico de sílica, que comprometia a função pulmonar. Gilberto Mangili foi um dos afetados, e durante seu afastamento, junto com outros cinco colegas, a Cerâmica São José, já enfrentando dificuldades financeiras, declarou falência.



Figura 121 – cerâmica São José, s.d.

Fonte: Valleiro, 2022.

Apesar desse revés, Mangili retornou à empresa, onde passou a exercer as funções de porteiro e segurança, além de realizar a manutenção das máquinas inativas, evitando que se

deteriorassem. Ele recorda que “existia uma bomba na beira do rio, de motor de Fusca, que abastecia os tanques de água para eventual combate a incêndio na fábrica que eu ligava todo dia por 10 minutos. Depois disso ia pescar. Era o que me restava fazer depois da falência da cerâmica” (Mendes, 2024, p. 11).



Figura 122 - Vista aérea Cerâmica São José, antes de tudo vir abaixo.

Fonte: Gazeta Guaçuana, 2024.

A dedicação de Mangili à empresa mesmo após sua falência reflete uma relação profunda entre trabalhador e local de trabalho, que vai além de obrigações contratuais e se entrelaça com sentimentos de pertencimento, identidade e responsabilidade. Para Mangili, cuidar da empresa após sua falência era um ato de preservação de memória, identidade e responsabilidade social. Seu trabalho, mesmo em condições diferentes das originais, demonstrava um profundo respeito pela história da empresa, pelo que ela representava para ele e para a comunidade. Essa dedicação é um exemplo de como o vínculo entre as pessoas e os lugares onde vivem ou trabalham pode transcender as circunstâncias materiais, deixando um impacto duradouro na paisagem cultural e humana.

As condições dentro das fábricas nem sempre ofereciam total segurança aos operários, que sofreram reveses durante suas atividades. Dentre os que mais chamam a atenção, está a amputação de pontas dos dedos ou até mesmo de dedos inteiros, característica que se destacava entre os funcionários da Cerâmica São José. Essa realidade era um reflexo dos perigos envolvidos nas atividades realizadas na fábrica, onde o manuseio de máquinas pesadas e a falta de equipamentos de segurança adequados contribuíam para acidentes graves. A cultura da prevenção e da proteção ainda estava em desenvolvimento na indústria ceramista da época, resultando em um ambiente de trabalho onde os riscos eram frequentemente subestimados,

colocando a integridade física dos trabalhadores em constante perigo.

O ex-mecânico conta que o processo consistia em colocar o pó cerâmico misturado com argila taguá na forma de madeira, conhecida como "caixinha refratário", e puxar a alavanca para baixo com força. Após a prensagem, a alavanca era puxada para cima, fazendo com que o volante da prensa subisse por meio de uma engrenagem mecânica. Em questão de segundos, o volante descia com grande força, antes que a alavanca fosse puxada novamente para dar pressão à nova forma. Durante esse intervalo, o prensista e a ajudante, geralmente uma mulher, precisavam retirar os pisos da forma, limpá-la, lubrificá-la e abastecê-la novamente, tudo feito manualmente. O processo era extremamente ágil e era necessário atenção total durante a operação da prensa (Mendes, 2024, p.11).



Figura 123 - As mulheres na cerâmica

Fonte: Secretaria da Cultura de Mogi Guaçu. Autor e data desconhecidos.

Esses acidentes demoraram a ser minimizados, uma vez que a Cerâmica São José foi uma das últimas a adotar prensas automáticas em sua linha de produção e, mesmo após essa modernização, fez escolhas inadequadas. A empresa adquiriu máquinas hidráulicas que exigiam constantes manutenções. Elas funcionaram por aproximadamente um ano, após o qual tiveram de ser substituídas por equipamentos mais eficientes, sendo um investimento caro e perdido, causando danos financeiros irreversíveis à administração e continuidade da Cerâmica (Mendes, 2024). Os revezes tecnológicos e administrativos enfrentados pela Cerâmica São José ilustram como decisões estratégicas mal planejadas podem comprometer a longevidade de uma empresa. O atraso na modernização e a escolha inadequada de equipamentos não apenas causaram prejuízos imediatos, mas também afetaram a competitividade e a capacidade de recuperação da cerâmica, contribuindo diretamente para seu encerramento.

De acordo com Cezaroni (2008), no ano de 1963, um grupo de operários organizou uma

manifestação com o objetivo de denunciar os maus-tratos sofridos pelos trabalhadores. O horário do almoço foi considerado o momento mais oportuno, visto que todos os trabalhadores passariam pela Praça dos Expedicionários. Assim, às onze horas de uma manhã de março de 1963, os manifestantes se reuniram com cartazes e discursos fervorosos. Segundo a autora, a adesão ao movimento foi expressiva, com a participação de um trabalhador recentemente mutilado realizando um discurso, seguido por outros colegas. A praça tornou-se o palco de uma manifestação sem precedentes na cidade, em um período de grande dificuldade com um cenário político tenso e marcado pela iminência da ditadura em 1964. Não tardou para que a polícia interviesse e muitos trabalhadores foram presos, fichados, e alguns deles classificados como subversivos.

Com uma administração predominantemente familiar e o constante risco de amputações nas prensas manuais, as cerâmicas frequentemente enfrentavam escassez de mão de obra. Ocorriam momentos em que um carro de som percorria a cidade convocando pessoas para trabalhar na cerâmica. Sempre haviam vagas em aberto, com o salário ultrapassando o que era pago pelas indústrias multinacionais da época, Champion e Maisena, que não ofereciam remunerações tão atrativas quanto as das cerâmicas (Mendes, 2024).

Apesar do encerramento das atividades no início dos anos 2000, a relação entre a Cerâmica São José e seus funcionários transcendeu o ambiente de trabalho, influenciando profundamente a paisagem cultural de Mogi Guaçu. Esse vínculo deixou marcas na memória coletiva, nas práticas sociais e na identidade local, reforçando a importância da indústria cerâmica como um elemento formador do patrimônio cultural da cidade. Mesmo após o declínio da Cerâmica São José, a dedicação do município em preservar sua história e legado demonstra a resiliência de uma comunidade que valoriza seu passado. Isso enriquece a paisagem cultural ao integrar a memória da indústria com os desafios e transformações enfrentados pela cidade.

Esses fatores contribuem para a valorização e preservação de elementos materiais e imateriais do patrimônio industrial local. A Cerâmica São José foi mais do que um local de trabalho para muitos funcionários; ela representava um espaço de pertencimento e identidade compartilhada. As memórias dos trabalhadores, suas histórias de dedicação e a vivência diária na empresa ajudaram a criar uma narrativa coletiva que permanece como parte do patrimônio imaterial da cidade. Esse legado humano enriquece a paisagem cultural, mantendo vivo o significado social do trabalho na cerâmica.



Figura 124 - Área da antiga Cerâmica São José atualmente, onde funciona o supermercado Big Bom e o Shopping Boulevard, com galerias e praça de alimentação

Fonte: Mogi Guaçu Acontece, 2019.

4.3.5 Cerâmica Lanzi: a última sobrevivente

O guaçuano Antônio Giovani Lanzi, conhecido como Nico Lanzi, fundou a Cerâmica Ypê em 1961, com o apoio de sócios. Inicialmente, a empresa dedicava-se à produção de manilhas e pisos vermelhos, atividade que manteve até 1994, quando foi encerrada para dar lugar à Cerâmica Lanzi. A transição exigiu investimentos significativos, como a construção de novos barracões, aquisição e manutenção de fornos contínuos, instalação de prensas hidráulicas, além da implementação de tecnologias modernas, como moagem úmida e atomizador. A partir desse momento, a Cerâmica Lanzi passou a ser administrada pelos próprios membros da família. Não foram identificados registros fotográficos da antiga Cerâmica Ypê, mas sua área atual é bastante representativa na paisagem urbana de Mogi Guaçu.

A nova empresa continuou a produzir manilhas e ladrilhos, destacando-se pelo desenvolvimento e modernização ao longo dos anos. Apesar das dificuldades, como o fechamento de outras cerâmicas na região e a concorrência de produtos alternativos no mercado, a Cerâmica Lanzi conseguiu resistir e permanece em funcionamento até hoje, exportando para mais de 20 países, sendo referência na atividade. A Lanzi enfrentou duras crises econômicas ao longo dos anos e teve as atividades suspensas em 2020. As instalações foram colocadas sob nova direção e voltaram à rotina de produção no final de 2021. De acordo com o que foi noticiado pela imprensa local “Guaçu Agora” em agosto de 2021, o então prefeito municipal Rodrigo Falsetti considerou a reabertura “uma conquista muito importante para o município. Ela reforça nossa vocação industrial e de produção cerâmica e cria centenas de novas oportunidades de trabalho à mão-de-obra local”.

Atualmente, encontra-se em recuperação judicial e sob a administração de novos proprietários (Araújo, 2024). Como última sobrevivente da potente indústria cerâmica de Mogi

Guaçu, desempenha um papel significativo na paisagem cultural do município, já que sua permanência conecta o passado industrial da cidade com o presente, representando a resiliência e a adaptação em um contexto de transformação econômica e social. Durante idas e vindas, a Lanzi mantém viva a memória do período em que Mogi Guaçu era reconhecida como a "Capital Cerâmica". Sua sobrevivência destaca a importância da atividade na construção da identidade econômica e cultural da cidade.

Enquanto outras cerâmicas fecharam suas portas, a Lanzi permanece ativa, funcionando como um marco que preserva práticas e conhecimentos tradicionais, além de adaptá-los às demandas contemporâneas. Sua existência garante que parte das práticas, técnicas e rotinas associadas à produção cerâmica permaneçam presentes no cotidiano de Mogi Guaçu. Isso contribui para a preservação do patrimônio imaterial da cidade, como o saber-fazer cerâmico e o vínculo histórico entre a indústria e a comunidade local.



Figura 125 - Vista aérea da Cerâmica Lanzi

Fonte: Guaçu agora – foto divulgação, 2021.

A fábrica não é apenas um espaço de produção, mas também um marco visual e econômico na cidade e sua presença influencia a configuração da paisagem urbana. Como última cerâmica sobrevivente, a Lanzi tem potencial para ser incorporada em projetos culturais e turísticos que valorizem o passado industrial de Mogi Guaçu. Sua história pode inspirar iniciativas que promovam o legado cerâmico como parte essencial da identidade local. Ela conecta gerações, preserva memórias e reforça o papel central da indústria cerâmica na formação da identidade do município, garantindo que essa história não seja esquecida. Sua sobrevivência é um testemunho da importância de equilibrar tradição e inovação para manter viva a herança cultural de uma comunidade.

4.4 Decaimento da atividade ceramista: os últimos momentos dos fornos

O processo de falência das indústrias cerâmicas de Mogi Guaçu ocorreu de forma gradual e foi marcado por uma combinação de fatores econômicos, tecnológicos e de gestão,

que culminaram no fechamento da maioria dessas empresas. A cidade, outrora conhecida como a "Capital Cerâmica", viu sua paisagem cultural e econômica transformada à medida que essa atividade industrial declinava. A desativação das Indústrias teve início por volta da década de 1980, mas o processo para o fim permanente demorou décadas. Do surgimento da primeira olaria, em 1890, ao início do decaimento da atividade cerâmica industrial, foram noventa anos mantida como atividade econômica principal do município. Os funcionários, em sua maioria, integraram a história da cerâmica às suas próprias trajetórias de vida, dedicando-se ao ofício ceramista como um projeto ao longo de toda sua existência.

Antes do encerramento das atividades, os prazos deixaram de serem cumpridos e ocorriam reuniões periódicas entre proprietários e diretores na intenção de postergar o fechamento. Gradualmente, os setores de produção foram interrompidos, as indústrias ficaram sem matéria-prima, e os fornecedores cessaram as entregas de produtos solicitados. Os funcionários demitidos foram, em parte, absorvidos pelas multinacionais que se estabeleceram no município na década de 1960.

A decadência da atividade foi considerada extensa e dolorosa. Além do sentimento de perda que acometeu a região mogiana, o desmonte das unidades fabris trouxe consigo o temor de que o segmento cerâmico local fosse interrompido permanentemente, ameaçando a preservação de seu legado, o que de fato ocorreu. Um dos últimos trabalhadores da cerâmica Moji Guaçu, por exemplo, Indalécio, admite que aquele processo de falência deixou marcas: “Esses dias fui ao Samae. Eu trabalhei naquele prédio. Relembrei onde ficava minha mesa, onde ficava a máquina de cópia, o pessoal de vendas, tudo voltou rapidamente à memória” (Araújo, 2024, p.7).

Crises econômicas no Brasil, especialmente nas décadas de 1980 e 1990, afetaram diretamente as cerâmicas. A inflação elevada, as oscilações no custo de energia (essencial para a produção cerâmica) e a falta de crédito para investimentos tornaram ainda mais desafiadora a manutenção dessas indústrias. O aumento nos custos de produção, como energia elétrica e combustíveis utilizados nos fornos, impactou significativamente a sustentabilidade financeira das cerâmicas. Com margens de lucro reduzidas e altos custos fixos, muitas empresas não conseguiram se manter no mercado. Acrescentado a isso, por serem majoritariamente empresas familiares, a passagem da gestão para novas gerações nem sempre ocorreu de forma eficiente, e o desinteresse ou a falta de preparo de herdeiros para dar continuidade ao negócio resultaram no fechamento de algumas fábricas.

Com o passar do tempo, outras regiões do Brasil passaram a investir na produção de

materiais cerâmicos, muitas vezes utilizando tecnologias mais avançadas e mão de obra mais barata. Essa concorrência prejudicou a competitividade das cerâmicas mogianas, que enfrentaram dificuldades para manter seus preços competitivos sem comprometer a qualidade. As necessidades de modernização tecnológica e gerencial não foram atendidas pela totalidade do setor afetado por problemas econômicos. Além disso, as intempéries naturais como enchentes que atingiram o maquinário de algumas empresas, agravou a situação.

Amplos desafios eram necessários transpor para atender plenamente a recuperação do polo ceramista de Mogi, tais como a oferta de minérios padronizados a custos baixos para garantir a competitividade e, concomitantemente, atender às regulações ambientais cada vez mais exigentes, sobretudo em áreas de alta competitividade entre a mineração e outras formas de uso e ocupação do solo (Motta; Zanardo; Junior, 2001). Tornava-se necessária a adoção de políticas públicas que estabelecessem áreas e parâmetros de funcionamento da atividade, de forma ordenada para garantir o abastecimento de matérias-primas, o que não ocorreu. Esses reveses fizeram com o que o polo industrial ceramista mogiano perdesse sua hegemonia na produção paulista. Ainda assim, o setor transformou a paisagem mogiana gerando rugosidades culturais expressivas.

Do ponto de vista social, a expansão das cerâmicas contribuiu para a formação de um capital humano especializado, promovendo a capacitação dos trabalhadores na manipulação de técnicas e tecnologias cerâmicas, o que elevou o nível de especialização na região. Com o passar do tempo, essa capacitação fomentou uma valorização da mão de obra e gerou novas oportunidades de crescimento para os profissionais locais. A indústria cerâmica ajudou a consolidar uma identidade cultural própria para Mogi Guaçu, baseada na tradição ceramista, fortalecendo o sentimento de pertencimento da população. Esse fator tem relevância não só econômica, mas também social e cultural, ao transformar a região em um símbolo de produção cerâmica reconhecido no estado de São Paulo.

Após a entrada no processo de falência da grande maioria das indústrias ceramistas mogianas, restaram os remanescentes edifícios no ambiente construído contemporâneo, que foram bloqueados por pedido judicial. Os vestígios arquitetônicos permaneceram intocados por décadas, entre o processo de venda e/ ou quitação de processo trabalhista e foi a partir do ano de 2023, que alguns desses bens culturais começaram a ser demolidos para construção de novos empreendimentos. A falência das indústrias foi resultado de uma combinação de fatores internos, como problemas de gestão e modernização, e externos, como mudanças no mercado e crises econômicas. Esse processo não apenas impactou a economia local, mas também

transformou a paisagem cultural da cidade, deixando marcas profundas na memória coletiva e na identidade do município.

4.5 O legado das indústrias ceramistas

Primeiramente, elas proporcionaram uma importante fonte de emprego para a população, especialmente para trabalhadores sem qualificação formal, o que ajudou a reduzir a migração de mão de obra para outras áreas e incentivou o crescimento de comunidades em torno das olarias e fábricas. O aumento da população na área urbana de Mogi Guaçu atraiu muitos trabalhadores de outras regiões, especialmente do norte de Minas Gerais e do nordeste brasileiro. Além dos operários que trabalhavam diretamente nas fábricas, a indústria ceramista também gerou empregos indiretos em setores como transporte, fornecimento de matérias-primas e comércio de produtos acabados.



Figura 126 - Centro da cidade de Mogi Guaçu, anos 1960

Fonte: Sonia Regina Mario Eugenio (Youtube), 2021.

Além de oferecer oportunidades de trabalho, a indústria cerâmica diversificou a economia de Mogi Guaçu, que anteriormente dependia predominantemente da agricultura. Essa diversificação gerou uma economia mais resiliente e menos vulnerável às flutuações do setor agrícola, fortalecendo a estabilidade econômica da região. Com o crescimento da indústria, houve também um impulso na infraestrutura local, como melhorias em estradas, transporte e serviços públicos, que passaram a atender tanto à população quanto às necessidades logísticas das empresas cerâmicas.

As indústrias ceramistas tiveram uma grande contribuição para a industrialização regional e consequente desenvolvimento socioeconômico, tendo tornado o espaço propício para

a instalação de indústrias de outros ramos, representando a consolidação do processo industrial na cidade. Embora muitos ainda expressem uma nostalgia pela falência das cerâmicas, é fundamental reconhecer que esses empresários foram responsáveis por possibilitar uma narrativa mais contemporânea da economia guaçuana, marcada pela chegada de multinacionais, como a *Champion Papel e Celulose*, atualmente chamada de *Sylvamo*; a *Refinações de Milho – Maisena*, que hoje opera sob a denominação de *Ingredion*; e a *Mahle*. Essas empresas proporcionaram um novo impulso industrial progressista ao município, que continua a se desenvolver e se destaca na região da Baixa Mogiana.

A influência das indústrias ceramistas foi além do contexto econômico, sendo participadora em vários âmbitos sociais, como no setor esportivo mogiano. De acordo com publicação realizada pela equipe oficial do Clube Atlético Guaçuano ‘Grande Jogada’, um dos primeiros espaços esportivos da cidade era nos fundos da Cerâmica Chiarelli, fundado no dia 2 de julho de 1911 como a praça de esportes do município. Tal fato demonstra como as indústrias ceramistas de Mogi Guaçu desempenharam um papel que transcendeu o aspecto econômico, contribuindo significativamente para o desenvolvimento social e cultural da cidade. A ligação entre as cerâmicas e o setor esportivo, evidencia a influência dessas indústrias na formação de espaços de convivência, lazer e integração comunitária.

Além disso, a diretoria do Clube teve em sua primeira formação membros de renome do ramo industrial cerâmico, como Júlio César Armani (vice-presidente) e Luiz Chiarelli (1º tesoureiro). Foi com estes nomes que o Clube Guaçuano começou a dar seus primeiros passos oficiais. Nos anos seguintes, o clube se dedicou ao amadorismo, sendo campeão do Amador Regional em 1958, com uma vitória por 2 a 1 sobre o eterno rival, Cerâmica Clube, também fundado por uma indústria cerâmica, a Martini. Os operários ceramistas também fizeram parte dessa história quando, por exemplo, foram o time vencedor de futebol da Sociedade Esportiva Chiarelli, que contava com a participação de funcionários de diferentes setores das cerâmicas Guainco e Chiarelli. Hoje, o futebol profissional da cidade está estagnado, mas o Atlético Guaçuano carrega os traços da história mogiana, tendo direta relação com a atividade ceramista.

Concentradas principalmente no centro de Mogi Guaçu, essas indústrias trouxeram benefícios consideráveis, tanto para o segmento quanto para as cidades envolvidas. A presença de indústrias cerâmicas próximas ao centro urbano impulsionou o desenvolvimento econômico local, gerando empregos, renda e fomentando o crescimento de setores associados, como o comércio e os serviços. Entre os principais impactos, destaca-se a redução expressiva nos custos de transporte dos produtos cerâmicos, bem como a diminuição no tempo de entrega e nas

despesas logísticas, resultando em um preço final mais acessível ao consumidor e maior competitividade para as empresas. Além disso, a proximidade com as cidades vizinhas facilitava o recrutamento e a retenção de mão de obra, favorecendo também o comércio local por atrair consumidores.



Figura 127 - Paisagem de Mogi Guaçu no século XX – Cerâmica São José à esquerda, e Cerâmica Mogi Guaçu à direita

Fonte: Camatari, 2021.

A atividade ceramista teve um impacto profundo no contexto socioeconômico de Mogi Guaçu, moldando a cidade em vários aspectos ao longo do tempo. Como um dos principais motores econômicos da região por várias décadas, foram responsáveis por transformações tanto no setor produtivo quanto na vida social da cidade. O desenvolvimento da indústria teve forte influência na configuração urbana de Mogi Guaçu, já que muitas das cerâmicas foram localizadas em áreas próximas aos rios e ferrovias, facilitando o transporte de matérias-primas e produtos. Além disso, a expansão impulsionou a construção de infraestrutura básica, como estradas e redes de energia elétrica, além de melhorar o acesso a serviços essenciais como escolas e hospitais para atender à crescente população.

A presença das cerâmicas moldou a vida social e cultural da cidade, muitos trabalhadores participaram de atividades comunitárias e associativas, como clubes esportivos e eventos culturais. O próprio município incorporou a indústria cerâmica como parte de sua identidade, sendo reconhecida nacionalmente como um centro produtor de destaque. Além disso, as cerâmicas também desempenharam um papel importante no fortalecimento de laços

sociais, com as famílias sendo muitas vezes ligadas ao trabalho nas fábricas por gerações.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A paisagem cultural mogiana é um reflexo complexo da intersecção entre o ambiente natural, as práticas culturais e a história econômica da região, especialmente em torno da produção ceramista e do uso do barro como recurso essencial. Esse espaço se caracteriza pela presença do rio Mogi Guaçu, que serviu tanto para o desenvolvimento da cerâmica quanto como elemento unificador da vida cotidiana, configurando uma relação íntima entre o meio ambiente e a atividade humana. Outro aspecto relevante para a paisagem foi o impacto das transformações urbanas ao longo do século XX, quando a industrialização ceramista moldou a economia local e impulsionou a urbanização. Mesmo com resultados positivos para o contexto socioeconômico local, esse processo também trouxe desafios, como o desmonte das unidades fabris e a consequente desconexão entre os habitantes e seus ofícios tradicionais. Esse processo afetou profundamente a identidade coletiva, criando uma sensação de perda da "alma" cultural, previamente sustentada pelas relações com o barro e o rio.

Nessa perspectiva, destacamos duas abordagens em relação ao patrimônio ceramista de Mogi Guaçu: 1. Preservação e Valorização: Alguns bens culturais, como edifícios e estruturas ligadas à antiga atividade ceramista, foram preservados e adaptados para o uso atual. Esses patrimônios foram requalificados, ou seja, restaurados e aproveitados no contexto contemporâneo, contribuindo para a valorização da história ceramista da cidade; 2. Demolição e Substituição: Outros vestígios arquitetônicos, ligados à mesma atividade, estão sendo demolidos, visando abrir espaço para novos projetos imobiliários, o que implica a perda de elementos históricos e culturais da cidade. Em resumo, a situação diz respeito ao equilíbrio entre preservação e destruição de bens culturais, com parte sendo adaptada e valorizada, enquanto outra parte está sendo removida em prol de novos empreendimentos.

A questão do equilíbrio entre a preservação e a destruição de bens culturais envolve decisões complexas sobre o futuro de uma cidade e sua relação com o passado. De um lado, a preservação de edifícios, monumentos e vestígios históricos representa a continuidade da memória coletiva, respeitando as tradições e identidades culturais locais. Por outro lado, a destruição de parte desses bens culturais, muitas vezes em nome de novos empreendimentos imobiliários e do progresso econômico, reflete uma tendência de priorizar o desenvolvimento urbano imediato sobre a preservação cultural, além de alterar a paisagem de forma mais radical. Quando esses patrimônios são requalificados e adaptados ao contexto contemporâneo, eles são

restaurados e reintegrados à vida atual, servindo a novos propósitos enquanto mantêm vivo o vínculo com a história, além de sua presença física e simbólica na paisagem. A paisagem cultural, nesse caso, é enriquecida, pois ganha camadas de significado que integram o passado e o presente, oferecendo um senso de continuidade e pertencimento à população.

A demolição de vestígios arquitetônicos históricos, como os antigos galpões e fábricas ceramistas, pode criar oportunidades para o crescimento econômico e a modernização da cidade, mas ao mesmo tempo, representa a perda de elementos que ajudaram a moldar a identidade da região. Esses espaços deixam de existir não apenas fisicamente, mas também como símbolos de um passado significativo. Ao remover antigos edifícios e vestígios arquitetônicos, a cidade perde marcos que ajudaram a moldar sua identidade e memória coletiva, gerando um impacto direto na percepção que os habitantes têm de sua história e no sentimento de ligação com o local.

As construções históricas frequentemente possuem características arquitetônicas únicas, que se destacam em meio à modernidade, funcionando como lembranças físicas de períodos importantes da trajetória local. Quando substituídas por novos empreendimentos, a cidade pode ganhar funcionalidade e infraestrutura, mas perde parte de sua alma, de seu espírito (*genius loci*), uma vez que as narrativas construídas ao longo do tempo deixam de ser visíveis e palpáveis no cotidiano dos habitantes. A nova paisagem se torna mais homogênea e desvinculada do passado, criando uma sensação de perda cultural.

As novas construções podem não carregar o mesmo significado e, conseqüentemente, não evocar as mesmas sensações de pertencimento e continuidade histórica. As memórias associadas a esses lugares são deslocadas, enfraquecendo o sentido de continuidade histórica. Isso cria uma lacuna na experiência fenomenológica do espaço, onde o novo pode ser percebido como genérico e desvinculado da identidade local. A relação íntima entre as pessoas e o lugar se fragmenta, resultando em uma sensação de alienação ou desconexão com o ambiente. As construções históricas oferecem uma familiaridade que molda a forma como o corpo se relaciona com o ambiente. O reconhecimento de formas, texturas e até trajetórias repetidas dentro de uma cidade contribui para a sensação de pertencimento.

Quando o ambiente urbano muda drasticamente, essa experiência corporal também é alterada. Edifícios históricos têm uma escala humana que muitas vezes reflete uma relação mais direta com o corpo, enquanto novas construções, muitas vezes projetadas em escala maior ou mais genérica, podem gerar uma sensação de distanciamento. A cidade deixa de ser um espaço íntimo e vivido, tornando-se mais impessoal. Isso impacta diretamente o "espaço vivido" (a

forma como as pessoas realmente experienciam os espaços no dia a dia, com todas as suas interações, afetos e significados), uma vez que a paisagem perde suas camadas de história e autenticidade.

Esse processo revela um dilema comum em muitas cidades: como conciliar o desenvolvimento econômico e a necessidade de adaptação ao presente com a preservação dos valores históricos e culturais? A destruição de bens históricos pode gerar benefícios imediatos, como a criação de novos espaços comerciais ou residenciais, mas também pode resultar em um empobrecimento cultural e na perda de memórias que fazem parte da essência de uma comunidade. O desafio é encontrar formas de integrar o passado ao futuro, preservando o que é relevante enquanto se permite o avanço urbano. Assim, as decisões sobre preservar ou destruir esses bens materiais afetam não apenas o espaço físico, mas também o patrimônio imaterial, que inclui memórias, tradições e identidades ligadas à paisagem. A forma como a cidade escolhe lidar com esses elementos molda a maneira como ela será percebida pelas gerações futuras e como seus habitantes se relacionam com seu território e sua história. A interferência dessas decisões de preservação ou destruição na paisagem cultural é profunda, pois afeta tanto a identidade visual quanto o significado simbólico dos espaços que compõem a cidade.

Além dos vestígios edilícios dentro do ambiente construído, destacamos a relevância dos artefatos materiais dessa cultura ceramista, em especial os artefatos cerâmicos. A falta de cuidado museológico com esses bens materiais representa uma perda significativa para o patrimônio cultural de Mogi Guaçu. Os vestígios indígenas, como as içaçabas, e os materiais industriais remanescentes, como telhas, tijolos e pisos decorados, são testemunhos históricos que poderiam fortalecer a identidade local, atraindo interesse acadêmico e turismo cultural. Ao negligenciá-los, a cidade perde a oportunidade de preservar e valorizar seu passado, o que impacta negativamente não só a conservação de sua história, mas também o desenvolvimento cultural e econômico que poderia surgir do reconhecimento e preservação de seu patrimônio arqueológico e industrial. O desaparecimento desses patrimônios pode reduzir a diversidade visual e a riqueza de significados que caracterizam a paisagem cultural mogiana.

Assim como esclarece Norberg-Schulz (1980, p. 18), embora seja comum que os lugares passem por transformações rápidas, isso não implica necessariamente que sua essência tenha desaparecido ou se perdido. A existência de um lugar pressupõe a manutenção de sua identidade ao longo do tempo. A estabilidade do lugar (*stabilitas loci*) é essencial para a vida humana, pois os lugares devem ser capazes de acolher diferentes usos e significados, desde que dentro de certos limites. Preservar o *genius loci* significa materializar sua essência de forma adaptada a

novos contextos históricos. Pode-se afirmar que a trajetória de um lugar deve refletir sua autorrealização, na qual o potencial inicial é revelado e valorizado por meio da intervenção humana, destacando-se em obras arquitetônicas que combinam simultaneamente o antigo e o novo.

A paisagem cultural mogiana é, portanto, um patrimônio vivo, que revela tanto a adaptabilidade da população quanto as marcas da memória coletiva que ainda persistem. Esse contexto ressalta a necessidade de preservar não apenas os objetos e estruturas físicas, mas também as histórias, saberes e práticas que dão sentido ao local. A valorização dessa paisagem vai além do resgate histórico, representa um movimento de fortalecimento de identidade e coesão social, essencial para o futuro da região, pois ela não apenas mantém vivos os vestígios do passado, mas também molda a percepção de pertencimento e identidade coletiva. Ao proteger as histórias, saberes e práticas que caracterizam essa paisagem, cria-se um vínculo contínuo entre as gerações, permitindo que os jovens entendam e valorizem suas raízes culturais. Além disso, a conservação desse patrimônio vivo estimula o senso de responsabilidade social e ambiental, promovendo uma convivência harmônica com o espaço e incentivando práticas sustentáveis. A paisagem cultural, ao integrar o passado ao presente, oferece às gerações futuras a oportunidade de reimaginar o futuro com base em valores históricos e culturais sólidos. Isso fortalece a coesão social e alimenta um sentimento de pertencimento que pode inspirar novos modelos de desenvolvimento regional, mais inclusivos e conscientes.

6. REFERÊNCIAS

ABREU, Edriano et al. *Bernoulli 2a Série Ciências Humanas e Linguagem*. Belo Horizonte: Editora DRP Ltda., 2021. v. 1.

ALAMBERT, Clara Correia. *O tijolo nas construções paulistanas*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

ALAMBERT, Clara Correia. *Tijolo em São Paulo: modos de fabrico e aplicação nas construções*. In: **LOPES, J. M.; LIRA, J.** (eds.). *Memória, trabalho e arquitetura: Estudos CPC*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

ALMEIDA, M. G. Uma leitura etnográfica do Brasil sertanejo. In: **SERPA, A.** (org.). *Espaços culturais: vivências, imaginações e representações*. Salvador: Edufba, 2008.

ALVES, Márcia Angelina. *Análise cerâmica: estudo tecnotipológico*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

ANDREOTTI, Giuliana. *O senso ético e estético da paisagem*. Tradução de Beatriz

Helena Furlanetto. *Ra'e ga*, Curitiba, v. 24, p. 5-17, 2012.

ANDREOTTI, Giuliana. *Paisagens do espírito: a encenação da alma*. Tradução de Kelton Gabriel. *Ateliê Geográfico*, Goiânia, v. 4, n. 4, p. 264-280, 2010.

ARAÚJO, Adelita; SABATÉ BEL, Joaquín. Paisagens culturais no Brasil: um desafio pendente. *Identidades: território, proyecto, patrimonio*, n. 6, p. 7-21, 2016.

ARAÚJO, Karina de. A era que colocou Mogi Guaçu no mapa. *Gazeta Guaçuana*, Mogi Guaçu, p. 2, 2024a. Edição especial: Mogi Guaçu 147 anos.

ARAÚJO, Karina de. Cerâmica Moji-Guaçu: uma grande família. *Gazeta Guaçuana*, Mogi Guaçu, p. 6, 2024b. Edição especial: Mogi Guaçu 147 anos.

ARAÚJO, Karina de. Os últimos momentos dos fornos. *Gazeta Guaçuana*, Mogi Guaçu, p. 7, 2024c. Edição especial: Mogi Guaçu 147 anos.

ARGOLLO, André Munhoz de. *Arquitetura do café*. Campinas: Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2015.

ARTIGIANI, Ricardo. *Mogi Guaçu: três séculos de história*. 2. ed. São Paulo: Editora Pannartz, 1994.

BAER, Werner. *A economia brasileira*. Tradução: Edite Sciulli. São Paulo: Editora Livraria Nobel, 1995.

BAER, Werner. *A economia brasileira*. 2. ed. São Paulo: Nobel, 2012.

BELLINGIERI, Julio Cesar. As origens da Indústria Cerâmica em São Paulo. *Faculdade de Educação São Luís, Jaboticabal – SP; Faculdades Integradas Fafibe, Bebedouro – SP*, p. 19-23, mai.-jun. 2005.

BIBLIOTECA IBGE. *Histórico do município de Mogi Guaçu*. 2014. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=32637&view=detalhes>. Acesso em: 15 jul. 2024.

BIBLIOTECA IBGE. *A estação da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro*. IBGE: Acervo dos municípios brasileiros. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=447490#:~:text=IBGE%20%7C%20Biblioteca&text=Local:%20%5BS.,Editor:%20%5Bs.%20n.%5D&text=Notas:%20A%20linha%20da%20Companhia,2016>. Acesso em: 14 jul. 2024.

BIBLIOTECA IBGE. *Estações, ferrovias de Mogi Guaçu*. IBGE: Acervo dos municípios brasileiros. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=447485#:~:text=IBGE%20%7C%20Biblioteca&text=Local:%20%5BS.,Editor:%20%5Bs.%20n.%5D&text=Notas:%20A%20esta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Mogi,%C3%A0%20direita%20a%20C%C3%A2mara%20Municipal>. Acesso em: 14 jul. 2024.

BIBLIOTECA MUNICIPAL JOÃO XXIII. *Documentos históricos avulsos sobre a história das olarias e cerâmicas.* Antigo acervo do Museu Histórico Hermínio Bueno. Mogi Guaçu, s.d.

BINI, Carolina; ALMEIDA, Maristela Moraes de. *Atmosferas do lugar: a arquitetura como experiência.* *Arquitextos*, São Paulo, ano 22, n. 257.02, out. 2021. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/22.257/8299>. Acesso em ago. 2024.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização.* São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 251-294, 2009.

BUSTAMANTE, Gladstone Motta; BRESSIANI, José Carlos. A indústria cerâmica brasileira. *Cerâmica Industrial*, p. 31-36, maio/junho, 2000.

CANDIDO, A. *Os parceiros do rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida.* São Paulo: Edusp, 2017.

CARVALHO, Helena Maria; NETTO, Rosângela Aparecida; MARTINI, Silvia Rosana Modena. *Caderno de Memórias Mogi Guaçu: fatos 1896/1996.* Governo do Estado de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura; Prefeitura Municipal de Mogi Guaçu, 1996.

CENTRO DE MEMÓRIA – UNICAMP. *O complexo ferroviário de Campinas: dos muros ao motor a vapor.* 2023. Disponível em: <https://artsandculture.google.com/story/4AVBlxDIFPrKGw>. Acesso em: 5 ago. 2024.

CEZARONI, Ieda Maria. *Relicário de barro.* 2008. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

CIA. MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO (1878-1971). *Estações Ferroviárias do Brasil.* 2021. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/m/matoseco.htm>. Acesso em: 27 jul. 2024.

CLAVAL, Paul. *A geografia cultural.* Tradução: Luiz F. Pimenta; Margareth de Castro A. Pimenta. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.

CLAVAL, Paul. A contribuição francesa ao desenvolvimento da abordagem cultural na geografia. In: **CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.).** *Introdução à geografia cultural.* 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 147-166.

COLETÂNEA HISTÓRICA DAS OLARIAS MOGIANAS. Mogi Guaçu: Museu Histórico Hermínio Bueno, s.d.

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO MOGI GUAÇU. *Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Mogi Guaçu 2016-2019: Diagnóstico Final.* Jaboticabal: Prefeitura Municipal de Jaboticabal, 2015.

COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO. In: *Wikipedia: a enciclopédia livre*. 2020. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Companhia_Mogiana_de_Estradas_de_Ferro#cite_note-2. Acesso em: 25 ago. 2024.

DE MIO, Giuliano. *Mapeamento geotécnico da Quadricula de Mogi-Guaçu/SP*. São Carlos: Universidade de São Paulo, 1992.

DE MIO, Giuliano; GANDOLFI, Nilson. Cartografia geotécnica da Região de Mogi-Guaçu, São Paulo. *Revista do Instituto Geológico*, São Paulo, v. esp., p. 99-105, 1995.

FILHO, José Fausto et al. *Arquivos de Ciências do Mar*, v. 9, 1969.

FUNDAÇÃO do Clube Atlético Guaçuano: contextualizando a origem de uma paixão em verde e branco. *Jornal Grande Jogada*, Mogi Guaçu, ed. 116, 2019. Disponível em: <https://atleticoguacuano.com.br/fundacao/>. Acesso em: 21 set. 2024.

FURLANETTO, Beatriz Helena; KOZEL, Silvana. *Paisagem cultural: da cena visível à encenação da alma*. *Ateliê Geográfico*, Goiânia, v. 8, n. 3, p. 215-232, 2014. DOI: 10.5216/ag.v8i3.24103.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

GOMES, Celso Figueiredo. *Argilas: o que são e para que servem*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998.

GOMES, Gabriel; RISSI, Giulio. Formação de Mogi Guaçu. In: **FERNANDES, Ana Maria Vieira** (org.). *Organização e produção do espaço paulista*, s.d.

GOMES, Laurentino. *1889: como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da Monarquia e a Proclamação da República no Brasil*. São Paulo: Globo Livros, 2013.

HEIDEGGER, Martin. *Construir, habitar, pensar*. Tradução de Marcia Sá Cavalcante Schuback. Palestra pronunciada na Segunda Reunião de Darmstadt, publicada em *Vortäge und Aufsätze*. Pfullingen: G. Neske, 1954.

HAFFNER, Caio Cesar Assençõ. *Vida urbana, mercado interno e tributação na Região Mogiana (1898-1913): um estudo comparativo da evolução dos municípios Mogi Guaçu, Mogi Mirim, Franca e Ribeirão Preto*. 2009. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 27. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *A cidade de Mogi Guaçu*. 2014. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/mogi-guacu/historico>. Acesso em: 26 mar. 2024.

JÁ FOMOS capital cerâmica. *Jornal Gazeta Guaçuana*, Mogi Guaçu, p. 1-16, 7 abr. 2024. Caderno Multi. Edição Especial: Mogi Guaçu 147 anos. Disponível em: <https://www.gazetaguacuana.com.br/ja-fomos-capital-ceramica/>. Acesso em: 11 abr. 2024.

LEGASPE, Augusto César Bueno. *Moji-Guaçu: breve relato histórico*. 4. ed. rev. e atual. Mogi-Guaçu: Loja Maçônica 30 de Dezembro, 1993.

LOPES, Mário Marcos; TEIXEIRA, Denilson. A trajetória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Mogi Guaçu e suas contribuições para a gestão dos recursos hídricos. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, Taubaté, v. 8, n. 3, p. 24-49, set.-dez. 2012.

MACIEL, Laura Antunes. Cultura e tecnologia: a constituição do serviço telegráfico no Brasil. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 41, p. 127-144, 2001.

MENDES, Anderson. Pioneirismo da Cerâmica Martini. *Gazeta Guaçuana*, Mogi Guaçu, p. 2, 2024a. Edição especial: Mogi Guaçu 147 anos.

MENDES, Anderson. Os fornos garrafão da São José. *Gazeta Guaçuana*, Mogi Guaçu, p. 11, 2024b. Edição especial: Mogi Guaçu 147 anos.

MORAES, C. A. *Arqueologia Tupi no nordeste de São Paulo: um estudo de variabilidade artefactual*. 2007. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MORAIS, João Luiz. *Salvamento arqueológico na área de influência da PCH-Moji-Guaçu*. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n. 5, p. 77-98, 1995.

MOTTA, José Francisco Marciano; ZANARDO, Antenor; JUNIOR, Marsis Cabral. As matérias-primas cerâmicas. *Divisão de Geologia do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo*. São Paulo: IPT Cidade Universitária; UNESP/Rio Claro, p. 28-39, 2001.

MOURA, Esmeralda Blanco B. A lavoura canavieira em São Paulo – expansão e declínio (1765-1851): um clássico da historiografia brasileira da década de 1960? *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 11, n. 28, p. 503-527, mai./ago. 2019.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU/MEC, 1976.

NEME, Mário. *Dados para a história dos índios caiapós*. Separata do Tomo XXIII dos *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, 1969.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira; MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

NOELLI, F. S.; SALLUM, M. *A cerâmica paulista: cinco séculos de persistência de práticas Tupiniquim em São Paulo e Paraná, Brasil*. *MANA*, v. 25, n. 3, p. 701-742, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1678-49442019v25n3p701>.

NORBERG-SCHULZ, Christian. *Genius loci: Towards a phenomenology of architecture*. New York: Rizzoli, 1980.

FINDERCT – Federação Interestadual dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras dos Correios. *O telégrafo e os Correios: passado, presente e futuro da integração nacional*. 2023. Disponível em: <https://findect.org.br/noticias/dia-telegrafo-brasil/>. Acesso em: 14 ago. 2024.

MUSEU DE CACULÉ. O telégrafo na ferrovia. 2016. Disponível em: <https://museudecacule.wordpress.com/2016/10/07/o-telegrafo-na-ferrovia/>. Acesso em: 14 ago. 2024.

PAIVA, Eduardo França. Bateias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no Novo Mundo. In: **PAIVA, Eduardo França; ANASTASIA, Carla Maria Junho** (org.). *O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI a XIX*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFGM, 2002. p. 187-207.

PALLESTRINI, Luciana. Cerâmica há 1.500 anos: Moji-Guaçu, Estado de São Paulo. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo: Universidade de São Paulo, nova série, v. XXVIII, 1981/1982.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Economia brasileira: uma introdução crítica*. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 1998.

PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos paulistas e sua função de valorização da região paulistana: estudo de geografia histórica*. 1964. Tese (Livre-Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1964.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

POLITO, Jéssica de Almeida. *Paisagem mogiana: transitoriedades e resistências na configuração de um território*. 2018. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2018.

PORTO, C. G.; PALERMO, N.; PIRES, F. R. M. Panorama da exploração e produção do ouro no Brasil. In: **Extração de ouro: princípios, tecnologia e meio ambiente**. Rio de Janeiro: Cetem/MCT, 2002. p. 1-22.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil 1982*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1949.

RAMOS JR., J. A. S. *Mogi Guaçu Champion: a colheita dos melhores frutos*. São Paulo: Ed. Grifo, 1995.

REIS, Nestor Goulart. *O caminho do Anhanguera*. São Paulo: Via das Artes, 2014.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

RODRIGUES, Gelze Serrat de Souza Campos; ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. *A trajetória da cana-de-açúcar no Brasil: perspectivas geográfica, histórica e ambiental*. Minas Gerais: Edufu, 2020.

ROSSETTO, Pedro Francisco. Reconstituição do traçado da “estrada dos Goiasés” no trecho da atual mancha urbana de Campinas. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 141-191, jul./dez. 2006.

ROSSINI, Marina. Ribeirão foi chamada Entre Rios por 2 anos. *Folha de São Paulo*, Ribeirão, 19 jun. 2001. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ribeirao/ri1906200116.htm#:~:text=A%20cidade%20de%20Ribeir%C3%A3o%20Preto,7%20de%20abril%20de%201879>. Acesso em: 5 ago. 2024.

SABATÉ, Joaquim. Paisajes culturales: el patrimonio como recurso básico para un nuevo tipo de desarrollo. *Urban*, n. 9, p. 8-29, 2004.

SABATÉ BEL, Joaquín. *De la preservación del patrimonio a la ordenación del paisaje. Identidades: territorio, cultura, patrimonio*, n. 1, p. 15-33, 2005.

SABATÉ, Joaquim. De la preservación del patrimonio a la ordenación del paisaje: intervenciones en paisajes culturales (Europa – Latinoamérica). *Labor e Engenho*, v. 4, n. 1, p. 10-25, 2010.

SABATÉ, Joaquim; WARREN, Mark. Cultural Landscapes: Heritage Preservation as a Foundation for Sustainable Regional Development. v. 17, p. 147-158, 2015.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de São Paulo e resumo das viagens ao Brasil, Província Cisplatina e Missões do Paraguai*. Tradução de Rubens Borba de Moraes. São Paulo: Martins Ed., 1940.

SANTOS, Antônio da Costa. *Campinas: das origens ao futuro*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SAUER, Carl Ortwin. A morfologia da paisagem. In: **CORRÊA, Roberto Lobato;**

ROSENDAHL, Zeny (org.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998. p. 12-74.

SAUER, Carl Ortwin. Geografia cultural. In: **CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.).** *Introdução à geografia cultural*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 19-26.

SECCHI, Bernardo. *Primeira lição de urbanismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2006.

SCHEUER, Hélio Leandro. *Estudo da cerâmica popular do Estado de São Paulo*. São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, Conselho Estadual de Cultura, 1976.

SOUSA, Adriano Amaro de. A formação histórica do Oeste paulista: alguns apontamentos sobre a introdução à imigração japonesa. *Geografia em Atos*, Presidente Prudente: Unesp, v. 1, n. 8, 2008.

SPILLER, Naiara Cristine. **As olarias no “velho oeste paulista”: estudo sobre a indústria da construção civil no interior paulista (1872-1912).** Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Bauru, 2023.

TEIXEIRA, Gabriel Henrique. **Investimento e uma Guainco como nunca se viu.** *Gazeta Guaçuana*, Mogi Guaçu, p. 13-15, 2024. Edição especial: Mogi Guaçu 147 anos.

VILLALTA, Luiz Carlos. **Inconfidentes desde sempre.** *Revista de História da Biblioteca Nacional*, 2013.

ZANCOPÉ, Márcio Henrique de Campos. **Estudo dos padrões de canal fluvial do rio Mogi Guaçu/SP.** Rio Claro: Unesp, 2004.

Se precisar de ajustes ou mais referências, estou à disposição!